Lusíada
Repositório das Universidades Lusíada

Universidades Lusíada

Falcão, Marta Leonor Torres

Habitação participada : rutura e/ou continuidade (?)

http://hdl.handle.net/11067/8199

Metadados

Data de Publicação 2024

Resumo A presente investigação pretende explorar o potencial da habitação participada e evolutiva, enquanto processo metodológico no desenho de bairros. O estudo parte de uma contextualização histórica e teórica, na qual são analisadas as transformações da habitação e dos programas habitacionais no panorama internacional e nacional, com particular ênfase na participação comunitária e na evolução e flexibilidade habitacional, como elementos estruturais deste modelo. Através do estudo de dois casos repre...

This research aims to explore the potential of participatory and evolutive housing as a methodological process in neighbourhood design. The study starts from a historical and theoretical context, in which the transformations of housing and housing programmes in the international and national panorama are analysed, with particular emphasis on community participation and housing evolution and flexibility, as structural elements of this model. Through the study of two representative cases of 20th c...

Palavras Chave Arquitetura, Habitação, Habitação evolutiva, Autoconstrução, SAAL

Tipo masterThesis

Revisão de Pares no

Coleções [ULF-FAA] Dissertações

Esta página foi gerada automaticamente em 2026-11-01T21:42:32Z com informação proveniente do Repositório

http://repositorio.ulusiada.pt



UNIVERSIDADE LUSÍADA

VILA NOVA DE FAMALICÃO

HABITAÇÃO PARTICIPADA

Rutura e/ou Continuidade (?)

Marta Leonor Torres Falcão

Orientadora: Professora Doutora Maria Tavares

Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura

AVISO LEGAL

O conteúdo desta tese reflete as perspetivas, o trabalho e as interpretações do autor no momento da sua entrega. Esta tese pode conter incorreções, tanto conceptuais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela. Ao entregar esta tese, o/a autor(a) declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção referências. O autor, declara, ainda, que não divulga na presente tese quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

Declaração sob compromisso de honra

(Artigo 6.º, n.º 2 das Normas e orientações para a submissão de trabalhos académicos na plataforma Urkund para deteção de similaridade e plágio)

Eu, abaixo assinado, tenho consciência de que a prática de plágio consiste numa forma de violação da integridade académica, constituindo um crime punível por lei com relevância nos regimes disciplinar, civil e criminal.

Nesse sentido, declaro por minha honra que a dissertação apresentada é original e que todas as fontes, incluindo as da minha autoria, estão devidamente identificadas e referenciadas.

Vila Nova de Famalicão, 26 de novembro de 2024

O (A) Estudante

Maria Leonor Torres Falcão

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Professora Doutora Maria Tavares, pela disponibilidade, apoio e motivação ao longo deste percurso.

Aos amigos que a faculdade me deu, um agradecimento especial à Paulinha e ao Jorge, que desde 2018 me acompanham pelo mundo da arquitetura e muito mais. Agradeço também ao António, pelo otimismo e amizade genuína.

Aos amigos de sempre, Ricardo, Ana, Vanessa, Margarida, Daniel, Zé, Duarte e Inês pelos momentos de alegria, amizade e entreajuda ao longo dos anos.

Por fim, aos meus pais e à minha irmã, por tudo o que representam para mim.

ÍNDICE

Momento I 15

1.1. Introdução ao tema 16

1.2. Problema 17

1.3. Enquadramento 18

1.4. Objetos de estudo 19

1.5. Objetivos 20

1.6. Metodologia 20

1.7. Estrutura 21

Momento II

Leitura do conceito de habitação participada e evolutiva 22

2.1. [Habitação] participada 26

2.1.1. O contexto internacional 27

2.1.2. O contexto nacional 35

2.2. [Habitação] evolutiva 51

2.2.1. O conceito evolutivo 52

Momento III

Experiências do organismo evolutivo e participado 63

3.1. Bairro do Alto do Moinho 67

3.2. Bairro da Malagueira 85

3.3. Matriz Comparativa 107

Momento IV

Das lições tiradas à possibilidade prática 108

4.1. Contextualização do caso prático SMILE! 110

4.2. Localização, origem e património edificado 114

4.3. Diagnóstico da área de intervenção 115

4.4. O Bairro Intercultural 117

4.5. Proposta de intervenção no território 119

4.6. A Casa para Todos 123

4.7. Módulo habitacional 125

4.8. Questões construtivas 132

Leitura Final 133

Bibliografia 136

Anexos 143

CRÉDITOS DE IMAGEM

Figura 1. Turner, J. F. C. (1976). Housing By the people: towards autonomy a building environments. Pantheon Books, p. 74

Figura 2. Turner, J. F. C. (1976). Housing By the people: towards autonomy a building environments. Pantheon Books, p. 74

Figura 3. Fotografias de Alexandre Alves Costa. Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra. Disponível https://www.cd25a.uc.pt/pt/page/1353

Figura 4. Fotografias de Alexandre Alves Costa. Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra. Disponível https://www.cd25a.uc.pt/pt/page/1353

Figura 5. Fotografias de Alexandre Alves Costa. Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra. Disponível https://www.cd25a.uc.pt/pt/page/1353

Figura 6. Coleção de slides de Alves Costa (SAAL). Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra. Disponível https://www.cd25a.uc.pt/pt/page/1349

Figura 7. Coelho, A. B., & Cabrita, A. R. (2009). Habitação evolutiva e adaptável. LNEC.

Figura 8. Coelho, A. B., & Cabrita, A. R. (2009). Habitação evolutiva e adaptável. LNEC.

Figura 9. Coelho, A. B., & Cabrita, A. R. (2009). Habitação evolutiva e adaptável. LNEC.

Figura 10. Portas, N., & Dias, F. da S. (1972). Habitação Evolutiva. Revista Arquitectura, 126. p. 108

Figura 11. Portas, N., & Dias, F. da S. (1972). Habitação Evolutiva. Revista Arquitectura, 126. p. 107

Figura 12. Coleção de slides de Alves Costa (SAAL). Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra. Disponível https://www.cd25a.uc.pt/pt/page/1349

Figura 13 e 14. Ferreira, T. (2009). Área do Plano Integrado do Zambujal. SIPA-

Sistema de Informação Para o Património Arquitectónico. Disponível http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=28222

Figura 15. Bordalo, A. (2007, February). Projecto Bairro do Alto do Moinho, Zambujal. Arquitectura e Vida, p. 31

Figura 16 e 17. Fotografias de Nuno Portas. Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra. Disponível https://www.cd25a.uc.pt/pt/page/1354

Figura 18. Fotografias de Nuno Portas. Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra. Disponível https://www.cd25a.uc.pt/pt/page/1354

Figura 19. Bordalo, A. (2007, February). Projecto Bairro do Alto do Moinho, Zambujal. Arquitectura e Vida, p. 31

Figura 20. Espaço de Arquitetura (2020). Bairro da Malagueira. Disponível https://espacodearquitetura.com/projetos/bairro-da-malagueira/

Figura 21. Fotografias de © flickr ekainj.

Figura 22. Branco de Brito, F., & Guilherme, P. (2024, March). As Premissas Do espaço Público No Bairro Da Malagueira. O contributo de Álvaro Siza para o desenho da cidade. Seminario Internacional de Investigación En Urbanismo. https://doi.org/10.5821/siiu.12740

Figura 23. Fotografias de Nuno Portas. Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra. Disponível https://www.cd25a.uc.pt/pt/page/1354

Figura 24 e 25. Fotografias de © flickr ekainj. Disponível https://www.flickr.com/photos/143375694@N07/32343058641/

Figura 26 e 27. Espaço de Arquitetura (2020). Bairro da Malagueira. Disponível https://espacodearquitetura.com/projetos/bairro-da-malagueira/

Figura 28 e 29. Urban Design Case Study Archive. Malagueira Quarter Housing Project. Disponível https://udcsa.gsd.harvard.edu/projects/3

Figura 30. Urban Design Case Study Archive. Malagueira Quarter Housing Project. Disponível https://udcsa.gsd.harvard.edu/projects/3

Figura 31. Fotografias de Nuno Portas. Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra. Disponível https://www.cd25a.uc.pt/pt/page/1354

Figura 32. Fotografia de Nuno Portas. Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra. Disponível https://www.cd25a.uc.pt/pt/page/1354

Figura 33. Urban Design Case Study Archive. Malagueira Quarter Housing Project. Disponível https://udcsa.gsd.harvard.edu/projects/3

Figura 34 Produzido pela autora.

Figura 35. Google Maps. Editado pela autora.

Figura 36 e 37. Fotografias da autora.

Figura 38 e 39. Fotografias do Professor Doutor Rogério Amoêda.

Figura 40. Produzido pela autora.

Figura 41. Produzido pela autora.

RESUMO

A presente investigação pretende explorar o potencial da *habitação participada e evolutiva*, enquanto processo metodológico no desenho de bairros. O estudo parte de uma contextualização histórica e teórica, na qual são analisadas as transformações da habitação e dos programas habitacionais no panorama internacional e nacional, com particular ênfase na participação comunitária e na evolução e flexibilidade habitacional, como elementos estruturais deste modelo.

Através do estudo de dois casos representativos da arquitetura portuguesa do século XX, o Bairro do Alto do Moinho (1976), de Francisco Silva Dias, e o Bairro da Malagueira (1977), de Álvaro Siza, na génese e contemporaneidade, procura-se compreender as dinâmicas espaciais, sociais e económicas subjacentes a estas experiências. A investigação identifica os elementos fundamentais no que concerne à participação dos moradores, à evolução e flexibilidade das habitações, como à promoção de uma coesão social, evidenciando tanto os desafios como as potencialidades inerentes a estas metodologias.

A investigação culmina num ensaio projetual que sintetiza os princípios abordados, demonstrando a aplicabilidade destes conceitos na conceção de bairros mais sustentáveis, inclusivos e resilientes, capazes de responder a desafios contemporâneos e futuros.

Em suma, verifica-se que a habitação participada e evolutiva, representa uma alternativa viável e necessária para o futuro da habitação, promovendo bairros sustentáveis e inclusivos, enquanto desafia o papel tradicional do arquiteto. Este trabalho contribui, assim, para uma reflexão sobre o direito à habitação e para o desenvolvimento de práticas arquitetónicas mais humanas e democráticas.

PALAVRAS-CHAVE

Habitação; Habitação participada; Habitação evolutiva; Bairro do Alto do Moinho; Bairro da Malagueira; Autoconstrução; SAAL.

ABSTRACT

This research aims to explore the potential of *participatory and evolutive housing* as a methodological process in neighbourhood design. The study starts from a historical and theoretical context, in which the transformations of housing and housing programmes in the international and national panorama are analysed, with particular emphasis on community participation and housing evolution and flexibility, as structural elements of this model.

Through the study of two representative cases of 20th century Portuguese architecture, Bairro do Alto do Moinho (1976), by Francisco Silva Dias, and Bairro da Malagueira (1977), by Álvaro Siza, in their genesis and contemporaneity, an attempt is made to understand the spatial, social and economic dynamics underlying these experiences. The research identifies the fundamental elements regarding the participation of residents, the evolution and flexibility of housing, and the promotion of social cohesion, highlighting both the challenges and the potential inherent in these methodologies.

The research culminates in a design essay that summarises the principles discussed, demonstrating the applicability of these concepts in the design of more sustainable, inclusive and resilient neighbourhoods, capable of responding to contemporary and future challenges.

In conclusion, it can be verified that participatory and evolutive housing represents a viable and necessary alternative for the future of housing, promoting sustainable and inclusive neighbourhoods, while challenging the traditional role of the architect. This work contributes to a reflection on the right to housing and to the development of more humane and democratic architectural practice.

KEY-WORDS

Housing; Participatory housing; Evolutive housing; Bairro do Alto do Moinho; Bairro da Malagueira; Self-construction; SAAL.

SIGLAS E ACRÓNIMOS

AMAMZ Associação de Moradores do Alto do Moinho

BCE Bairro de Casas Económicas

BS Bairro social

CD Casas Desmontáveis

CDH Contratos de Desenvolvimento para a Habitação

CE Casas Económicas

CHE Cooperativa de Habitação Económica

CHE Boa Vontade Cooperativa de Habitação Económica da Boa Vontade

CIAM Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna

CoopHE Cooperativas de Habitação económica

CRE Casas de Renda Económica

CRL Casas de Renda Limitada

DGSU Direção Geral de Serviços de Urbanização

ENA Encontro Nacional de Arquitetos

FCP Federação de Caixas de Previdência

FFH Fundo de Fomento da Habitação

HE-FCP Habitações Económicas da Federação das Caixas de Previdência

LNEC Laboratório Nacional de Engenharia Civil

MdqC Mais do que Casas

PDM Plano Diretor Municipal

RCE Regime de Casas Económicas

SAAL Serviço de Apoio Ambulatório Local

Momento I

1.1. Introdução ao tema

A temática da investigação surge de um interesse pessoal, motivado pelo exercício anual da Unidade Curricular de Projeto III, no quinto ano do Mestrado Integrado em Arquitetura. Este exercício converge com o projeto "Mais do que Casas: Como vamos habitar em abril de 2074?" (MdqC), que tem como objetivo refletir sobre a habitação enquanto direito, e os desafios que perduram, tanto no passado quanto no presente.

O projeto MdqC pretende comemorar os cinquenta anos do 25 de abril de 1974, propondo, através de um conjunto de encontros, palestras e uma exposição síntese, uma reflexão sobre a habitação e o direito à mesma, inspirando-se nas memórias dos programas habitacionais que surgiram no pós 25 de Abril de 1974, em particular o Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) e o importante papel do arquiteto Nuno Portas nesse processo. O SAAL destacou-se pela sua abordagem participada, envolvendo as comunidades e futuros moradores, no desenho e construção das próprias habitações, uma lição que o projeto MdqC procura recuperar e adaptar aos desafios contemporâneos.

A convergência entre o projeto MdqC e o exercício da Unidade Curricular de Projeto III, que tem como objetivo criar um bairro numa zona periurbana da cidade de Barcelos, fundamenta-se em conceitos como o **direito à habitação**, a **cidade intercultural** e a **cidade futura**. Esta convergência incentivou o estudo dos **conceitos de participado e evolutivo**, de forma a entender como podem ser aplicados no desenho dos bairros, potenciando soluções mais flexíveis, adaptáveis e humanizadas, determinando-se como um dos objetivos da presente investigação.

Para compreender os princípios de habitação participada, e consequentemente evolutiva, foram analisadas experiências do programa SAAL, que evidenciaram as transformações políticas, sociais e económicas após o 25 de Abril, sendo essenciais para entender as mudanças que transformaram o território e a sociedade portuguesa.

As lições retiradas dessas experiências e da investigação, são utilizadas como referência numa área de estudo em Barcelos, de forma a desenvolver uma solução habitacional que integre estas práticas, ajustando-a às necessidades e especificidades locais, de modo a promover a coesão social e a sustentabilidade no bairro projetado.

Desta forma, a investigação procura avaliar as potencialidades e limitações da habitação participada e evolutiva, determinando se estas representam uma continuidade no desenho de bairros.

1.2. Problema

O problema da investigação reside na compreensão das dinâmicas espaciais, sociais e económicas, inerentes ao desenho de bairros de habitação participada e evolutiva. A habitação, enquanto direito e elemento estruturante do tecido urbano e relações sociais, enfrenta problemas como a falta de habitação acessível, a fragmentação social e a rigidez das tipologias habitacionais. Estes problemas continuam a agravar-se, afetando tanto os contextos urbanos como rurais, levando à necessidade de questionar os modelos convencionais de habitação.

Assim, o problema passa por compreender de que forma as metodologias participadas e evolutivas, quando adaptadas às realidades socioeconómicas e culturais do local, podem oferecer soluções que não só respeitem as particularidades e as memórias dos lugares, mas também promovam a coesão social e a sustentabilidade urbana. O desafio consiste em investigar a viabilidade e aplicabilidade desses conceitos, questionando de que modo a participação comunitária e a flexibilidade habitacional podem ser integradas em projetos habitacionais, sem comprometer a qualidade, durabilidade e coesão dos bairros.

A habitação participada propõe uma metodologia mais democrática e adaptável às necessidades dos habitantes, através da participação ativa dos moradores no processo de desenho e construção de bairros, no entanto, a implementação deste modelo levanta questões quanto à sua eficácia prática e ao impacto na estrutura social. **Até que ponto a participação dos moradores, mediada por associações, cooperativas, brigadas técnicas e arquitetos, contribui para uma coesão social sustentada e uma verdadeira sensação de pertença ao lugar? E que obstáculos surgem ao romper com o papel tradicional do arquiteto no processo participado?**

Paralelamente, a habitação evolutiva apresenta-se como uma solução flexível, ao permitir que as unidades habitacionais se adaptem e cresçam em resposta das necessidades dos moradores. No entanto, **será que essa flexibilidade é suficiente para resolver problemas como as desigualdades económicas, persistentes na sociedade contemporânea? Como se articulam estas teorias num cenário de desigualdades e de limitações económicas, onde as possibilidades de intervenção são frequentemente condicionadas por interesses políticos e financeiros?**

1.3. Enquadramento

No século XIX as cidades europeias tornaram-se o destino de preferência da população rural que procurava novas oportunidades de trabalho, provocando um crescimento exponencial e desordenado nas zonas urbanas. Este fenómeno desencadeou uma nova fase de planeamento urbano em massa, influenciado por ideais socialistas utópicos e higienistas, que procuravam melhorar e repensar os modos de habitar da população.

A destruição provocada pela Segunda Guerra Mundial aliada à necessidade de reconstrução das cidades e das suas infraestruturas, realçou a urgência de resolver a crise habitacional. Assim, a habitação coletiva e a habitação *social* passou a ser um tema central nas políticas públicas europeias, tal como uma prioridade para os governos, que tentavam responder às graves carências habitacionais.

Neste contexto, os Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM), realizados entre 1928 e 1959, surgiram como resposta às novas exigências habitacionais, promovendo um movimento arquitetónico voltado para a criação de habitação padronizada e acessível. A Carta de Atenas[1], um dos principais documentos deste movimento, defendia a segmentação funcional das cidades em zonas especificas — habitação, trabalho, lazer e circulação — com o objetivo de racionalizar e otimizar os recursos urbanos. Assim, sob o princípio "máquina de habitar", a arquitetura moderna focou-se na padronização e economia de recursos, propondo tipologias habitacionais destinadas a reduzir custos e a aumentar a eficiência.

No entanto, a aplicação prática destes princípios foi problemática, a "superficialidade técnica dos programas funcionais do Movimento Moderno" (Bandeirinha, 2007: 23) levou à padronização excessiva e à desconexão entre os espaços urbanos e as necessidades da população, criando habitações monótonas e impessoais.

Já a escassez de recursos económicos e materiais no período do pós-guerra, associada à insatisfação da população para com soluções arquitetónicas da época, evidenciou a necessidade de alternativas mais viáveis, humanizadas e sustentáveis, que reconhecessem as "necessidades de um "cliente" cada vez mais plural e diferenciado e a consciência das complexidades que caracterizam o seu envolvimento social" (Bandeirinha, 2007: 23).

A partir de 1960, emergiram movimentos que procuravam romper com o Movimento Moderno, defendendo uma metodologia "mais consciente, mais rigoroso em relação às especificidades socioculturais dos destinatários da Arquitectura, sobretudo àquelas que tinham

1 A Carta de Atenas foi escrita em novembro de 1933 durante o IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM).

sido abafadas, esquecidas ou ignoradas durante a todo o decurso da saga modernista" (Bandeirinha, 2007: 23).

Influenciado pelos estudos de vários arquitetos e sociólogos como Hassan Fathy, Chombart de Lauwe, Bernard Rudofsky, Manuel Castells, como pelas experiências na América Latina, John F. Charlewood Turner reconheceu que a solução do problema habitacional não se devia fundamentar somente no "apoio técnico que os arquitectos e os urbanistas podiam conferir às implantações existentes, mas sim na capacidade que as populações revelavam para resolver os seus graves problemas habitacionais" (Bandeirinha, 2007: 45). Assim, defendia a importância do envolvimento direto dos moradores na criação das habitações. Estas soluções mostraram-se mais flexíveis e ajustáveis às realidades específicas de cada comunidade, valorizando o saber local e a utilização de materiais acessíveis e de baixo custo.

Deste modo, a transição para uma arquitetura mais humanizada não só representou uma rutura com os princípios modernistas dos CIAM, como abriu caminho para uma prática que integra as dinâmicas culturais, sociais e económicas das comunidades, promovendo a construção de habitações que evoluem em sintonia com as necessidades e modos de vida dos seus habitantes.

1.4. Objetos de estudo

Ao longo da investigação debruçamo-nos sobre os conceitos de **habitação participada e evolutiva**, nos elementos que lhes são inerentes, e no estudo de dois bairros portugueses, projetados no século XX: o **Bairro do Alto do Moinho** e o **Bairro da Malagueira**, constituindo-se como objetos de estudo.

Estes bairros, associados a estes tipos de habitação, são analisados em dois momentos distintos: a génese e a contemporaneidade. Assim, procuramos compreender as motivações que impulsionaram a construção destes bairros, como o contexto político, social e económico da época, de forma a perceber como ambos os conceitos foram interpretados e integrados nas propostas iniciais. Paralelamente, analisamos a evolução das soluções habitacionais, modificadas pelos próprios moradores, refletindo sobre as transformações e apropriações ocorridas e a sua influência para com o estado atual dos bairros.

De forma de consolidar os conhecimentos adquiridos, a investigação culmina num ensaio projetual, que visa aplicar os princípios da habitação participada e evolutiva, numa abordagem prática que sintetize o potencial desses conceitos na conceção habitacional.

1.5. Objetivos

A investigação tem como principal objetivo compreender a simbiose entre a habitação participada e o desenho de bairros, utilizando casos de estudo como base para a análise. Deste modo, procuramos entender como a participação dos moradores pode influenciar a qualidade, funcionalidade e sustentabilidade dos bairros, e avaliar se este tipo de habitação é uma alternativa às abordagens convencionais.

Outro objetivo é compreender a importância do sentimento de identidade e comunidade nos bairros que adotam esta abordagem participada. Assim, observamos de que forma o envolvimento dos residentes no processo de conceção pode fortalecer estes sentimentos, contribuindo para a coesão social e para o sucesso dos bairros. Paralelamente, a dissertação propõe uma reflexão sobre a responsabilidade social do arquiteto, destacando a relevância da inclusão e do espírito comunitário na arquitetura, mais especificamente, na habitação, tal como sobre a mudança do papel do arquiteto.

Por fim, o exercício projetual da Unidade Curricular de Projeto III permite a aplicação prática das hipóteses e reflexões desenvolvidas durante a investigação e, assim, demonstrar a pertinência e aplicabilidade dos conceitos estudados em contextos atuais de projeto.

1.6. Metodologia

O método de investigação baseou-se numa revisão do estado da arte relativa à temática da habitação participada e evolutiva, com recurso a diversas fontes bibliográficas, nomeadamente a biblioteca de conhecimento partilhado b-On. Este levantamento bibliográfico teve como objetivo proporcionar uma compreensão abrangente das diferentes abordagens e perspetivas relativas ao tema. Esta etapa foi essencial para identificar as principais lacunas no conhecimento existente e assim, orientar os objetivos específicos da investigação.

Com base nos conhecimentos adquiridos durante a revisão do estado da arte, foi feito um enquadramento teórico que possibilitou o estudo das teorias e conceitos relacionados com a habitação participada e a habitação evolutiva.

De seguida, foi feita uma análise de dois projetos de referência na área da habitação participada e evolutiva, com o objetivo de identificar princípios comuns e estabelecer relações entre ambos os casos. Esta análise permitiu criar um conjunto de conhecimentos, que

foram aplicados no projeto da Unidade Curricular de Projeto III.

Por fim, realizou-se uma leitura final dos resultados obtidos, consolidando assim o trabalho realizado.

1.7. Estrutura

A dissertação organiza-se em quatro capítulos, e subcapítulos, designados como momentos. A designação de "momentos" reflete a visão da dissertação como um processo contínuo no tempo, expondo o desenvolvimento do conhecimento ao longo do processo.

O Momento I centra-se nas premissas da investigação, estabelecendo as bases teóricas e os objetivos que orientam todo o trabalho. O Momento II explora o conceito e a prática da habitação participada, tanto no contexto internacional quanto nacional. Neste momento, aborda-se ainda a habitação evolutiva, enquanto consequência da habitação participada, analisando como a flexibilidade arquitetónica permite a adaptação das habitações às mudanças nas necessidades dos moradores ao longo do tempo.

No Momento III, são analisadas duas experiências habitacionais de forma detalhada, a fim de compreender como os conceitos apresentados no momento anterior podem ser aplicados na prática do desenho e construção de bairros. A análise segue uma lógica que parte do macro para o micro: inicia-se com o estudo do território e da escala urbana, passando para o bairro e, finalmente, a habitação, analisando as suas relações com a envolvente e as especificidades das unidades habitacionais, incluindo o interior dos fogos.

O Momento IV foca-se na aplicação prática dos conhecimentos adquiridos, através de um ensaio projetual. Este momento sintetiza e justifica os aspetos estudados, demonstrando concretamente a relevância da arquitetura participada e evolutiva no processo de conceção e construção de um bairro.

Por fim, a leitura final é apresentada como síntese do trabalho, onde são recapitulados os principais pontos da investigação, consolidando as reflexões teóricas e práticas desenvolvidas ao longo dos diferentes momentos, e destacando a importância dos conceitos explorados na transformação e desenvolvimento futuro dos bairros. Esta síntese final reforça a continuidade do processo de investigação, enfatizando a aplicação prática e o impacto potencial dos resultados obtidos.

Momento II

Leitura dos conceitos de habitação participada e evolutiva

Ao longo deste momento, deixamos, nos títulos a palavra *habitação* entre parênteses retos, realçando a importância dos conceitos: **participado** e **evolutivo**. Embora estes conceitos possam ser lidos de forma autónoma, adquirem uma relevância quando se associam à habitação e a conjuntos habitacionais: os bairros. Esta abordagem, de relacionar o conceito de habitação ao de participação e evolução e, à ideia de bairro, permite explorar as suas potencialidades enquanto rutura do problema habitacional, que persiste há várias décadas.

Para uma leitura mais completa, foi elaborado um glossário de apoio à leitura, que à semelhança do uso dos parênteses retos, destaca alguns dos conceitos fundamentais da investigação, incentivando também a uma pausa para reflexão sobre esses mesmos conceitos.

Glossário

Bairro

"1. aglomerado de habitações homogéneas e com características próprias dentro de uma povoação

2. conjunto de pessoas que habita nesse aglomerado de habitações

3. área administrativa ou fiscal em que se dividem algumas cidades"

(Porto Editora, n.d.-a)

Casa

"Divisão, divisória, 'casa'. Espaço habitável interior independente de uma habitação, associado a uma função específica ou de utilização flexível. [GL]

A 'Casa' consiste numa unidade de habitação geralmente destinada a uma única família. Para a definição deste espaço doméstico influenciam factores como a estrutura familiar e a respectiva trajectória evolutiva, o modo de vida ou as funções de cada espaço. [LR]"

(Lameira et al., 2019: 103)

Evolução

"1. ato ou efeito de evoluir ou evolucionar; sucessão gradual de transformações que se afiguram orientadas em certo sentido

2. passagem gradual de um estado a outro, sendo este melhor, mais complexo ou mais perfeito que o anterior; aperfeiçoamento; desenvolvimento; progresso

3. mudança ou conjunto de mudanças que ocorrem ao longo do tempo"

(Porto Editora, n.d.-b)

Flexibilidade

"Segundo Ignacio Paricio e Xavier Sust, o conceito de flexibilidade refere-se a "qualquer disposição construtiva ou formal que permita uma certa diversidade nas maneiras de ocupação. A flexibilidade pode-se conseguir de muitas maneiras: desde a conversão de dois pequenos espaços em um maior mediante o derrube de um tabique, até à ordenação de um loft em que a compartimentação seja um móvel." (PARICIO; SUST, 1998: 49)

No que diz respeito à habitação plurifamiliar, alguns autores distinguem dois conceitos: a flexibilidade inicial e a flexibilidade contínua: "O primeiro corresponde à possibilidade de oferecer uma escolha antes da ocupação da habitação, podendo ser resultado tanto de uma participação do habitante como do mestre de obra. O segundo conceito concerne à possibilidade de modificar o seu habitat no tempo, noção à qual nós ajustamos as subdivisões (…) mobilidade, evolução e elasticidade." (ELEB-VIDAL; CHATELET; MANDOUL, 1988: 103). [GL]"

(Lameira et al., 2019: 118)

Habitação

"A habitação consiste no programa de excelência do Movimento Moderno pelo desenvolvimento de dispositivos para a renovação e modernização do conceito de habitar. O espaço doméstico garante privacidade e intimidade pela construção de um lugar interior protegido e confortável e estabelece a relação entre os espaços público e privado. Por conseguinte, a noção de conforto constitui uma valorização do espaço doméstico moderno geralmente associada a processos de mecanização dos espaços. [LR]"

(Lameira et al., 2019: 122)

Participação

"1. ato ou efeito de participar

2. envolvimento em determinada atividade

3. aviso; comunicação"

(Porto Editora, n.d.-c)

2.1. [Habitação] participada

De modo a proporcionar uma compreensão ampla e fundamentada sobre o conceito de habitação participada, este subcapítulo organiza-se em duas partes: o contexto internacional e o contexto nacional.

No contexto internacional, abordamos as origens do conceito de habitação participada, enfatizando as motivações e as necessidades que impulsionaram o seu desenvolvimento. Abordamos também a influência que teve em diversas áreas como a sociologia, as artes e as ciências, que contribuíram para a sua integração no campo do urbanismo e da arquitetura. Esta análise reflete ainda as diversas interpretações e adaptações que o conceito assumiu ao longo do tempo.

De seguida, no contexto nacional, analisamos o percurso da habitação em Portugal, com uma perspetiva que abrange o período antes, durante e após a Revolução de 25 de Abril. Este enquadramento permite identificar e compreender os principais programas habitacionais, não numa abordagem exaustiva, mas destacando os que efetivamente influenciaram a consolidação deste modelo habitacional. Através da análise das ruturas e continuidades deste programas, observa-se como a habitação participada foi moldada como uma resposta às políticas habitacionais tradicionais e às carências habitacionais emergentes.

2.1.1. O contexto internacional

O fim do Movimento Moderno marcou o início de uma fase de transição na arquitetura e na cidade, que por sua vez impulsionou transformações sociais e culturais.

A revolta ideológica contra os modos de vida impostos pela modernidade, conduziu à rutura da cidade moderna, dando lugar à cidade contemporânea. Este movimento de revolta, inicialmente marcado por um espírito humanista, acabou por ser neutralizado pela sociedade adaptada ao quotidiano moldado pelo Fordismo[2], a massificação e o conformismo. Este contexto gerou um sentimento de repressão e exclusão, impulsionando as revoltas do anos 60 do século XX, nomeadamente as manifestações estudantis de maio de 1968 em Paris. Aqui, surgiram novas ideologias, ainda que muitas vezes contraditórias e influenciadas por correntes anarquistas e marxistas, que visavam a democratização e transformação social.

Na Europa, as reações de revolta variaram: em Inglaterra, destacou-se o movimento Hippie como símbolo da contracultura, enquanto em França assumiu um caráter mais ideológico, liderada por estudantes e intelectuais. Nos países do bloco soviético, como a Polónia e a Checoslováquia, registaram-se tentativas de resistência aos ideais comunistas, no entanto, a democratização participativa não se concretizou politicamente. Em França, o regresso de Charles de Gaulle[3] ao poder, representou a reafirmação do Estado Providência como estrutura central para resolver os desafios sociais e demográficos. Este período, simbolizado pelo maio de 68[4], evidenciou a tensão entre a sociedade capitalista e o desejo de uma melhor qualidade de vida e liberdade individual.

Embora o impacto político tenha sido limitado, as transformações culturais e sociais foram relevantes, dando origem a posturas mais ativistas e hedonistas, onde a espontaneidade e participação cívica se tornaram formas de contestação ao sistema vigente.

---

2 O fordismo, desenvolvido por Henry Ford no início do século XX, é um modelo de produção em massa que utiliza linhas de montagem e a padronização de produtos para maximizar a eficiência e reduzir custos, influenciando a organização do trabalho e a estrutura urbana das cidades operárias.

3 Charles de Gaulle foi o fundador da Quinta República Francesa, em 1958, e exerceu a presidência entre 1959 e 1969. De Gaulle destacou-se como um dos presidentes franceses mais emblemáticos, sendo responsável por pôr fim ao caos político que marcou o período anterior ao seu regresso ao poder. A sua ideologia política, o gaullismo, continua a ter uma influência significativa na política francesa contemporânea.

4 “Depois de Maio de 68, a consciência do uso da cidade, sobretudo na França, mas também noutras paragens, nunca mais foi a mesma.” (Bandeirinha, 2007: 21)

O impacto nas ciências e na arte: a participação como catalisador

Manuel Villaverde Cabral (2008), ao refletir sobre este período, frisa que essas transformações tornaram-se dominantes, alterando comportamentos, relações e manifestações artísticas, numa tentativa de transformar o quotidiano em algo mais criativo e humano. Umberto Eco (1962), por sua vez, argumenta que essa abertura levou artistas, arquitetos, urbanistas, cientistas, entre outros, a procurar a participação do público, acreditando que apenas com uma interação crítica seria possível alcançar resultados que superassem uma visão individualista, valorizando assim o *modus operandi* coletivo e participado.

Nas décadas seguintes, esta visão crítica e participada refletiu-se na formação de uma sociedade ideologicamente mais aberta e diversa, ainda que marcada pelas contradições do emergente neoliberalismo.

O modernismo e a arquitetura participada: o pensamento teórico

As transformações sociais, artísticas e arquitetónicas, emergiram, também, devido à rutura do Movimento Moderno, e da dissolução dos CIAM.

No 9.º Congresso dos CIAM, em 1953, surgiram críticas internas à rigidez do funcionalismo defendido pelo movimento, sobretudo por parte de jovens arquitetos, como Alison e Peter Smithson. Estes, juntamente com outros elementos, formaram o Team X, um grupo que questionava os princípios do urbanismo moderno, propondo uma abordagem mais humana, atenta às necessidades sociais e à experiência vivida nos espaços urbanos. (Risselada & Heuvel, 2005)

Influenciados pelos movimentos políticos e sociais que marcaram o final dos anos de 1960, nomeadamente o maio de 68 e a Internacional Situacionista[5], o Team X defendia uma arquitetura participada, que incluía os futuros habitantes no processo de desenho e construção das habitações. Esta metodologia criava uma relação direta entre o espaço e os seus utilizadores, defendendo que a arquitetura devia focar-se na experiência humana e nas necessidades dos moradores. O Team X tornou-se assim, um dos principais impulsionadores de uma nova forma de pensar a arquitetura e o urbanismo, alinhando-se às ciências sociais e artísticas, que, à época, já utilizavam os conceitos de participação e envolvimento comunitário nas suas metodologias.

5 A Internacional Situacionista (IS), fundada em 1957, foi um movimento internacional de natureza política e artística, que reuniu artistas e intelectuais com o propósito de questionar o impacto do capitalismo e do urbanismo moderno na vivência urbana. Inspirados pelo marxismo e pelas vanguardas artísticas, os situacionistas defendiam a cidade que promovesse a liberdade e a criatividade, em contraste com a monotonia e a funcionalidade rígida impostas pelo planeamento convencional.

A filosofia e a cidade[6]

A arquitetura e o urbanismo atravessaram igualmente um período de mudança, influenciados pelas ciências sociais e ideias de participação e humanização do espaço urbano. Sociólogos como Henri Lefebvre e Paul-Henry Chombart de Lauwe assumiram um papel determinante ao recuperar o "direito à cidade" (Lefebvre, 1968), influenciando a forma como os espaços urbanos passaram a ser desenhados e apropriados pelos habitantes. Esta nova perspetiva levou à revisão das abordagens tradicionais, promovendo uma solução mais participada e atenta às necessidades individuais no contexto urbano. Graças a Chombart de Lauwe, surge uma nova perceção sobre a influência dos planos e projetos urbanísticos no comportamento dos habitantes, demonstrando que as ciências humanas não deveriam impor modos de vida, mas sim orientar uma aproximação e adaptação do urbanismo às vontades e necessidades do indivíduo que habita a urbe.

Apesar dos esforços para democratizar e humanizar o urbanismo, o período pós-guerra não alcançou o humanismo urbano desejado, devido à coexistência entre a massificação cultural e as posturas críticas participadas. No norte da europa, evidenciava-se uma abordagem de pesquisa espacial e social, enquanto no sul, assistiu-se a um interesse pelo reviver da história, signos e tipos que conformam a arquitetura e a cidade. Este movimento contribuiu para uma valorização do fator tempo na arquitetura e no urbanismo.

Fernando Távora, ao publicar "Da organização do Espaço", sublinhou a importância da Teoria da Relatividade de Albert Einstein e da sua nova noção de "espaço-tempo" (Távora, 1962: 12), essencial para refletir sobre as ideias de renovação contínua, a indeterminação e a relatividade das múltiplas experiências, inerentes tanto à arquitetura quanto à vida. Essa reflexão apontava para uma arquitetura mais participada.

Esta linha de pensamentos foi consolidada em 1968, quando o Ministro da Habitação e Governo Local Inglês encomendou a Arthur M. Skeffington um relatório com o intuito de assegurar a participação dos cidadãos nas fases iniciais dos planos urbanísticos. Em 1969, foi publicado o Skeffington Report, um documento que contrariava a soberania dos arquitetos e projetistas modernos, dando voz e poder à vontade pública. (Glass, 2017) Este documento tornou-se a base dos processos participados nos planos, projetos e regulamentos da época, embora tenha ficado aquém das expectativas. Foi neste ambiente que surgiram novas abordagens à arquitetura, motivadas pela necessidade de habitação e apoiadas em teorias participadas e de autoconstrução de arquitetos como John Turner, John Habraken e Christopher Alexander. Estes arquitetos defendiam uma arquitetura pedagógica e acessível, que permitia aos habitantes serem os próprios construtores das suas habitações, promovendo uma maior autonomia e envolvimento dos moradores na conceção dos seus espaços.

6 Este título estabelece um paralelo com a obra de Henri Lefebvre, *O Direito à Cidade* (1968), onde um dos capítulos intitula-se "A Filosofia e a Cidade", espelhando o tema central abordado neste texto.

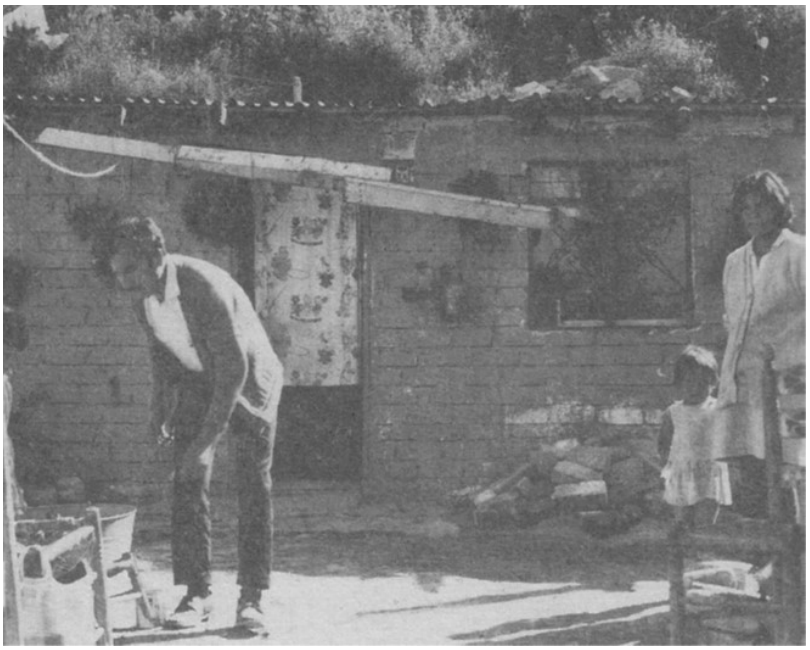




Figura 1 Autoconstrução, periferia da cidade do México

Figura 2 Assentamentos espontâneos, periferia da cidade do México

Deste modo, a participação surge na arquitetura e na habitação como uma alternativa à figura tradicional do arquiteto passivo, ganhando força, sobretudo, em países menos desenvolvidos – os países do Terceiro Mundo[7]. Nesses contextos, as comunidades, confrontadas com a pobreza extrema, desenvolveram sistemas espontâneos e autónomos de forma a superar as suas dificuldades. Este cenário despertou o interesse de diversos arquitetos, urbanistas e cientistas sociais, como Chombart de Lauwe, Charles Abrams e John Turner, que observaram o crescimento desses assentamentos, em particular na América Latina, e o papel ativo que os cidadãos assumiam na construção das suas próprias cidades[8].

John Turner, fascinado por esta dinâmica, tornou-se um dos seus maiores defensores, argumentando que o planeamento, a gestão de recursos e a construção deveriam ser decisões tomadas pelos próprios moradores. Turner acreditava que para além da forma e estética, a habitação deveria ser avaliada pelo ““produto” mais importante de qualquer atividade humana que é, obviamente, a satisfação ou frustração das necessidades”(Turner & Fichter, 1972: 151–152)[9] das famílias. Além disso, defendia que esses níveis de satisfação tendiam a melhorar com o tempo desde que os moradores tivessem a oportunidade de participar ativamente na conceção do seu espaço. Desta forma, as famílias sentem-se motivadas a preservar e melhorar as suas habitações, pois veem nelas refletidas as suas vontades e necessidades. (Turner & Fichter: 1972) A autoconstrução, apareceu como um conceito consequente da arquitetura participada, já que permitia que populações de baixos rendimentos assumissem o controlo da construção das suas habitações, reduzindo custos e promovendo o espírito de comunidade e entreajuda.

---

7 Nos anos de 1960, a distinção entre Primeiro e Terceiro Mundo surgia como uma forma de classificar os países segundo o seu desenvolvimento económico e social. O Primeiro Mundo englobava as nações capitalistas e industrializadas, como os Estados Unidos e a Europa Ocidental, enquanto o Terceiro Mundo referia-se a países em vias de desenvolvimento, muitos deles ex-colónias, que enfrentavam desafios como a pobreza e a falta de infraestruturas. Essa separação, que refletia desigualdades globais, ajudou a moldar a forma como se pensava sobre as questões de desenvolvimento e as políticas internacionais da época.

8 “I will go beyond that to suggest that the ideal we should strive for is a model which conceives housing as an activity in which the users - as a matter of economic, social, and psychological common sense - are the principal actors. This is not to say that every family should build its own house, as the urban squatters do, but rather that households should be free to choose their own housing, to build or direct its construction if they wish, and to use and manage it in their own ways. In fact these are traditional characteristics of local housing systems and are still practiced by those with high incomes.” (Turner & Fichter, 1972: 154)

9 Traduzido pela autora.

Walter Segal mostrou esta abordagem focada na entreajuda e comunidade através do seu método de autoconstrução, demonstrando como a colaboração entre futuros vizinhos contribuía não apenas para o sucesso das construções, mas também para a criação de laços sociais duradouros[10].

Por sua vez, Giancarlo De Carlo via a construção da cidade como um processo democrático e libertador, no qual a participação contínua e múltipla dos cidadãos era essencial. Jeremy Till, por outro lado, via na participação uma oportunidade de reformular a arquitetura, já que os modelos tradicionais encontravam-se num estado de negação face à inclusão dos habitantes (Jones et al., 2005). Bernard Rudofsky, com a ideia de uma "arquitetura sem arquitetos", defendia que a arquitetura existia muito antes da institucionalização da figura do arquiteto e que deveríamos libertar-nos da arquitetura comercial e rígida, demasiado centrada na figura profissional.

Paul Davidoff, com uma visão mais política e social, defendia que o arquiteto deveria assumir o papel de advogado dos moradores, amplificando a voz dos mesmos e introduzindo valores de justiça social no processo arquitetónico. Esta perspetiva levantou uma questão fulcral: a relação entre o arquiteto e o usuário. Aqui, Jeremy Till salienta a necessidade de uma participação, sob uma perspetiva realista, que reconhecesse os desequilíbrios de poder e conhecimento entre os participantes. Assim, é essencial que a participação não se limite a transferir todo o poder de decisão para os moradores, mas tomar decisões partilhadas entre estes e os arquitetos.

O processo participado confronta, assim, o arquiteto com a realidade dos moradores, e com os desafios inerentes à mesma. Deste modo, o arquiteto é forçado a adaptar-se às influências externas, resultantes dos desejos e necessidades manifestados pela comunidade (Jones et al., 2005). Tendo isto em conta, Giancarlo De Carlo propôs uma reformulação da metodologia arquitetónica, centrando-a nas necessidades da população e no contexto da construção.

Segundo De Carlo, o processo deveria começar pela identificação das necessidades dos habitantes, passando pelo desenho de possíveis soluções, culminando na decisão e construção por parte dos futuros moradores. Porém, a conclusão da obra não seria o fim do processo, mas sim o início de uma nova fase, de adaptação entre a habitação e os seus habitantes. Neste contexto, é exigido ao arquiteto uma constante capacidade de filtrar e integrar

10 "The method produced a strong sense of community even before construction was complete. For Segal, the participation of families brought social rewards that diverted his interest beyond the architecture, and he found satisfaction in the role of enabler exceeding that of a conventional practice increasingly beset with technical and bureaucratic hurdles. " (Jones et al., 2005: 138)

as novas necessidades dos moradores que surgem ao longo do período de ocupação.

É importante reconhecer que o processo participado confere à arquitetura um caráter particular, moldado pelas vontades dos moradores, frequentemente divergentes entre si ou mesmo em relação ao arquiteto. Trata-se assim, de um processo que rejeita o modelo tradicional e único, e orienta-se pelo contexto único, social, económico e cultural de cada projeto, assegurando a continuidade da arquitetura no futuro.

"In reality, architecture has become too important to be left to architects."

(Jones et al., 2005, p. 13)

1920

1928 Queda da 1ª República. Inicio da Ditadura Nacional.

1930

1933 Aprovação da Constituição da República. Inicio do Estado Novo.

O Estado Novo cria o Programa das Casas Económicas.

1939 Princípio da Segunda Guerra Mundial.

1940

1945 Fim da Segunda Guerra Mundial.

O Estado Novo cria as Casas de Renda Económica.

1946 Federação das Caixas de Previdência.

1948 Congresso Nacional de Arquitectura

1950

1953 IX CIAM (Congresso Internacional da arquitetura Moderna).

1955 Inquérito à Arquitectura Popular.

1957 Inicio dos trabalhos de John Turner no Peru.

1960

1968 Maio de 68, dão-se as Revoltas estudantis em Paris.

1968 Afastamento de Salazar do poder, dando lugar a Marcelo Caetano.

1969 Criação do Fundo de Fomento da Habitação.

I Colóquio sobre Política Habitacional.

Encontro Nacional de Arquitectos.

Skeffington Report.

1970

1974 Revolução do 25 de abril de 1974, fim do Estado Novo.

Criação do Serviço de Apoio Ambulatório Local.

1976 Criação do Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção.

VI Conselho Nacional do SAAL- Livro Branco.

Fim do Serviço de Apoio Ambulatório Local.

1980

2.1.2. O contexto nacional

Antes de abril

Entre 1928 e 1974, Portugal viveu num regime ditatorial que, perante as condições precárias de higiene e saneamento nas cidades, sentiu a necessidade de expandir e ajustar as suas políticas habitacionais.

No início do século XX, a política habitacional em Portugal era predominantemente sustentada por iniciativas privadas, apoiadas pelo Estado, como se pode observar na construção de bairros operários. Este modelo era conveniente aos interesses económicos e sociais dos proprietários das indústrias, ao responder minimamente às necessidades básicas dos trabalhadores, e simultaneamente, adiar o debate sobre a necessidade de implementação de políticas públicas de habitação social. Contudo, a ausência de uma ação pública agravou as crescentes carências habitacionais ao longo do tempo.

Em 1933, o regime cria o Programa das Casas Económicas (1933 a 1967)[11], representando a primeira tentativa de intervenção do Estado Novo na área da habitação. O programa, baseado na "solução portuguesa" ou "casa portuguesa"[12], promovia a criação de bairros periféricos à cidade compostos por habitações unifamiliares de áreas mínimas, e equipados com equipamentos de apoio social, religioso e comercial, bem como espaços verdes públicos e privados.

No entanto, este programa foi limitativo pelo facto de seguir uma "filosofia de intervenção (…) determinada por objectivos de dominação social, controlo político e disciplinação moral" (Cavaleiro Rodrigues, 2001: 138), e as habitações revelarem-se inadequadas para acomodar as famílias ao longo das diferentes fases do seu ciclo de vida.

Para responder a estas limitações, e ao facto de muitas famílias não terem recursos para aceder ao Programa das Casas Económicas, o Estado criou, em agosto de 1938, o programa das Casas Desmontáveis[13] Estas habitações, transitórias, destinavam-se a alojar provisoriamente os agregados até que estes pudessem adquirir uma casa económica[14].

---

11 O Programa das Casas Económicas, instituído pelo Decreto-lei n.º 23 052, de 23 de setembro de 1933, autoriza o governo a promover a construção de casas económicas, em colaboração as câmaras municipais, corporações administrativas e organismos do estado. O programa previa a criação de habitações unifamiliares, destinadas à posse plena por parte dos moradores, mediante o pagamento de prestações ajustadas ao rendimento de cada agregado familiar. Para serem elegíveis, os candidatos deveriam ser obrigatoriamente "casais de família", assegurando-se, assim, a transmissão do direito de propriedade aos seus descendentes.

12 A propósito, ver: Ramos, R. J. G. (2013). Casa Portuguesa. In *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Assembleia da República.

13 Decreto-Lei n.º 28912, de 12 de agosto.

14 A propósito, ver: Bairro das Furnas, Lisboa.



Figura 3 A luta dos bairros é só uma, Porto

Na segunda metade da década de 1940, após o fim da Segunda Guerra Mundial, registou-se uma afluência significativa de população para os centros urbanos, o que criou problemas que acentuavam a necessidade de intervenção na área da habitação social. Com o intuito de produzir habitação de forma mais económica e em maior quantidade, surgiu o bloco de habitação coletiva, e os programas de Casas de Renda Económica, Casas de Renda Limitada e Casas para Famílias Pobres.

O programa das Casas de Renda Económica[15], era direcionado para a classe média, especialmente para aqueles que não tinham intenção ou possibilidade de adquirir uma casa própria através do programa das Casas Económicas. Este modelo promovia o arrendamento da habitação através de uma renda previamente estipulada, sendo que estas habitações consistiam em edifícios de apenas quatro pisos, localizadas em centros urbanos ou industriais. Este tipo de habitação ainda tentava resistir aos grandes blocos de habitação coletiva que viriam a ser construídos posteriormente e já em grande difusão pela Europa.

Nessa mesma época, a eficácia do programa das Casas Económicas revelou-se limitada, quer pelo número reduzido de habitações construídas[16], quer pela insuficiência da resposta do Estado, refletindo-se num ritmo de construção que diminuía gradualmente. O Estado, que "não podia e não queria enfrentar a questão sozinho" (Agarez, 2019: 74) procurou motivar o investimento privado através das Casas de Renda Económica, apelando a entidades privadas, sociedades cooperativas, instituições de previdência social e associações anónimas para investirem em habitação económica. As Caixas de Previdência desempenharam um papel fundamental neste processo, investindo os seus fundos tanto nas casas económicas como nas habitações de renda económica. Este apoio permitia duas possibilidade: a aquisição de uma casa económica através de prestações ou o arrendamento de uma casa com renda económica.

As Caixas de Previdência, ao aplicarem e rentabilizarem os seus capitais na solução de problemas sociais, construíram maioria das habitações económicas, sob a coordenação da Federação de Caixas de Previdência (FCP). Este organismo, responsável pela promoção de Habitações Económicas, colaborava com as Câmaras Municipais na aquisição de terrenos, nos quais a FCP elaborava projetos, resultando na proliferação de habitações económicas por todo o território nacional. A FCP esteve ativa durante 26 anos (1946–1972), consolidando-se como um parceiro crucial na resposta habitacional.

O programa das Casas de Renda Limitada foi outra estratégia do Estado para estimular o investimento privado na habitação e mitigar a crise habitacional, oferecendo benefícios fiscais e terrenos municipais a preços acessíveis. Neste caso, a posse da habitação era priva-

15 A Lei nº 2007, de 7 de maio de 1945, define as bases para a construção de casas de renda económica.

16 Em 34 anos, foram construídas apenas cerca de 13500 habitações em todo o território nacional.

da, mas o controlo da renda era feito pelo Estado[17].

Por fim, o programa de Casas para Famílias Pobres surgiu como uma continuação do programa das Casas Desmontáveis, alcançando um relativo sucesso, com cerca de 5000 habitações construídas em apenas cinco anos.

Fundo de Fomento da Habitação (FFH)

No início dos anos de 1960, após várias tentativas e programas habitacionais que tinham como objetivo responder ao problema habitacional resultante da migração interna da população, as condições habitacionais continuavam a agravar-se, quer a nível quantitativo como qualitativo. Tornou-se evidente a dificuldade do Estado em dar resposta eficaz a esta situação. Assim, o regime lança o Plano Intercalar de Fomento (1965-1967), que pela primeira vez, inclui um capítulo dedicado à habitação, com o objetivo de mitigar essas carências.

Através deste plano, propôs-se uma redistribuição de rendimentos e uma atenção renovada ao planeamento regional, alocando fundos específicos para a promoção de habitação e prevendo a construção de 21.000 unidades habitacionais. Adicionalmente, foram simplificados os processos de expropriação de terrenos, permitindo a execução de programas habitacionais inseridos nos planos de urbanização. No entanto, estas medidas, ainda que demonstrassem uma preocupação com o desenvolvimento urbano, não foram suficientes para resolver a crise habitacional. As iniciativas limitavam-se a pequenas alterações nas políticas vigentes e falhavam em realizar um levantamento rigoroso das condições habitacionais da população afetada, carecendo, por consequência, de propostas eficazes para mitigar o problema.

Em 1968 com a chegada de Marcelo Caetano ao poder, surge uma nova geração de arquitetos focada na resolução do problema habitacional em Portugal. Este grupo dedica-se ao estudo e levantamento detalhado da situação habitacional do país, revelando uma crescente preocupação com a necessidade de uma política social urbana que ofereça soluções concretas para o problema da habitação.

Neste contexto, a 28 de maio de 1969, foi criado o Fundo de Fomento da Habitação (FFH).[18] Este organismo foi criado com o intuito de operacionalizar as políticas habitacionais recém-estabelecidas e procurar soluções para as classes que não beneficiavam dessas políticas. Assim, o FFH incorporou as entidades ligadas à habitação, e assume três responsabilidades principais: concentrar as iniciativas de construção de habitações económicas, gerir o Fundo de Casas Económicas e assegurar a distribuição destas habitações.

17 A propósito, ver: Bairro de Alvalade, Lisboa.

18 O Fundo do Fomento da habitação surge ao abrigo do Decreto-lei nº 49 033, de 28 de maio de 1969.

Em 1972, o programa das Caixas de Previdência e das Casas Económicas de 1933 acaba, sendo os seus rendimentos absorvidos pelo FFH. Estas mudanças reforçaram o papel do FFH na promoção de uma política habitacional mais inclusiva e na gestão centralizada dos recursos destinados à habitação económica.

Colóquio sobre Política da Habitação

Em 1969, durante o Colóquio sobre Política da Habitação, Nuno Portas denuncia a pobreza extrema que se verifica no país[19] e apresenta propostas mais sustentáveis e inclusivas, destacando a responsabilidade do Estado em enfrentar a crise habitacional, através de construção direta de fogos ou programas habitacionais que tivessem em conta a magnitude da população em condições de precariedade habitacional. Portas defendeu ainda a atribuição de benefícios acrescidos a programas de caráter evolutivo[20], visando uma solução progressiva e ajustável às necessidades reais da população.

Essa discussão serviu de base para o "Colóquio sobre Política da Habitação - O Relato Final", realizado no mesmo ano, que estabeleceu um plano concreto de novas políticas habitacionais, incluindo instrumentos e medidas para mitigar a crise habitacional. Neste contexto, ficou claro que, em situações onde a população não tivesse capacidade de adquirir uma habitação por meios próprios, o direito à habitação deveria "ser assegurado a todos pela coletividade, sob a responsabilidade do Estado". (Fernandes et al., 1969: 1)

A habitação não podia continuar a ser pensada de forma isolada. Assim, o conceito de "direito à Habitação Integrada" surgiu como um princípio inovador, defendendo que o fogo habitacional deveria ser parte de um conjunto mais amplo, inserido no tecido urbano e integrado com equipamentos e serviços que fomentassem a vida em comunidade (Fernandes et al., 1969). Esta visão pretendia promover o desenvolvimento contínuo da cidade e da sociedade, reforçando a interligação entre a habitação e o seu contexto social e urbano.

Como Bandeirinha salienta na sua obra, "não serão só os fogos que vão crescendo em área e qualidade, em consonância com as novas disponibilidades económicas, mas é o próprio bairro que, à medida que se vai consolidando, vai também evoluindo na qualificação das infraestruturas urbanas e dos equipamentos associados" (Bandeirinha, 2007: 81).Esta visão

19 "(...) as carências habitacionais, que oscilam entre os 350 000 e os 500 000 fogos, e os rendimentos dos diversos estratos de agregados familiares carenciados." (Bandeirinha, 2007: 71)

20 O conceito de evolutivo já tinha surgido no *Colóquio sobre Aspectos Sociais na Concepção do Habitat,* em fevereiro de 1960. Aqui, o conceito de evolução propôs uma nova forma de repensar o ato de habitar e como este se transforma ao longo do tempo. A habitação deixou de ser apenas uma questão de abrigo e passou a exigir um planeamento que estivesse intimamente ligado ao plano urbano existente. Assim, a evolução passou a ser entendida não apenas a partir do fogo, mas também do contexto mais amplo em que este se insere.

marcava um desvio importante face à produção massiva de habitação periférica, que frequentemente resultava em bairros estagnados e desprovidos de relação com o centro urbano.

Ainda dentro desta linha de pensamento, quando se reflete sobre a população que ocuparia essas novas habitações, foi essencial compreender que população era essa, quem eram, como viviam, onde moravam, e quem são aqueles que constituíam *o maior número*[21]. Nuno Teotónio Pereira reconheceu este problema, designando por "maior número" a população que habitava em condições profundamente degradantes, sem acesso a água canalizada, eletricidade ou saneamento básico. Embora se tenha assumido como prioritária a produção em massa de habitações para reduzir o défice habitacional, ficou claro que a solução não podia passar pela criação de conjuntos habitacionais periféricos e estanques. Era necessário assegurar a integração dessas populações na cidade, proporcionando-lhes acesso a transportes públicos e a infraestruturas básicas.

Em suma, o arquiteto tomou consciência de que, ao projetar para o maior número, não poderia descurar o impacto mais amplo das suas ações, entendendo que a sua intervenção devia contribuir para o desenvolvimento da cidade e da sociedade de forma holística e sustentável.

Encontro Nacional de Arquitetos (ENA)

A noção do papel do arquiteto e da autognose do mesmo, não apenas enquanto agente na construção de espaços, habitações e da cidade, mas também como figura interventiva na transformação da sociedade, emergiu de forma significativa no Encontro Nacional de Arquitetos (ENA), realizado em dezembro de 1969. Este encontro, reuniu cerca de 273 participantes, dos quais apenas metade eram arquitetos, refletindo a intenção de promover discussões livres.

Convocado com o propósito de analisar e debater as questões mais urgentes da profissão, o ENA promovia "uma tomada de consciência do papel do arquitecto na sociedade portuguesa actual" (Pereira, 1969). Assim, o encontro estruturou-se em torno de grupos de trabalho, dedicados à discussão de temas que, à época, refletem as preocupações emergentes tanto no plano nacional como internacional. Entre as propostas apresentadas, destacam-se: "A repercussão na actividade do arquitecto das actuais estruturas da sociedade portuguesa e a sua intervenção nessas estruturas" pelo arquiteto Luís Vassalo Rosa; "Política de solos e actividades do arquitecto" , proposto por um grupo liderado pelo arquiteto Francisco Silva Dias e pelo estagiário Júlio Saint Maurice; e "Participação Popular e Trabalho do Arquitecto

21 A questão levantada e discutida por Nuno Teotónio Pereira no Colóquio de Urbanismo, realizado no Funchal, a 8 de janeiro de 1969, impulsionou o desenvolvimento do estudo "Habitações para o maior número". (Pereira, 1996:. 78–97)

no Desenvolvimento Urbano", apresentado por um coletivo que incluía os arquitetos Nuno Teotónio Pereira e Pedro Vieira de Almeida, entre outros.

O debate internacional esteve em destaque quando o ENA abordou tema como a racionalização e sociabilização do uso do solo, bem como a participação direta das populações nos processos de planeamento urbano, tal como é possível ver em textos extraídos do encontro:

"Perante esta dupla situação de impotência e esta comum situação de dependência, tanto das populações como dos técnicos (…) torna-se urgente:

> 2.1. (…) determinar os obstáculos à participação das populações nas decisões que orientam e condicionam o fenómeno urbano (…).
>
> 2.2. Verificar a possibilidade de uma convergência de interesses de populações e técnicos, que permita entrever hipóteses de intervenção comum, procurando vencer as barreiras existentes (…)
>
> 2.3. Ensaiar formas concretas de acção em comum, envolvendo profissionais, estudantes e cidadãos, através de um processo de esclarecimento mútuo (…)"

(Pereira, 1996: 108–109)

Estes temas refletiam a necessidade de integração das populações nos processos de transformação urbana, um princípio que viria a marcar os desenvolvimentos posteriores na arquitetura participada.

A partilha de ideias nestes grupos de trabalho expôs, no entanto, um desencontro entre princípios e abordagens, revelando a falta de experiência em lidar com o problema habitacional.

O ENA evidenciou a necessidade de agir, reconhecendo que a mera teorização já não bastava. Perante o agravamento da crise habitacional, os arquitetos tomaram consciência de que precisavam voltar-se para a sociedade em formação. Deste modo, emergiu uma nova fase da habitação social, marcada, por um lado, pela inexperiência, mas por outro, pela determinação em resolver os desafios habitacionais que continuavam a crescer.



Figura 4 Manifestação pelo Direito à Habitação, Porto

Depois de abril

A vontade de resolver a crise habitacional tornou-se evidente no período pós 25 de Abril de 1974, uma época de transformações políticas e ideológicas no país. A expansão descontrolada de cidades como Lisboa e Porto, impulsionada pela migração interna e pelo regresso dos retornados das ex-colónias, acentuou a precariedade habitacional. Este crescimento acelerado e desordenado levou à proliferação de bairros de barracas, construções ilegais e ilhas, carentes de infraestruturas básicas e de um planeamento adequado.

Na segunda metade do século XX, tornou-se urgente repensar as políticas habitacionais em resposta ao aumento destas construções ilegais [22]. Em maio de 1974, em todo o país, surgiram manifestações em defesa do direito à habitação. Foi neste contexto que, após Nuno Portas assumir o cargo de Secretário de Estado da Habitação, apelou à "necessidade de soluções inventivas, que dessem respostas às várias especificidades geradas por uma situação totalmente nova, e as mesmas premissas teóricas de sempre, agora estimuladas por um contagiante ambiente de liberdade e de "refundação" social". (Bandeirinha, 2007: 112) Assim, foram implementadas medidas significativas, como o relançamento das cooperativas de habitação económica (CHE)[23], os Contratos de Desenvolvimento para a Habitação (CDH)[24] e o Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL). Estas medidas tinham o objetivo de "favorecer programas descentralizados (apesar dos riscos administrativos inerentes), através de organizações de moradores e cooperativas, que controlam diretamente as operações, incluindo o relacionamento com os técnicos (…)" (R. Santos, 2016: 16).

22 "À semelhança de outros países europeus, no final do século XIX Portugal vê emergir as vozes dos higienistas preocupados com as condições de um crescimento urbano 'descontrolado.'" (Guerra et al., 2001: 62)

23 As cooperativas de habitação económica (CHE), embora já existentes, não tiveram o impacto esperado (Pereira, 1996: 74–77). Com o relançamento do cooperativismo habitacional, sobretudo nas grandes cidades, surgem Comissões e Associações de Moradores, organizadas com o prepósito de reivindicar a construção de bairros nas suas próprias localidades, evitando, assim, a deslocação para periferias. Para além de assegurar o pagamento das rendas estipuladas, os moradores manifestaram disponibilidade para participar ativamente na construção das suas habitações, sendo que a tarefa de reabilitação e expansão dos bairros deveria igualmente a contar com o apoio do governo, comprometido em fomentar esta dinâmica de participação comunitária.

24 O contrato de permuta de um terreno entre uma autarquia e uma empresa de construção privada, destinado à edificação de habitação a preços controlados, insere-se no âmbito dos atos de gestão privada da autarquia. A empresa, ao abrigo deste contrato, compromete-se a alienar as habitações segundo as normas específicas estabelecidas para este tipo de oferta habitacional e de acordo com os termos definidos num 'Acordo de Colaboração previamente firmado entre ambas as partes.



Figura 5 Processo só há um, o SAAL e mais nenhum! Associação de Moradores 18 de Maio, Oeiras

Programa de Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL)

"Em face das graves carências habitacionais, designadamente nas principais aglomerações, aliadas às dificuldades em fazer arrancar programas de construção convencional a curto prazo - na medida em que estes programas supõem terrenos preparados, projectos e preparação de concursos e garantia de disponibilidade financeira por parte do Estado ou autarquias locais -, está o Fundo de Fomento da Habitação a organizar um corpo técnico especializado, designado por «Serviço de Apoio Ambulatório Local» (SAAL), para apoiar, através das câmaras municipais, as iniciativas de populações mal alojadas no sentido de colaborarem na transformação dos próprios bairros, investindo os próprios recursos latentes e, eventualmente, monetários."

(Despacho DD4630, 1974: 873)

O programa SAAL representou uma mudança de paradigma na abordagem à habitação, ao introduzir uma abordagem participada que envolvia, diretamente, os habitantes no desenho e construção das suas habitações.

Pela primeira vez, os vários agentes envolvidos na produção, distribuição e uso da habitação, incluindo arquitetos e futuros habitante, trabalhavam lado a lado, estabelecendo um diálogo contínuo que permitia adaptar as soluções habitacionais às vivências e necessidades específicas de cada comunidade. Este processo conferia aos moradores, antes excluídos das decisões sobre as suas habitações, uma voz ativa em aspetos como a localização, o tipo de construção e a organização dos fogos, promovendo, assim, uma ecologia local.

O SAAL aplicava-se a comunidades estruturadas em bairros degradados ou com condições de habitabilidade precária, com o objetivo de requalificá-los através de uma metodologia participada que encorajava os habitantes a serem protagonistas na criação dos seus espaços. De forma a isso ser possível, o programa estabeleceu objetivos específicos que, desde o início, orientavam o seu desenvolvimento, nomeadamente:

1. Descentralizar os processos administrativos e técnicos para os futuros moradores, atribuindo-lhes maior poder de decisão e responsabilidades relacionadas com as habitações, de modo a incentivar uma participação ativa e comprometida.

2. Relacionar o programa habitacional com o contexto urbano e social do local, de forma a assegurar que as soluções arquitetónicas respondam às necessidades concretas dos habitantes e promovam a estabilidade e coesão das comunidades.

3. Valorizar os recursos locais e da autoconstrução, incentivando o uso de materiais locais e a participação da comunidade na construção das habitações. Deste modo, não só se reduzem custos de execução como promove o envolvimento ativo da comunidade, e aumenta o sentido de pertença e responsabilidade com o bairro.

Assim, cada habitação era adaptada às especificidades do contexto urbano em que se inseria, mobilizando recursos estatais e locais, promovendo simultaneamente a autonomia e o protagonismo dos habitantes.

O processo SAAL, contrastava, assim com a rigidez dos modelos habitacionais anteriores, permitindo a criação de tipologias evolutivas, ajustáveis às transformações sociais e económicas das comunidades, favorecendo também o desenvolvimento de novas formas de financiamento, através de novas modalidades de empréstimo para as cooperativas de moradores, recursos do FFH e o envolvimento da iniciativa privada em contratos com preços previamente estabelecidos. Também era incentivada a colaboração de empresas locais, escolhidas pelas associações de moradores, favorecendo a cedência de materiais ou serviços a preços mais acessíveis, e assim, evitar a escolha tradicional de empresas ligadas a materiais prefabricados. O custo do projeto era ainda mais reduzido ao, sempre que possível, aproveitar infraestruturas preexistentes, como edifícios antigos e vias de acesso, e ao incorporar tipologias evolutivas, que permitiam a construção por fases, de forma a adiar parte do investimento e adaptar a habitação de acordo com as necessidades e recursos dos habitantes.

A habitação participada surge, assim, como resposta à crise habitacional, sendo um ponto de viragem para uma prática mais inclusiva e consciente das realidades locais.

O programa SAAL assentava em valores essenciais, como o direito à habitação, à cidade e à arquitetura, valores já debatidos no primeiro colóquio. O direito à habitação pretendia garantir condições de habitabilidade dignas, assegurando infraestruturas básicas como abastecimento de água, saneamento e eletricidade, além de prever equipamentos e serviços comuns que complementavam o bairro. Estes elementos enraizavam o sentimento de pertença e possibilitava a apropriação dos espaços pelos moradores. O direito à cidade expressava o desejo da população em permanecer nas áreas que habitava, recusando as propostas de realojamento para as periferias. Por fim, o direito à arquitetura permitia que as pessoas, muitas vezes em situações habitacionais precárias e com escassos recursos económicos, construíssem uma habitação digna com o apoio técnico especializado, promovendo um projeto com qualidade arquitetónica.

A materialização destes valores foi possível através da colaboração dos moradores,

já organizados em associações e comissões, com as brigadas técnicas, autarquias e o Estado. As brigadas ou Brigadas de Construção[25], eram compostas por uma equipa multidisciplinar, com arquitetos, engenheiros, assistentes sociais, juristas, sociólogos e estudantes de várias áreas, asseguravam apoio aos moradores desde a criação das associações cooperativas de moradores e aquisição de terrenos até à definição de equipamentos de apoio comunitário e ao acompanhamento da autoconstrução[26]. De forma a garantir que as preferências dos moradores fossem refletidas nos projetos, o processo incluía ferramentas de comunicação como inquéritos, entrevistas e assembleias públicas. Não obstante, as brigadas técnicas enfrentavam limitações impostas pela escassez de recursos económicos e pela necessidade de conciliar expectativas individuais com a natureza coletiva dos projetos, sendo impossível responder a todos os critérios dada a diversidade e quantidade dos agregados familiares envolvidos. (R. Santos, 2016: 24)

Estas brigadas, estavam distribuídas regionalmente, em três zonas principais, Norte, Centro-Sul e Algarve, sendo as duas primeiras as mais ativas, deram forma a resultados concretos do programa SAAL:

- 131 Associações legalizadas;
- 174 operações concluídas, de um total de 271 pedidos;
- Cerca de 40 mil famílias envolvidas;
- 40 hectares de terrenos adquiridos;
- 4 mil fogos concluídos e outros 2.259 iniciados.

25 No documento entregue ao FFH por Nuno Teotónio Pereira a 24 de julho de 1974, as brigadas são denominadas por Brigadas de Construção.

26 "(…) à metodologias proposta estava subjacente um dos atributos posteriormente reivindicado para o SAAL: uma forma inovadora de intervir sobre a cidade através do controlo popular de todo o processo- escolha do local dos novos bairros; discussão e aprovação do plano urbanístico, dos equipamentos, das tipologias e dos padrões construtivos; adjudicação e controlo das obras; e atribuição e gestão do património habitacional." (A. F. Ferreira, 1987: 85)



Figura 6 Operação SAAL, Bairro do Leal, Porto, 1975

A metodologia do programa SAAL foi pioneira ao desconstruir o papel tradicional do arquiteto, que durante este processo teve de lidar com áreas que, à época, ultrapassavam as suas responsabilidades convencionais. Esse processo rompeu com os moldes estabelecidos, promovendo um contacto direto e contínuo com a população, algo que, até então, foi abordado de forma limitada no *Inquérito à Arquitectura Popular*. Esta interação constante com os futuros moradores possibilitava um feedback direto, essencial para que as soluções habitacionais pudessem corresponder efetivamente às necessidades e aspirações dos mesmos. Este tipo de comunicação raramente era obtido pelos métodos tradicionais da habitação social, onde os arquitetos trabalhavam com base em dados estatísticos sobre os habitantes, projetando tipologias padronizadas.

Nos programas habitacionais tradicionais, os habitantes tomavam conhecimento das características da sua habitação apenas no momento da ocupação, sem qualquer oportunidade de influenciar o processo de conceção. O SAAL, em contraste, centralizou a participação dos moradores, proporcionando-lhes um envolvimento ativo e efetivo nas decisões acerca das habitações e do bairro. Assim, as soluções arquitetónicas refletiam uma diversidade de abordagens, muitas vezes peculiares, mas ajustadas às necessidades e desejos dos futuros habitantes.

A metodologia participada do SAAL permitiu discutir explorar opções como pátios privados, halls de entrada e a disposição dos espaços internos, elementos que condicionavam diretamente a experiência de habitar. Em certos casos, após o processo de entrevistas e diálogos, os arquitetos apresentavam diferentes propostas aos moradores, as quais eram discutidas em conjunto. Esta prática visava, não só sensibilizar os habitantes para a diversidade de soluções possíveis, mas também os ajudava a perceber que as suas necessidades podiam ser atendidas de diversas formas, cada uma com vantagens e desvantagens específicas, evitando assim o conformismo com única alternativa. É de notar que, os aspetos exteriores das habitações, como o desenho dos volumes, aberturas e cores, foram os elementos que menos suscitaram debate, deixados à escolha dos arquitetos. (Costa et al., 2019; R. Santos, 2016)

As soluções arquitetónicas dos bairros SAAL, refletiam uma diversidade de abordagens, evitando uma linguagem uniforme. As tipologias dos bairros caracterizavam-se, na sua maioria, por edifícios de dois a três pisos, com densidades habitacionais médias ou altas e espaços exteriores bem definidos, em edifícios contínuos ou interligados. Ainda assim, é possível reconhecer a rutura com os programas e soluções habitacionais anteriores[27]. Algumas tipologias incluíam duplexes, casas em banda e casas com pátios privados. As primeiras duas soluções permitiam uma economia de terreno, enquanto as habitações em banda e com pátios, promoviam a flexibilidade e o caráter evolutivo das habitações, permitindo adapta-

27 Após os CIAM, as soluções habitacionais influenciadas pelo movimento moderno, passaram a adotar blocos de vários pisos, caracterizados por espaços intersticiais.

ções ao longo do tempo. Importa destacar que, em áreas urbanas com preexistências, estas eram respeitadas e, em muitos casos, reabilitadas, como se verificou, por exemplo, nas ilhas do Porto, nomeadamente nas Antas e em São Vítor. (Costa et al., 2019)

O SAAL foi, assim, inovador em vários níveis, não só pela introdução de uma metodologia participada, mas também pela criação de um ambiente onde a arquitetura e a política social convergiam para oferecer aos moradores condições de vida dignas e adaptadas às suas necessidades.

2.2. [Habitação] evolutiva

Neste subcapítulo abordamos a habitação evolutiva, na sequência dos processos de autoconstrução e da construção faseada associados à habitação participada. Considerando que a habitação participada é a protagonista desta investigação, procuramos sintetizar, de forma breve e clara, os princípios fundamentais da habitação evolutiva.

Numa primeira parte, abordamos a habitação evolutiva no plano teórico. Partimos do conceito de "evolução", quer enquanto conceito isolado, quer no contexto habitacional, de forma a compreender o que constitui a habitação evolutiva. Aqui exploramos as possibilidades de evolução e transformação da habitação, a partir de diferentes interpretações e adaptações que este conceito assumiu ao longo do tempo. Também são introduzidos conceitos, como a adaptabilidade e a flexibilidade, que se revelaram intrínsecos a este modelo habitacional. Neste âmbito, recorremos a contributos dos estudos "Habitação Evolutiva" de Nuno Portas e Francisco Silva Dias, e "Habitação Evolutiva e Adaptável" de António Baptista Coelho e António Reis Cabrita, não com o propósito de os analisar, mas de complementar a informação apresentada.

Durante este subcapítulo, também são apresentados alguns casos de estudo de habitação evolutiva, de forma a compreender como é esta se materializa, evidenciando a aplicabilidade prática e relevância deste modelo.

2.2.1. O conceito evolutivo

No início do Momento II, o glossário de apoio à leitura introduz o conceito de "evolução", definido como o "ato ou efeito de evoluir ou evolucionar; mudança ou conjunto de mudanças que ocorrem ao longo do tempo". (Porto Editora, n.d.-b) Este conceito, quando transposto para o campo da arquitetura e, em particular, da habitação, permite compreender a evolução habitacional como um processo de desenvolvimento progressivo.

Raul di Lullo (1981) contribui para esta compreensão, ao explicitar que a habitação evolutiva proporciona a cada família a oportunidade de moldar a sua casa em função das suas necessidades e prioridades. Neste contexto, o "tempo" assume um papel fundamental, pois é através dele que a habitação se transforma, acompanhando as mudanças e necessidade que surgem na vida dos seus habitantes. Assim, cabe ao arquiteto a responsabilidade de delinear um conjunto de regras e estratégias que possibilitem esta evolução, assegurando não apenas a adaptação ao crescimento familiar, mas "uma grande flexibilidade às opções morfológicas de desenvolvimento físico". (Lullo, 1981: 3)

Neste sentido, a habitação evolutiva pode ser sintetizada como "constituir um sistema, baseado em regras, baseado em regras simples de projeto e execução, capaz de assegurar uma primeira fase de instalação, mas concebido por forma tal que não impeça a evolução qualitativa do ambiente da casa e dos níveis de áreas, a par e passo com a evolução sociocultural dos habitantes.". (F. da S. Dias & Portas, 1972: 100)

Formas de evolução

A necessidade de evolução da habitação surge como resposta às diferentes necessidades dos seus utilizadores. O processo evolutivo pode manifestar-se tanto no interior como no exterior da habitação. Em ambos os casos, estas mudanças são motivadas por: a necessidade dos habitantes se identificarem com o espaço habitacional, uma relação que contribui para prevenir o abandono da habitação; pela transformação das dinâmicas familiares ou dos modos de vida, que frequentemente originam novas exigências espaciais, como, por exemplo, a necessidade de um novo quarto após o nascimento de um filho; ou pela evolução tecnológica, que introduz novas possibilidades e obriga a adaptações, tornando certos espaços obsoletos. (Habraken, 1979)

Este carácter adaptativo permite que a habitação se transforme de múltiplas formas, diferenciando-se na maneira como responde às exigências específicas de cada utilizador. No entanto, para que estas transformações ocorram sem comprometer a habitabilidade, a integridade estrutural ou a coerência estética da unidade habitacional, é imprescindível que

se estabelecem regras.

Segundo Nuno Portas e Francisco Silva Dias (1972), a possibilidade de evolução de uma habitação ao longo do tempo requer "um conjunto de previsões técnicas" que devem ser consideradas desde "as primeiras decisões de administração e projecto". (F. da S. Dias & Portas, 1972: 101)

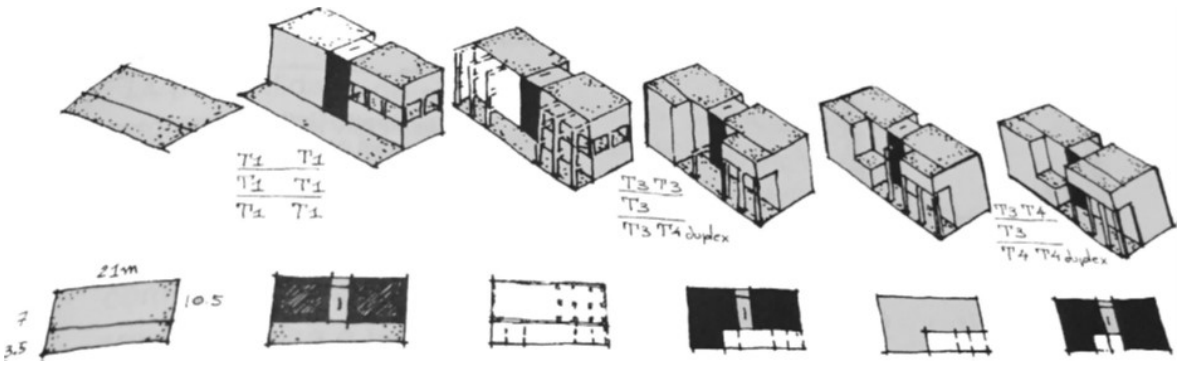
Este processo evolutivo organiza-se em torno de três princípios fundamentais: expansão, agregação e divisão.

• Agregação

A agregação consiste na junção de unidades habitacionais modulares, criando novos espaços ou divisões. Este sistema, repetível na vertical e na horizontal, permite uma evolução gradual e de longo prazo, pensado de forma a garantido o funcionamento dos acessos às habitações e as circulações internas.

O módulo base é projetado utilizando materiais que facilitem expansões futuras, assegurando que portas e janelas garantem níveis adequados de iluminação natural e ventilação. (Till & Schneider, 2016) No caso de agregações verticais, é essencial que o módulo inicial preveja espaço suficiente para integrar acessos verticais, como escadas, evitando interferências no futuro.

Um exemplo de evolução por agregação é a casa pré-fabricada de Walter Gropius na Alemanha. Esta habitação consistia num módulo inicial, ao qual podiam ser acoplados módulos adicionais conforme as necessidades dos habitantes. Esse modelo permitia uma adaptação contínua da casa, respondendo às carências de espaço e funcionalidade à medida que estas surgiam.



Figuras 7 Evolução por agregação: tipologias variáveis consoante a junção de módulos mais pequenos

• Divisão

A divisão implica a subdivisão de uma unidade habitacional maior em duas ou mais, permitindo que módulos anteriormente agregados se tornem espaços independentes. Este tipo de evolução, ainda que menos comum, adapta-se a novas necessidades dos moradores.

Um exemplo desta evolução é a reconversão do Convento de Santa Maria do Bouro, onde os arquitetos Eduardo Souto Moura e Humberto Vieira transformaram a estrutura existente, subdividindo os espaços interiores para criar quartos e outras áreas funcionais, essenciais ao novo programa como pousada.

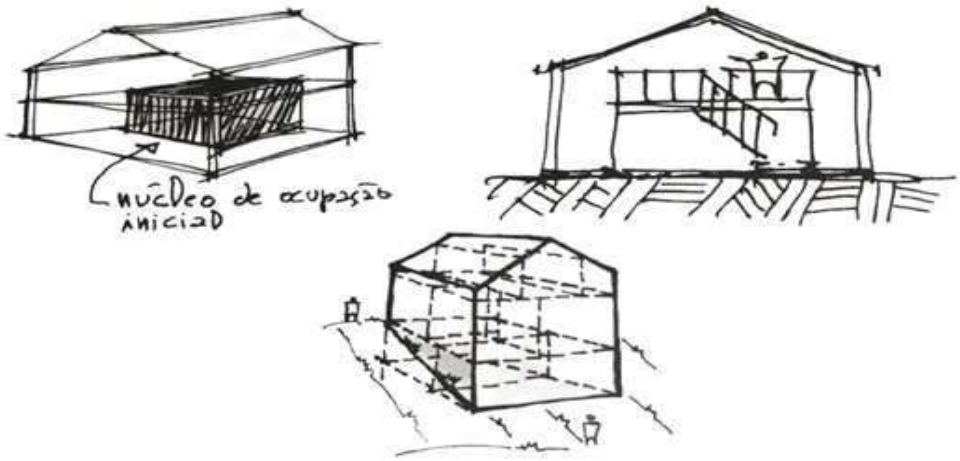


Figura 8 Evolução por divisão: núcleo inicial e divisão do mesmo

• Extensão

A extensão caracteriza-se pela evolução faseada, sendo frequentemente aplicada em habitações unifamiliares com recurso à autoconstrução. Este processo parte de um módulo inicial ou de um lote infraestruturado, expandindo-se horizontal e verticalmente[28].

Para que a expansão seja bem-sucedida, o projeto inicial deve integrar previsões para futuras evoluções, como acessos, disposição das zonas de água e dimensão do lote, de modo a não comprometer a integridade volumétrica e estética do edificado. A expansão pode ser feita na vertical e na horizontal. A expansão horizontal apresenta como principal limitação o espaço disponível no terreno, enquanto a expansão vertical exige que a estrutura suporte cargas adicionais e que os acessos sejam planeados para garantir funcionalidade em qualquer fase do processo.

De acordo com António Baptista Coelho e António Reis Cabrita (2003), evolução por extensão apresenta vantagens significativas, permitindo que a habitação se adapte progressivamente às possibilidades económicas e necessidades progressivas dos moradores.

Um exemplo paradigmático é o projeto da Quinta Monroy, no Chile, desenvolvido pelo arquiteto Alejandro Aravena. Neste projeto, cada habitação começava com um módulo habitacional inicial já construído, e a partir daí, a família que a habitasse dava continuidade à construção da sua casa, utilizando métodos de autoconstrução. Esta abordagem permite que a habitação se desenvolva de forma gradual, de acordo com as necessidades e capacidades económicas de cada família.

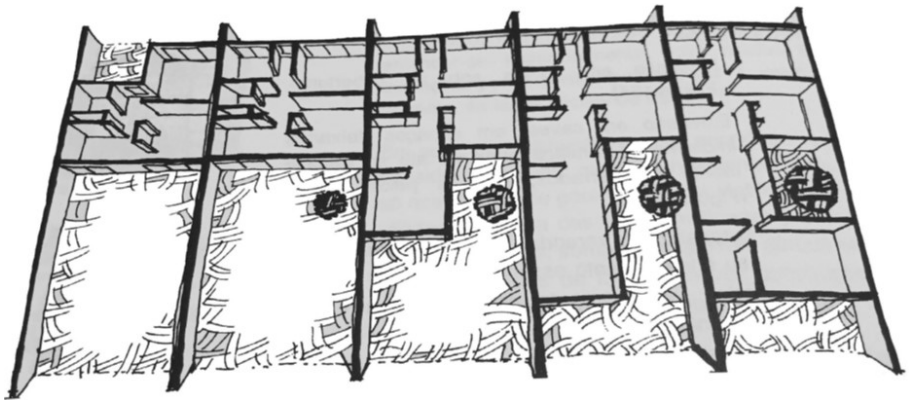


Figura 9 Evolução por extensão

28 “a evolução por extensão pode concretizar-se por: Articulações entre volumes “discretos” – núcleo inicial e extensões várias; Variações volumétricas em espaços modulados; Junções de volumes complementares ao núcleo inicial; Desenvolvimento posterior – encerramento, acabamento e ocupação – de estruturas realizadas quando da criação do núcleo inicial.” (Coelho & Cabrita, 2009: 222)

Este processo evolutivo da habitação pode ser classificado em três momentos distintos, consoante a estabilidade atingida:

"F1 - Fase inicial ou de abrigo;

F2 - Fase Intermédia ou de ajustamento;

F3 - Fase Final ou de estabilização." (Coelho & Cabrita, 2009: 264)

Esta sistematização de fases evolutivas clarifica o processo e facilita a sua aplicação prática, garantindo que cada etapa respeita as necessidades habitacionais dos seus utilizadores, enquanto assegura a continuidade e a sustentabilidade do edificado ao longo do tempo.

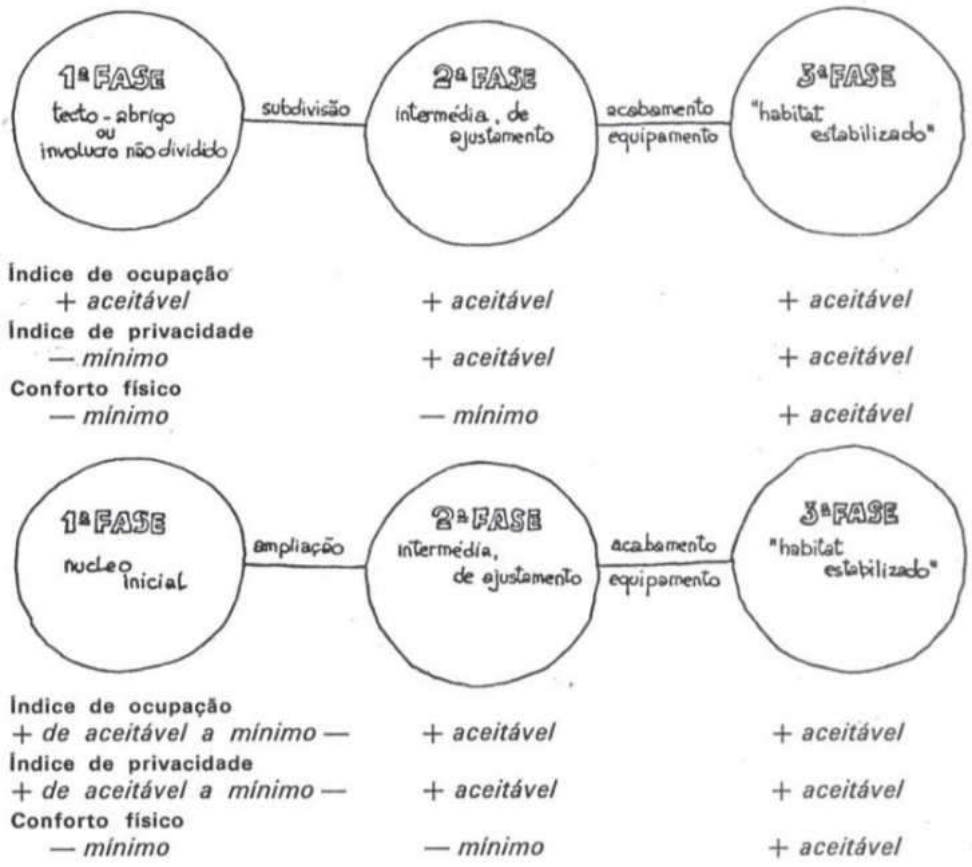


Figura 10 Operações de Evolução: Núcleo Subdivisível e Expansível Relatório, Habitação Evolutiva, 1972

Adaptabilidade e flexibilidade espacial

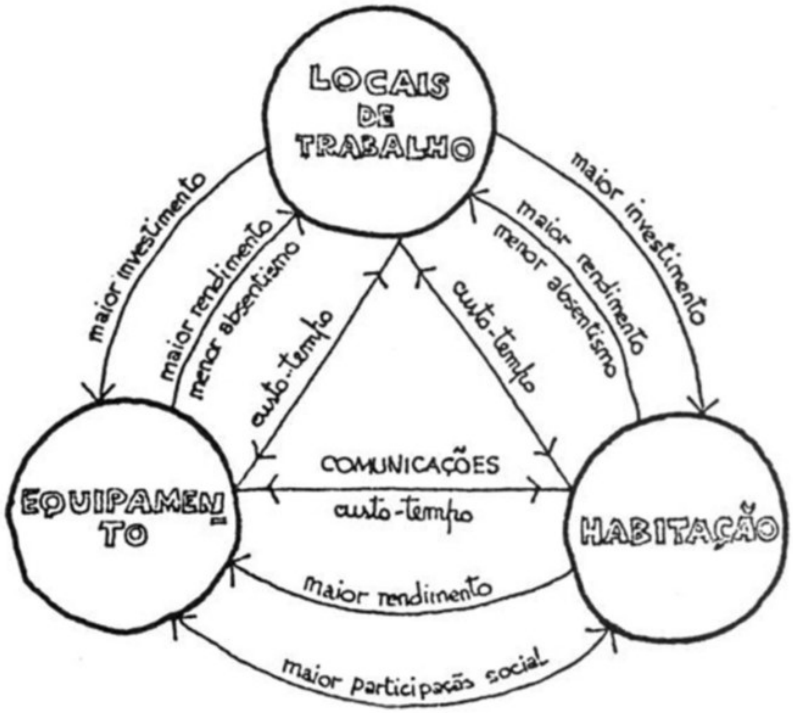
A habitação evolutiva possui a particularidade de não ter limites fixos, à exceção daqueles impostos para garantir a segurança e a área do lote, que possam restringir a sua evolução e melhoria, assim, permite uma adaptação contínua, sem que a habitação esteja restrita a um modelo pré-estabelecido. Além disso, os espaços dentro da habitação são desenhados de modo a serem flexíveis e capazes de se adaptarem às mudanças que ocorrem ao longo do tempo. Estes espaços, não só suportam a evolução da própria habitação, permitindo a criação de novas divisões e acessos, como têm a capacidade de se reconfigurar, oferecendo múltiplas possibilidades de uso, dentro de um único módulo.

Assim, a habitação evolutiva, para além dos conceitos de evolução, também está intrinsecamente ligada aos conceitos de adaptabilidade e flexibilidade.

A adaptabilidade refere-se à capacidade de um espaço ser utilizado de diversas formas, sem a necessidade de intervenções físicas. Pode ser conseguida através do desenho cuidadoso dos espaços e da sua organização, circulação e designação, permitindo que os mesmos espaços sirvam múltiplas funções. Além disso, existe a possibilidade de transformar espaços interiores em exteriores, e vice-versa, o que amplia ainda mais as opções de uso. (Coelho & Cabrita, 2009) É importante notar, que devido à ausência de mudanças físicas, este "é o "tipo" de evolução que, (…), melhor se aplica em edifícios multifamiliares". (Coelho & Cabrita, 2009: 302)

Já a flexibilidade refere-se à capacidade de os espaços alterarem a sua forma e função ao longo do tempo. (Till & Schneider, 2016: 5) A flexibilidade permite que estes sejam modificados fisicamente, através de sistemas construtivos modulares ou leves. Exemplos disto incluem paredes temporárias, como deslizantes ou em fole, ou ainda modulares, compostos por componentes que podem ser removidos ou substituídos de forma fácil. Esta flexibilidade permite que a habitação se adapte às necessidades dos habitantes ao longo do tempo, sem que isso comprometa a sua capacidade económica.

O exemplo de Mies van der Rohe ilustra bem essa ideia no Weissenhofsiedlung, Apartment Block na Alemanha. A abordagem do projeto consistia em construir apenas a estrutura da habitação, deixando o interior o mais flexível possível. O espaço interior era, assim, sujeito às alterações dos próprios habitantes, permitindo-lhes modificar ou construir novos ambientes conforme as suas necessidades. (Schneider & Till, 2005)



Fugura 11 Polos de desenvolvimento territorial, Colóquio sobre Política de Habitação, 1969

Adaptação a nível urbano

Considerando que as habitações não existem no vazio, e que se pretende evitar a segregação e a criação de guetos, é essencial que as habitações evolutivas estejam integradas na cidade. Esta integração deve ser feita tanto pela via funcional, através do comportamento económico e social da população, como pelo aspeto visual e morfológico com a cidade. (F. da S. Dias & Portas, 1972)

A integração funcional depende, "essencialmente das decisões de escolha dos terrenos em relação à rede urbana dos serviços existentes ou em formação". (F. da S. Dias & Portas, 1972: 103) Em termos práticos, isso significa que a acessibilidade aos serviços necessários à comunidade e à população deve ser garantida, proporcionando um ritmo de melhoria da qualidade de vida da população, que permite uma evolução contínua e adaptativa dos bairros.

Quanto à relação morfológica da habitação com o bairro e o tecido urbano, podemos abordar duas perspetivas.

Na primeira, o arquiteto, ao desenvolver o projeto, tem em consideração o local de intervenção e as características da obra, assegurando que a solução construtiva e espacial da habitação se adapta ao espaço. Assim, "A casa é um elemento entreposto entre o homem e o sítio que poderá, assim, adequar-se continuamente, quer à família que o habita e possivelmente que a irá construindo - ou no mínimo dirigindo a construção -, quer ao local e respectiva envolvente.". (Coelho & Cabrita, 2009: 87)

A segunda perspetiva remete para a evolução por fases, garantindo que certas áreas do bairro possam ter aspetos mais acabados e salubres, enquanto se relacionam de forma gradual com a estrutura urbana envolvente. Este processo assegura uma coesão visual progressiva e define uma continuidade com a envolvente, reforçando a importância da estabilização das áreas urbanas e da imagem visual das habitações. Para que essa imagem acabada e estável da habitação seja mantida, apesar de evolutiva, surgem soluções como a dissimulação da evolução através de fachadas que, embora possam ser falsas, permanecem intactas; ou ainda o desenvolvimento de partes das fachadas, coberturas e muros suficientemente fortes para caracterizarem e afirmarem arquitetonicamente os edifícios e espaços públicos adjacentes. (Coelho & Cabrita, 2009)



Figura 12 Recrutamento de voluntários desempregados para processos de autoconstrução, Bairro da Srº das Dores (São Vitor), Porto, 1975

Participação dos moradores e autoconstrução

Tal como foi abordado no subcapítulo anterior, relativo à habitação participada, a participação dos moradores ou futuros moradores, tem influência direta na habitação, tanto nas que são projetadas de raiz, alinhadas com as suas necessidades, como nas que são adquiridas já concluídas, mas que, posteriormente, são modificadas pelos próprios. Este envolvimento é essencial, uma vez que proporciona uma maior relação e apropriação do espaço habitacional por parte dos residentes. (Coelho & Cabrita, 2009)

De facto, a apropriação da habitação transcende o papel funcional de abrigo. A habitação transforma-se num local de identificação, onde o habitante cria um vínculo afetivo com o espaço. Esta relação de envolvimento vai além do uso do espaço, ela molda a forma como as pessoas ocupam e vivem a sua casa.

A evolução da habitação é um processo definido pelas necessidades, desejos e vontades dos próprios habitantes. Sem a manifestação dos moradores para que as suas exigências sejam atendidas, a habitação evolutiva, tal como a entendemos, não existia. Além de serem parte ativa do processo[29], é importante que estes compreendam a dinâmica da evolução da habitação, para que, com ajuda do arquiteto, possam identificar a melhor solução para as transformações que desejam implementar.

Neste contexto, a autoconstrução surge como um método de participação. A autoconstrução não só permite que a habitação seja mais económica, como também fortalece a ligação dos moradores com o espaço. Quando a comunidade se reúne para construir as próprias casas, há um momento de coesão social, dado que o processo de construção fomenta a solidariedade e a colaboração entre os indivíduos.

No entanto, é essencial que o processo de autoconstrução seja acompanhado por arquitetos e técnicos, de modo a garantir que as construções e transformações sejam feitas de maneira eficiente, já que "nem toda a forma de autoconstrução se exerce em esquemas típicos verdadeiramente evolutivos". (F. da S. Dias & Portas, 1972: 100)

29 "Há que assegurar a intervenção ativa de agrupamentos, associações ou cooperativas de futuros moradores, (...), a operacionalidade e a continuidade da participação e do acompanhamento das obras em todas as suas fases e facetas(...)" (Coelho & Cabrita, 2009: 39)

Momento III

Experiências do organismo evolutivo e participado

‘“Mas as necessidades da vida social não se confinam à função de habitar e a habitação tem, por isso, de estar integrada num conjunto de equipamentos e de serviços coletivos que possibilitem a vida em comunidade.” (Fernandes et al., 1969: 2)

“*Organismo (or·ga·nis·mo)*

nome masculino

1. Conjunto e disposição dos órgãos de um corpo.

2. ***Constituição, complexão****.*

3. Disposição.

4. ***Corpo organizado****.”*

(Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, n.d.)

Os bairros são espaços em contínua transformação, que refletem as dinâmicas socioeconómicas e culturais dos seus habitantes. Estes, devem ser complementados por infraestruturas que promovam a vida em comunidade, nomeadamente equipamentos públicos, serviços e comércio de proximidade, uma vez que “não serão só os fogos que vão crescendo em área e qualidade, em consonância com as novas disponibilidades económicas, mas é o próprio bairro que, à medida que se vai consolidando, vai também evoluindo na qualificação das infraestruturas urbanas e dos equipamentos associados” (Bandeirinha, 2007: 81).

No intuito de estudar a materialização dos conceitos de participado e evolutivo em organismos habitacionais, realizou-se uma análise a dois bairros que, apesar das suas disparidades geográficas, partem de um conceito comum: a participação. Os bairros selecionados para esta análise foram o Bairro Alto do Moinho e o Bairro da Malagueira, ambos marcados por processos de desenvolvimento e intervenção distintos.

O Bairro Alto do Moinho, inserido no âmbito do Plano Integrado do Zambujal, foi inicialmente desenvolvido pelo Fundo de Fomento da Habitação em 1975, com a conclusão do projeto em 1978, sob a responsabilidade do arquiteto Francisco Silva Dias. Este projeto foi realizado no contexto SAAL - Lisboa e Centro Sul, e visou a implementação de um modelo habitacional que respondesse às necessidades de realojamento e acesso a habitação condigna, em consonância com as transformações políticas e sociais do período pós-revolução.

Por outro lado, o Bairro da Malagueira surgiu em 1977 a partir da iniciativa de associações de moradores, em resposta à necessidade de expansão urbana num momento de

rutura histórica, política e social em Portugal, com um projeto do arquiteto Álvaro Siza Vieira. Este bairro representa uma abordagem participada, onde a interação entre os habitantes e o arquiteto desempenhou um papel significativo no desenho e construção do espaço habitacional.

A análise dos dois bairros é realizada em dois momentos temporais distintos: a génese e a contemporaneidade[30]. Na génese, é descrito o processo de desenho e construção de cada bairro, incluindo o contexto físico, social e político em que se inserem. São analisados aspetos como a composição do espaço público, a organização das infraestruturas e equipamentos previstos para o uso coletivo, elementos que conferem aos bairros o seu caráter de "organismos habitacionais". Além disso, são identificadas as fases previstas para a evolução dos núcleos habitacionais, refletindo as intenções iniciais dos arquitetos e da comunidade envolvida.

Já na contemporaneidade, a análise centra-se nas transformações que ocorreram, tanto no domínio público como no privado, ao longo dos anos. São identificadas as alterações não previstas pelos projetos originais, observando como os habitantes adaptaram as suas casas e apropriaram os espaços à medida que as suas necessidades mudaram. Este estudo permite refletir sobre a estrutura atual dos bairros, contrastando as expectativas evolutivas iniciais com a realidade atual.

Para uma leitura completa destas experiências, a componente escrita é complementada por um conjunto diversificado de elementos gráficos, incluindo desenhos de projeto – sempre que possível, a partir de documentos originais ou da época – assim como cartazes e fotografias de diferentes períodos.

De forma a garantir a consistência e comparabilidade das análises, foi elaborada uma matriz de elementos essenciais a considerar, vinculada às conjunturas de habitação evolutiva e participada. Esta abordagem metodológica permite uma síntese das dinâmicas de comparticipação e evolução, facilitando a comparação entre os casos estudados.

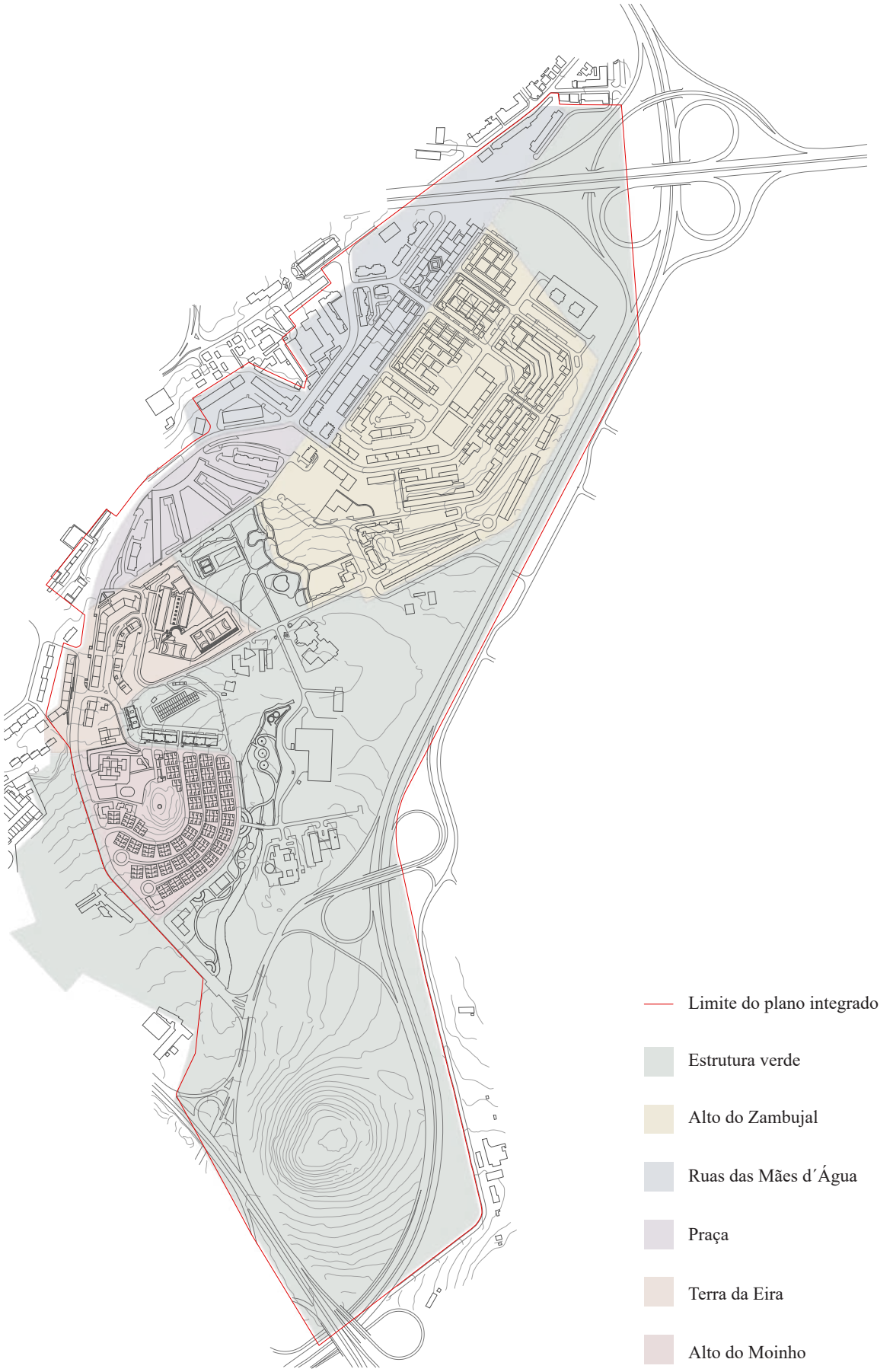
30 Para efeitos de contemporaneidade, foram utilizadas as informações de 2016 em ambos os casos de estudo, uma vez que se revelaram as mais completas e com maior disponibilidade de dados.





3.1. Bairro do Alto do Moinho

de Francisco Silva Dias



Planta do Plano Integrado do Zambujal 1973
Desenho de Ana Bordalo, editado pela autora.

Escala 1: 10 000

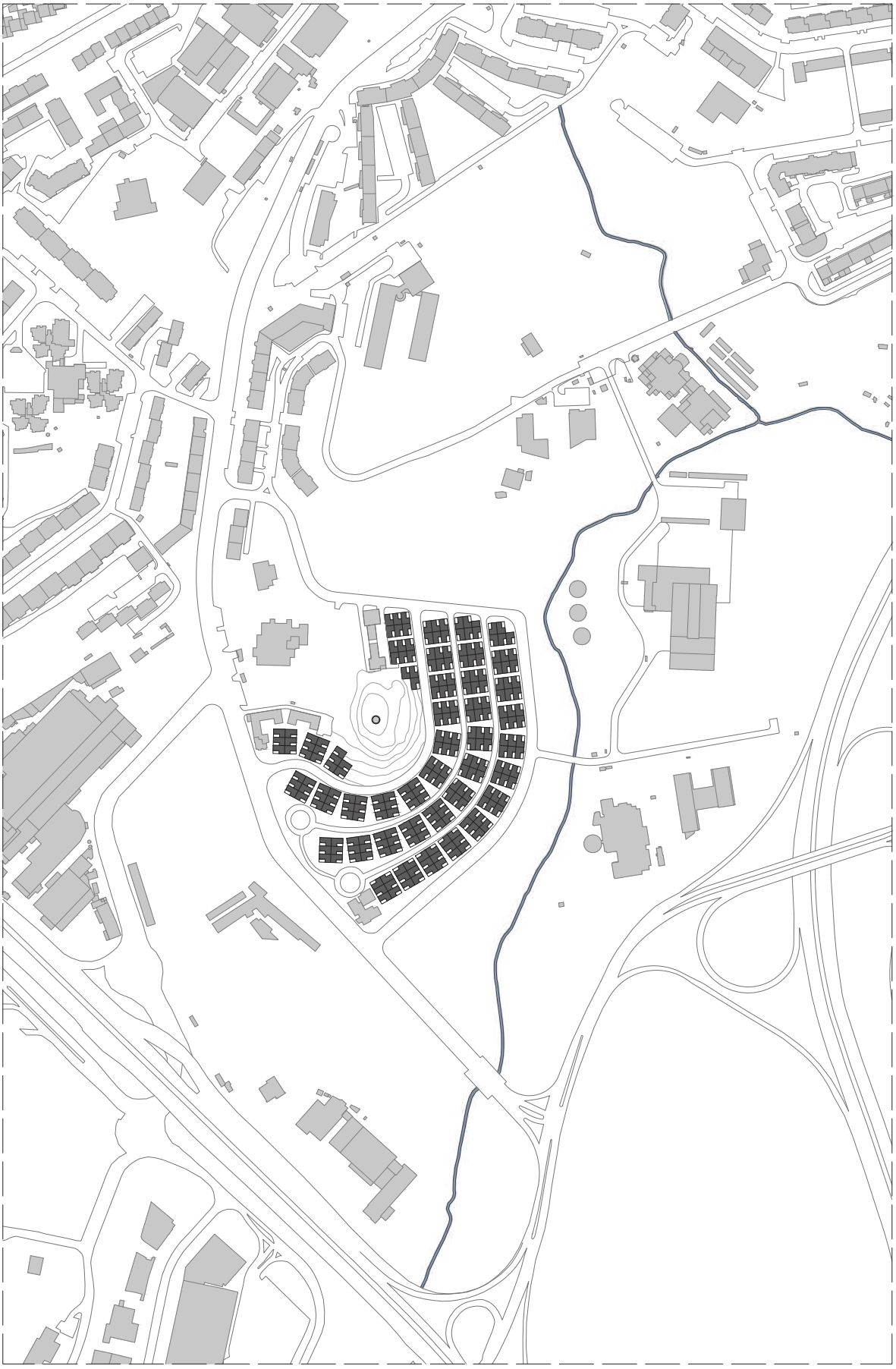
As primeiras linhas do bairro, 1976

O Bairro do Alto do Moinho, localizado em Alfragide, é um exemplo paradigmático de habitação participada e evolutiva, desenvolvido no contexto sociopolítico do SAAL, e uma experiência emblemática da história habitacional portuguesa dos anos 70 do século XX. Construído entre 1975 e 1978, no âmbito do Plano Integrado do Zambujal, surgiu como resposta à crise habitacional que se acentuou naquela década, com o objetivo de realojar famílias provenientes dos bairros de lata de Santas Martas e Pereiro.

O Plano Integrado do Zambujal, elaborado pelo Fundo de Fomento da Habitação (FFH), carateriza-se por "se destinar ao realojamento de famílias que habitavam na zona envolvente em bairros degradados, e ainda o facto de se conhecer "a priori" quais os futuros utentes dos fogos a construir" (Ferreira, 2009). Esta abordagem contrastava com outros planos da época, que geralmente recorriam ao realojamento periférico, muitas vezes desarticulando os laços comunitários já existentes.

Os programas habitacionais destinados à intervenção e ocupação do território, dividiam-se em duas vertentes. Uma consistia no realojamento de grandes massas populacionais em pequenos núcleos dispersos, o que, embora facilitasse a integração das populações no local, contribuía para uma dispersão espacial, enfraquecendo a coesão e noção de identidade comunitária. A maioria dos planos seguia esta forma de intervenção, que criava uma tendência de fragmentação do tecido urbano e social. Por outro lado, a segunda vertente, concentrava a população em áreas de maior dimensão, permitindo uma organização mais coesa e integrada no território, tal como é visível no Plano Integrado do Zambujal. Este modelo procurava reforçar a coesão territorial, ainda que apresentasse o risco de abandono da população das habitações devido à heterogeneidade das populações realojadas.

O processo de realojamento no Bairro do Alto do Moinho teve origem num acordo de 1972 entre o Instituto da Família e Ação Social, a empresa Habitat e o Governo, mas só se concretizou após a Revolução de 25 de Abril, no âmbito do programa SAAL - Lisboa e Centro-Sul.



Planta de Localização do Bairro do Alto do Moinho 1976

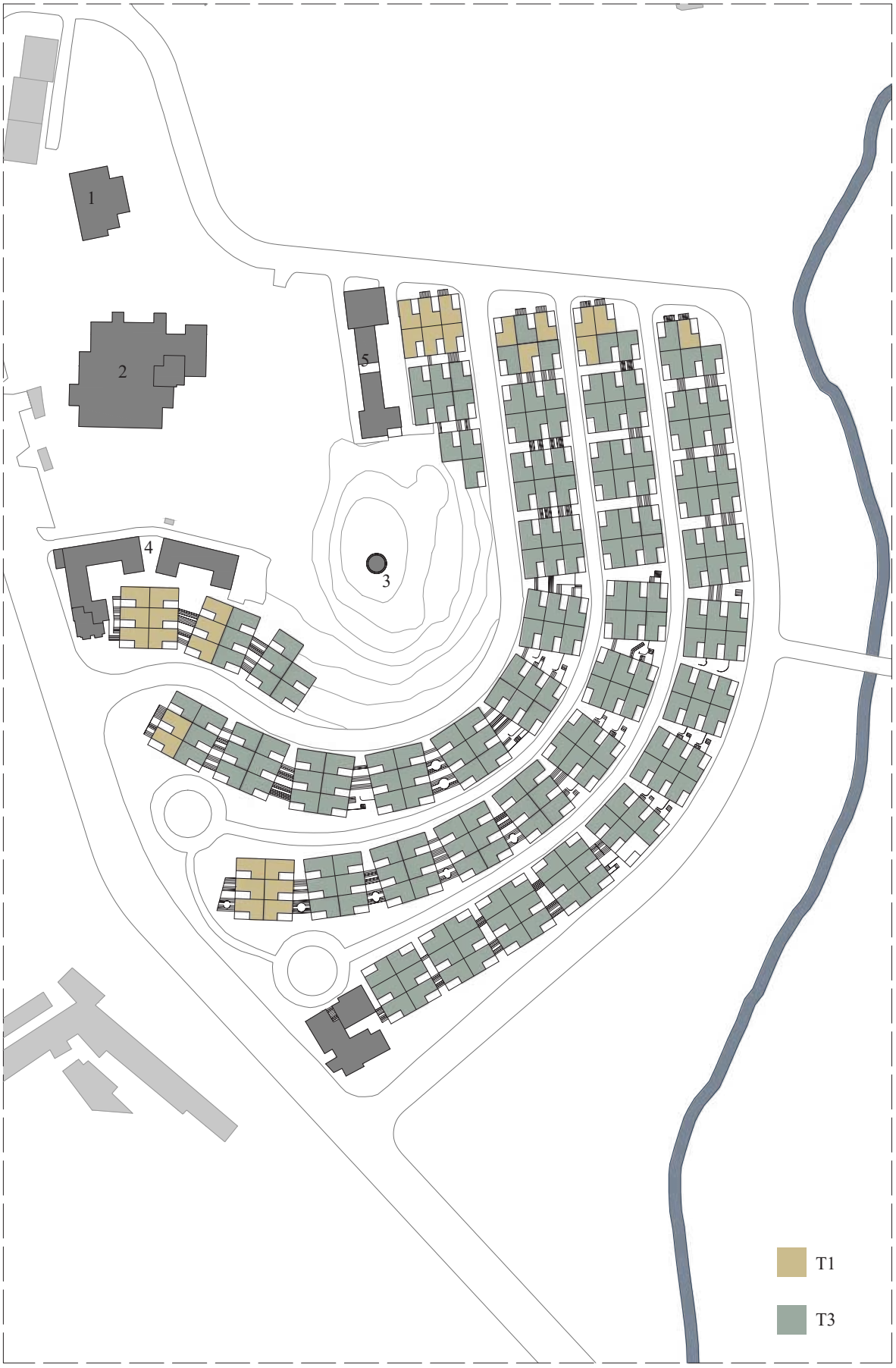
Escala 1: 5 000

O projeto do Alto do Moinho, liderado pelo arquiteto Francisco Silva Dias, em colaboração com a brigada técnica do SAAL - Lisboa e Centro Sul, tinha como principal objetivo proporcionar habitação condigna a 240 das 500 famílias que viviam em condições precárias nomeadamente em barracas, nas áreas de Santas Martas e Pereiro. A solução habitacional baseava-se numa construção faseada, recorrendo à "motivação da iniciativa própria" (Bandeirinha, 2007: 12) para promover a participação ativa dos moradores no desenho e evolução das suas casas.

Pretendia-se criar uma solução habitacional capaz de atingir "densidades populacionais relativamente altas" com "massas de edificação compacta de baixa altura" (Portas & Dias, 1980: 104) ajustadas às características morfológicas do terreno e que correspondesse à realidade e necessidades da população. A construção por fases permitia que as tipologias habitacionais evoluíssem, adaptando-se às possibilidades financeiras e ao crescimento dos agregados familiares.

Desde o início, a participação dos moradores foi fundamental. O arquiteto Francisco Silva Dias manteve um diálogo aberto com os futuros moradores através de reuniões, onde as suas necessidades e modos de vida foram tidos em consideração, impactando o desenvolvimento do projeto, quer no desenho das tipologias, como na construção do bairro. Este processo participado culminou na criação da Associação de Moradores do Alto do Moinho, a 12 de setembro de 1974. A associação conferiu aos habitantes direitos semelhantes aos das associações SAAL, consolidando o sentimento de pertença e responsabilidade coletiva.

Este projeto seguia os princípios definidos por Francisco Silva Dias e Nuno Portas no estudo de 1971, *Tipologias de Edifícios: Habitação Evolutiva, Princípios e Critérios de Projeto,* sendo "o único bairro de características evolutivas totalmente construído no âmbito do programa SAAL - Lisboa e Centro Sul" (Bordalo, 2007: 23), exemplificando um modelo de habitação que, além de responder à urgência habitacional da época, proporcionava aos moradores a possibilidade de adaptar e expandir as suas habitações ao longo do tempo.



Planta das Tpologias Habitacionais do Bairro do Alto do Moinho 1976 Escala 1: 2 000

1. Sede da Associação de Moradores Alto do Moinho Alfragid; 2. Escola Básica do Alto do Moinho; 3. Moinho da Quinta do Meio; 4- Praceta do Moinho; 5- Praceta do Cerrado das Oliveiras

Localizado numa colina coroada por um moinho de vento, que lhe confere o nome, o bairro organiza-se anéis em torno desta estrutura central, estabelecendo uma relação topográfica e simbólica com o lugar.

O desenho do bairro assenta num "modelo "tradicional" de rua e quarteirão, com recurso a habitações unifamiliares evolutivas por expansão, de casa-pátio" (Bordalo, 2007: 23) organizadas em lotes de seis. Estas habitações têm como acessos vias automóveis longitudinais, perpendiculares aos acessos pedonais, criando uma distinção clara entre as funções de circulação automóvel e pedonal. Os acessos pedonais são compostos por percursos em escadaria intercalados por patamares, com pequenos largos arborizados, criando zonas de encontro e prolongamento natural dos pátios, possibilitando o convívio entre a população. Assim, é estabelecida uma relação harmoniosa entre o espaço construído e o espaço livre intersticial.

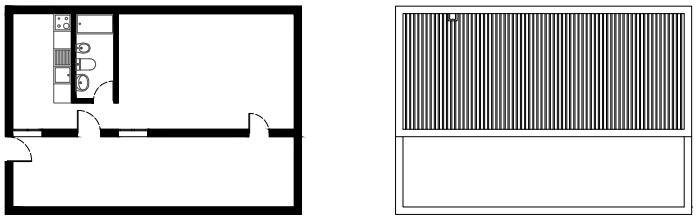
O bairro é composto por 240 fogos de habitações unifamiliares evolutivas e 45 frações não habitacionais, das quais se destacam trinta e cinco anexos, seis lojas de artesanato e quatro lojas comerciais, elementos essenciais para a dinamização da vida local.

A evolução das habitações foi pensada desde um núcleo inicial T0, que podia expandir-se progressivamente até T4, de acordo com as necessidades e possibilidades económicas dos moradores. Embora inicialmente projetadas para autoconstrução, a AMAMZ solicitou que o FFH executasse as obras, abandonando-se assim a ideia de autoconstrução.

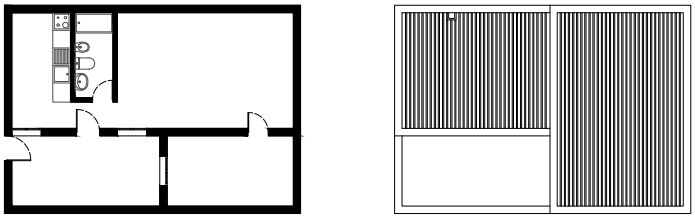
A primeira fase do projeto incluiu 30 unidades habitacionais T1 (27 sem anexo e 3 com anexo), de um só piso, e 210 habitações T3 (178 sem anexo e 32 com anexo) de dois pisos. A segunda fase previa a construção de habitações T2, que não foi concretizada, uma vez que se considerou que poderia criar um desequilíbrio no volume total da construção. Entre os equipamentos de apoio, destaca-se a construção de uma escola e o edifício da Sede da AMAMZ, ambos localizados no lado noroeste da colina.

Apesar da elevada densidade do bairro, a cércea reduzida das construções permitiu destacar a hierarquia entre os espaços públicos e privados, preservando a escala humana e a clareza das áreas comuns.

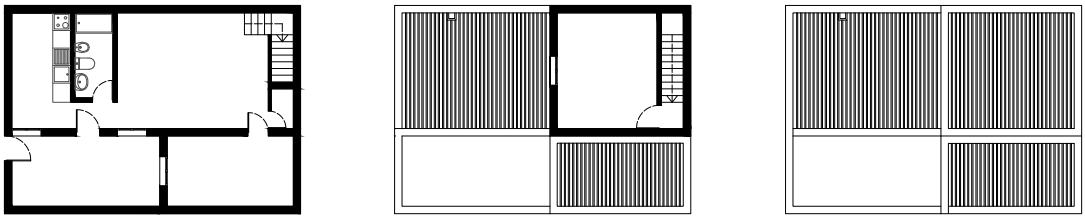
1ª fase/ T0 / Planta do piso térreo / Cobertura



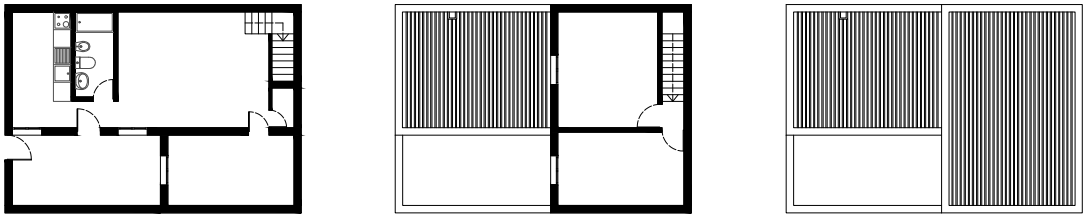
2ª fase/ T1 / Planta do piso térreo / Cobertura



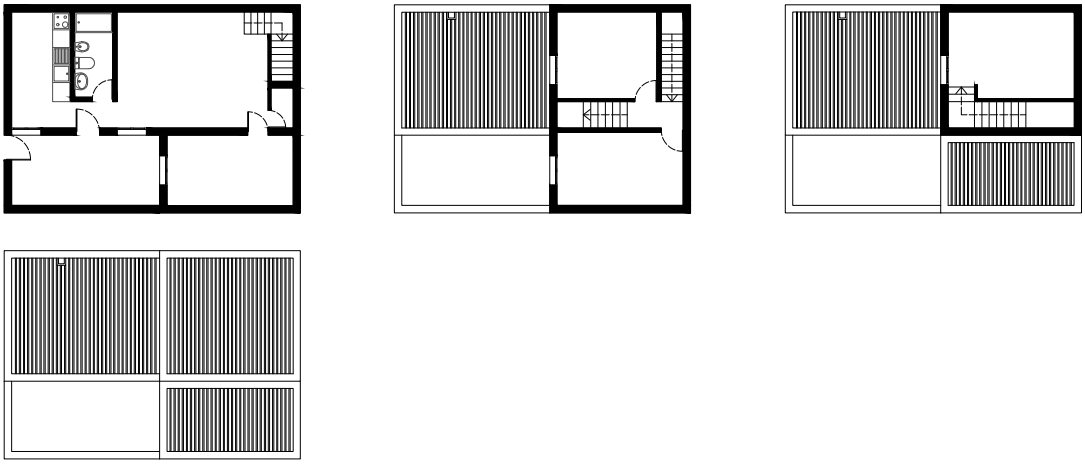
3ª fase/ T2 / Planta do piso térreo / Piso 1/ Cobertura



4ª fase/ T3 / Planta do piso térreo / Piso 1/ Cobertura



5ª fase/ T4 / Planta do piso térreo / Piso 1/ Piso 2/ Cobertura



Esquema evolutivo das plantas-tipo das habitações do Bairro do Alto do Moinho

0 1 5

Os lotes habitacionais, de formato retangular com 7x10 metros, possuem uma área de 15m² destinada a pátio. Com base neste modelo de lote, estavam previstas cinco fases de evolução para as unidades habitacionais, refletindo a flexibilidade e adaptabilidade que caracterizam o bairro. A primeira fase, correspondente ao T0 (núcleo inicial), consistia numa cozinha, instalação sanitária e uma sala/quarto. A partir deste núcleo base, as habitações podiam expandir-se em sucessivas fases:

1ª fase – T0 (núcleo inicial): cozinha, instalação sanitária e sala/quarto;
2ª fase – T1: acréscimo de um quarto (55,00 m²);
3ª fase – T2: acréscimo de um quarto (75,00 m²);
4ª fase – T3: acréscimo de um quarto (85,00 m²);
5ª fase – T4: acréscimo de um quarto (105,00 m²).

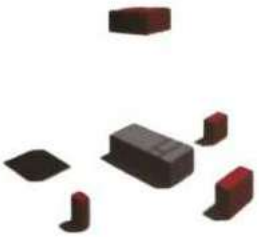
O núcleo base, T0, assegurava condições mínimas de habitabilidade, garantindo a capacidade de alojar uma família ainda que com condições de conforto e privacidade limitada. A evolução deste núcleo permitia não só o aumento da área habitável, como uma melhoria na qualidade espacial da habitação, respondendo à gradual transformação das necessidades dos moradores.

Relativamente ao desenho das habitações, estas eram assentes no conceito de casa-pátio, desenvolvendo-se em redor do pátio exterior, usado como espaço de convívio[31], o que levou a uma maior dinâmica entre o exterior e interior da habitação e assim, à evolução de ambos os espaços. Este mesmo pátio também assegurou a ventilação e iluminação natural da habitação, sendo também um espaço de privacidade.

A construção por fases e a flexibilidade do projeto permitiram que o bairro evoluísse de forma orgânica, criando uma dinâmica adaptada às necessidades emergentes dos moradores, e uma dinâmica habitacional que refletia o princípio da habitação participada e evolutiva. A presença do pátio, como elemento estruturante, não só promovia a expansão espacial, como facilitava as relações sociais dentro do bairro.

Além disso, a construção faseada, aliada ao cariz participado do projeto, possibilitou aos moradores uma compreensão direta dos custos associados a cada fase de desenvolvimento. Assim, tornava-se claro, por exemplo, que "mais um quarto implicaria determinada despesa, que colocar estores ou portadas, custos e rendas diferentes e assim para todos os componentes".(Bordalo, 2007: 8) Esse entendimento permitia-lhes ponderar de forma informada as escolhas construtivas a adotar no futuro, promovendo uma participação ativa e consciente no processo de habitação evolutiva.

31 "Ora o que está em causa, neste caso, é o juízo de valor global sobre o uso extensivo dos tipos de habitação térrea de um ou dois pisos, dotados de prolongamento exterior privado, tipo pátio, formando conjuntos compactos em tornos de espaços públicos concentrados, mais próximos da tradição do "sistema de ruas" do que do "espaço livre dispersivo entre os blocos de edificação". (Portas & Dias, 1980: 103)





1ª fase. Volumetria T0





2ª fase. Volumetria T1





3ª fase. Volumetria T2





4ª fase. Volumetria T3





5ª fase. Volumetria T4

Figura 15 Modelo 3D do esquema evolutivo utilizado no Bairro do Alto do Moinho

O sistema construtivo das habitações caracteriza-se por uma abordagem pragmática e funcional. Os pavimentos eram revestidos em tacos de pinho e paredes rebocadas e caiadas, enquanto o teto, igualmente rebocado e caiado, contribui para a criação de um ambiente uniforme. Nos interiores, a presença de adornos em azulejo branco, especialmente nas zonas de trabalho da cozinha, estabelece uma continuidade estética que se traduz numa harmonia espacial. No exterior, o pátio era revestido com calçada de vidraço, um material que conferia ao espaço exterior um carácter rústico e ao mesmo tempo funcional, adequado ao uso diário. A cobertura das habitações é feita em telha de cimento, um material que assegura durabilidade e resistência às intempéries, reforçando a longevidade da construção.

Embora o sistema construtivo apresente caraterísticas sustentáveis, como a flexibilidade das tipologias evolutivas que reflete uma intenção de flexibilidade nas habitações e permite uma adaptação contínua às mudanças familiares, e tenha sido proposta a autoconstrução, um método mais sustentável a nível ambiental, a escolha de materiais revela algumas contradições. A utilização de certos materiais, cuja produção implicava um elevado impacto ambiental, assim como a possível ineficiência térmica das paredes de alvenaria, comprometem o balanço entre a inovação construtiva e a sustentabilidade.



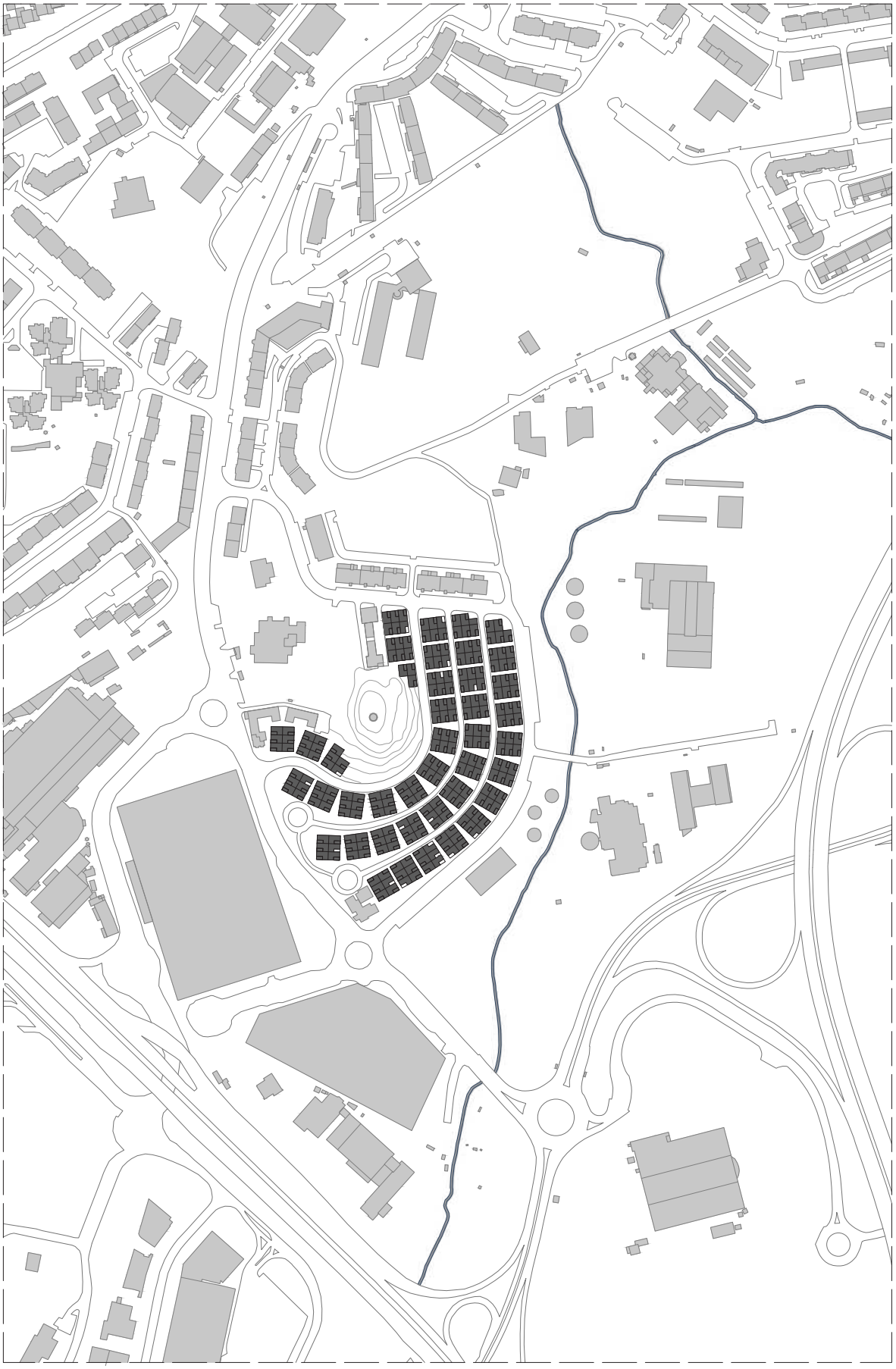


Figura 16 e 17 Vista aérea do Bairro do Alto do Moinho





Figura 18 e 19 Habitações do Bairro do Alto do Moinho



Planta de Localização do Bairro do Alto do Moinho 2016

Escala 1: 5 000

O pulsar de um espaço em transformação, 2016

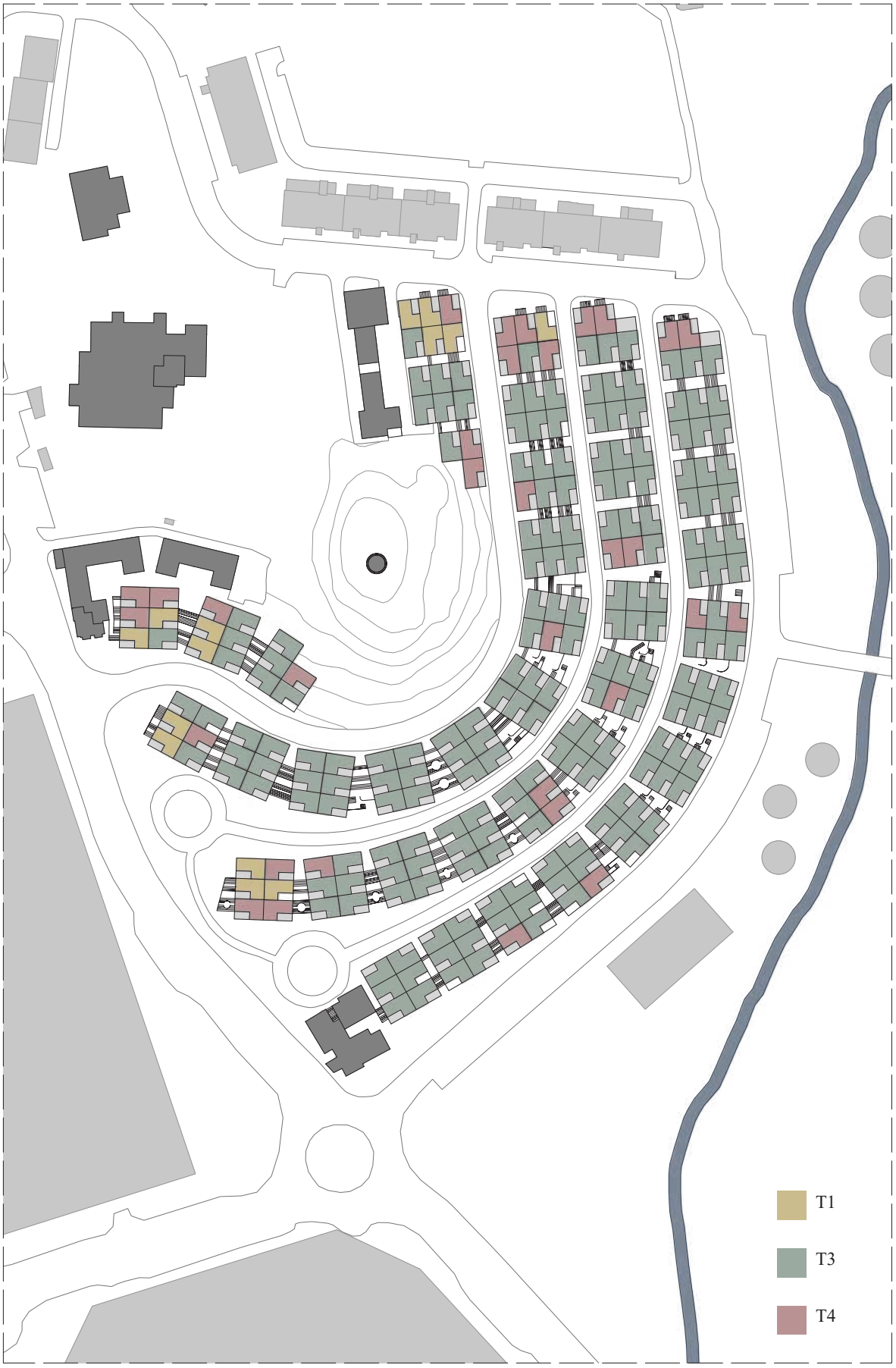
Desde a sua criação à contemporaneidade, o bairro do Alto do Moinho passou por diversas transformações "quer projetadas e previstas pelas suas características evolutivas como as impostas" (Bordalo, 2007) pela apropriação dos moradores.

A envolvente imediata do bairro sofreu várias transformações devido às falhas inerentes ao Plano Integrado do Zambujal. Este plano revelou-se insuficiente pelo facto de o ordenamento do território ser composto por vários núcleos habitacionais isolados e, entre estes, haver uma notória carência de equipamentos e serviços. Consequentemente, junto às principais vias de acesso ao bairro, surgiu a necessidade de criar grandes áreas comerciais, o que originou a abertura de novas vias de circulação na zona envolvente. Assim, o plano demonstrou-se incapaz de se integrar adequadamente numa cidade em contínuo crescimento em plena era contemporânea.

No interior do bairro, concebido como um organismo autónomo, também se verificou uma escassez de equipamentos, serviços e espaços de lazer adequados às necessidades da população. Apesar de os equipamentos inicialmente previstos para o bairro terem sido construídos, estes não acompanharam o crescimento populacional, revelando-se insuficientes e, em muitos casos, desatualizados. Entre os equipamentos projetados, apenas a escola se mantém em funcionamento, enquanto as garagens e as lojas perderam a sua função original e foram adaptadas para novos usos.

Apesar disso, alguns dos comércios de proximidade, nomeadamente as lojas situadas em torno das praças, conseguiram resistir ao longo do tempo, o que, por sua vez, impulsionou a criação de novos estabelecimentos de comércio local, em resposta à crescente demanda. No entanto, persistem lacunas em termos de espaços de comércio essencial (alimentação e bens), e a ausência de serviços de saúde continua a afetar a vida dos residentes.

No interior do bairro, os espaços públicos e espaços verdes, concebidos com o intuito de fomentar o convívio comunitário, tornaram-se progressivamente subutilizados devido à falta de manutenção, sendo, em grande parte, apropriados como estacionamento indevido. A interação entre os residentes, que outrora ocorria nesses espaços, limita-se às reuniões e convívios organizados na sede da AMAMZ. A insuficiência destes locais conduziu à criação de dois novos espaços públicos: o Parque da Ribeira e a área em torno da ruína do moinho, contudo, a fraca qualidade dos mesmos resultou numa crescente tendência dos moradores de utilizarem as próprias habitações como locais de convívio, adaptando-as e transformando-as numa extensão do espaço público.



Planta das Tpologias Habitacionais do Bairro do Alto do Moinho 2016

Escala 1: 2 000

As habitações, por sua vez, evoluíram de forma dinâmica, refletindo as necessidades e as condições de cada agregado familiar, resultado da flexibilidade proporcionada pelo projeto inicial. O arquiteto, ao prever a evolução das habitações ao longo do tempo, garantiu uma margem de adaptação, ainda que limitada pela área imposta pelos lotes. Esta liberdade permitiu que o bairro se desenvolvesse de forma orgânica, criando uma dinâmica em que "de forma inimaginável e incontrolável a população constrói em tudo o que é espaço livre, nomeadamente nos pátios" (Dias, 1987: 8).

A partir do núcleo base do tipo T0, as habitações sofreram intervenções destinadas tanto à criação de novos espaços como à reconfiguração dos já existentes. Estas modificações tinham como objetivo não só melhorar o conforto e a privacidade, como também "estabelecer uma relação de afetividade entre o proprietário e a sua casa" (Bordalo, 2007).

Entre as várias transformações registadas, 41 habitações tiveram ampliação através de construção e maioria das habitações apropriou-se do espaço livre, nomeadamente os pátios interiores, ocupando-os de formas diversas. A transformação dos pátios foi a intervenção predominante, com mais de metade dos moradores a convertê-los em marquises ou alpendres.

Estas evoluções e transformações na habitação, surgiram como resposta às carências espaciais do núcleo inicial, tal como, a falta de um espaço de entrada e de áreas dedicadas ao tratamento de roupas. A conversão dos pátios de espaços exteriores para interiores forçou a transposição dessas funções para as áreas comuns, como os patamares das escadas e os terraços, que passaram a ser utilizados como extensões habitacionais. Esses espaços, anteriormente simples, ganharam novos significados, sendo decorados com floreiras, bancos e outros elementos, enquanto as paredes, outrora homogéneas e caiadas, foram revestidas com diferentes materiais e acabamentos, e os corrimões ornamentados. Esta relação estabelecida com o exterior da habitação contribuiu para que o bairro fosse preservado e mantido, permitindo-lhe resistir ao passar do tempo.

Em suma, o Bairro do Alto do Moinho constitui-se como uma referência exemplar na aplicação dos conceitos de habitação evolutiva e participativa, evidenciando como a interação entre o arquiteto e os moradores pode resultar em soluções habitacionais que respondem de forma eficaz e adaptável às necessidades da população.





3.2. Bairro da Malagueira

de Álvaro Siza Vieira



Figura 22 Plano de Expansão Oeste de Évora

As primeiras linhas do bairro, 1977

O Bairro da Malagueira, projetado por Álvaro Siza Vieira, em Évora, é um marco da arquitetura portuguesa do século XX. O projeto reflete uma abordagem participada, ao integrar cooperativas formadas pelos próprios moradores no processo de desenho e construção do bairro, num esforço de envolvimento comunitário, indo de encontro aos princípios do programa SAAL. Localizado num "terreno contínuo à muralha de Évora" (Siza & Castanheira, 2001), o bairro da Malagueira surge em 1977, como resposta à necessidade de expansão urbana, num período de rutura histórica, política e social em Portugal, após a Revolução de 25 de Abril de 1974.

No final da década de 1970, Évora encontrava-se dividida em duas realidades urbanas: a cidade antiga, dentro das muralhas, e uma série de bairros clandestinos nos arredores. Situada a 140 km a leste de Lisboa, Évora, conhecida como a "capital do Alentejo", sofria, em 1974, uma sobrecarga populacional devido ao êxodo rural e à chegada de repatriados das antigas colónias, o que intensificou a urgência de planear a área exterior à muralha e resolver a carência habitacional existente. Foi neste contexto que o SAAL promoveu a criação de uma Associação de Moradores[32], com o intuito de discutir a política habitacional e identificar as necessidades da população.

Em 1977, influenciada pelos resultados positivos das experiências do SAAL no Porto[33], a Câmara Municipal de Évora encomendou a Siza Vieira um plano para a expansão da cidade. Este plano vinha substituir uma proposta anterior – o Plano de Expansão da Zona Oeste de Évora, elaborado pela Direção Geral de Serviços de Urbanização (DGSU) em 1975 – uma intervenção urbanística de 27 hectares, destinados ao projeto da Malagueira. Ao contrário da proposta inicial da DGSU, que seguia uma lógica funcionalista, o plano de Siza "previa um modelo diferente de promoção fortemente baseado na participação do utilizador" (Duarte, 2007: 60).

A proposta da DGSU previa alojamento para 12 mil pessoas, seguindo os princípios modernistas da Carta de Atenas, com uma clara separação entre funções habitacionais e outras atividades urbanas. Siza Vieira, respeitando os índices urbanísticos exigidos, optou por reduzir a densidade populacional para cerca de 4120 habitantes, distribuídos por 1200 habitações, promovendo uma organização mais integrada e baseada no envolvimento direto dos habitantes. Este novo modelo rejeitava a segregação funcional defendida pela DGSU, promovendo, ao invés, a continuidade do processo participativo iniciado pelo SAAL em colaboração com a Associação de Vizinhos São Sebastião, constituída por aproximadamente

32 A Associação de Moradores foi constituída em 1976, sob a designação de Associação de Vizinhos São Sebastião.

33 Na época, foram realizadas obras no âmbito do programa SAAL, com projetos de Siza Vieira, destacando-se o Bairro de São Vítor e o Bairro da Bouça.

cem famílias locais. As divergências entre os dois planos refletem as tensões políticas e institucionais do período pós-revolucionário, marcadas pelas disputas de poder entre o governo central e as administrações locais.

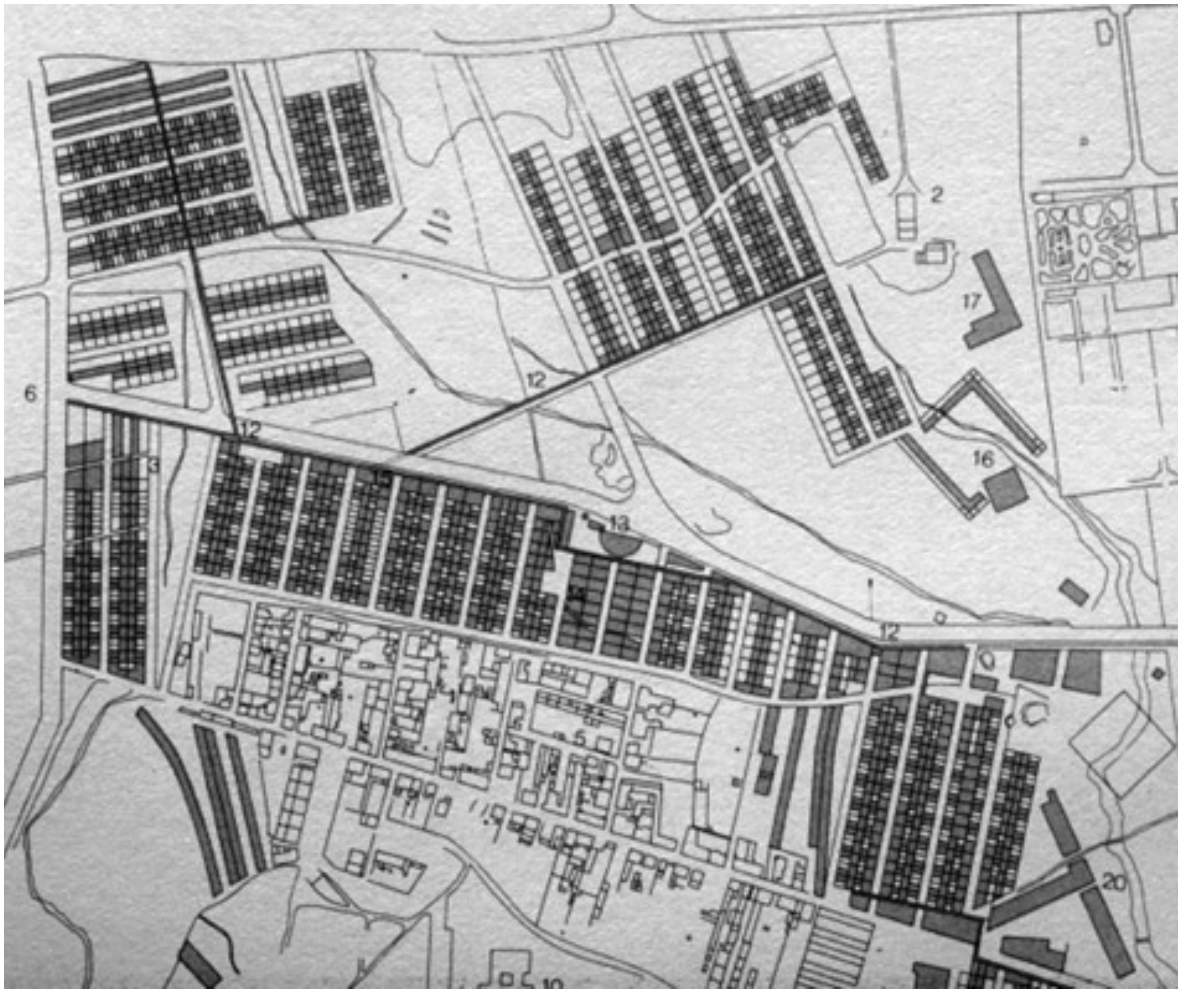


Figura 23 Plano de pormenor do Bairro da Malagueira

O plano para a Malagueira assenta em dois princípios: a utilização de referências locais para criar uma estrutura duradoura[34] e a conceção da cidade como um organismo em crescimento dentro dessa estrutura[35].

Inicialmente concebido como um Plano de Pormenor, o projeto evoluiu para o desenho das habitações, dos equipamentos públicos de apoio ao bairro, dos espaços comerciais e do espaço público. O resultado foi um tecido residencial de baixa altitude, denso e contínuo, o que permite a criação de áreas verdes amplas, respeitando os índices urbanísticos estipulados pela DGSU. Assim, o projeto promove uma integração harmoniosa entre os edifícios públicos, a cidade histórica, os bairros ilegais e a paisagem envolvente.

O plano desenhou-se a partir de eixos e elementos funcionais que integram os bairros ilegais como referência em termos de escala e tipologia habitacional; eixos viários, que atuam como principais elementos de ordenamento da urbanização; uma conduta de serviços ajustada à morfologia do terreno; e três urbanizações ilegais (Fontanas, Nossa Senhora da Glória e Santa Maria), além de equipamentos públicos e áreas verdes.

Ao iniciar o trabalho da Malagueira, Álvaro Siza enfrentou um contexto social diversificado, já que o terreno era rodeado por um bairro de vivendas unifamiliares de classe média, uma urbanização de casas pré-fabricadas construídas para veteranos da Guerra Colonial, um bairro social financiado pelo FFH e três urbanizações ilegais. Deste modo, o tecido urbano do bairro desenvolveu-se a partir desta envolvente, estruturando-se em três zonas principais: a primeira, a sudoeste, expande o padrão do bairro de Santa Maria; a segunda, a norte, organiza-se em torno de uma linha de cumeeira que funciona como caminho rural; e a terceira, a oeste, estabelece uma ligação com o bairro das Fontanas. Os restantes edifícios do bairro ora contrastam, ora se integram de forma notória no tecido existente. As garagens, por exemplo, situadas longe das habitações, formam volumes lineares e compactos, criando um contraste com a massa cubista das casas. Tanto o arquiteto como a Câmara Municipal de Évora demonstraram uma preocupação para que os novos volumes do bairro "não tapassem o perfil da cidade antiga" (Equipa de Missão Évora 2027, 2022).

Em termos de equipamentos de proximidade, as lojas foram distribuídas ao longo da conduta de serviços, localizadas nas extremidades dos blocos habitacionais. Os equipamen-

34"Limites da propriedade, árvores, algumas pedras, serviam como referência para a nossa investigação… Partiu da ideia recolhida na nossa primeira visita porque eu penso que a ideia nasce no local, mais do que na cabeça de alguém, para aqueles que se preocupem em ver." Siza, citado in L'Architecture d'Aujourd'hui, 1980.
35 "O que é interessante para mim na construção de uma cidade é a sua capacidade de transformação, que, até certo ponto, é semelhante ao crescimento de um ser humano. Nasce com certas características e um grau de autonomia, uma estrutura de base que se pode integrar ou opor-se às mudanças da vida." Siza, citado in L'Architecture d'Aujourd'hui, 1991.

tos públicos, como o supermercado, as escolas primárias e secundárias, e a piscina municipal, localizam-se nos limites do bairro e destacam-se pela sua volumetria, sem, contudo, romperem com a lógica do tecido urbano. A "Cúpula" é um espaço público semiaberto, destinado a centro cívico, deveria contribuir para a centralidade do bairro. O arquiteto projetou ainda um hotel residencial, um instituto de línguas, um centro religioso, um restaurante e a sede da cooperativa da Boa-Vontade. As zonas verdes articulam-se tanto com o tecido urbano quanto com a paisagem rural, promovendo uma continuidade visual. No entanto, estes espaços públicos revelam qualidades contraditórias, sendo locais de "sociabilidades frias e de relações frágeis, de distância na co-presença" (Joseph, 1995: 12).

As ruas são desenhadas pelas fachadas contínuas das habitações e mantêm-se livres de equipamentos urbanos (como passeios, bancos ou bocas de incêndio). Estas ruas, predominantemente pedonais, estão protegidas do sol intenso de verão, devido à "orientação transversal das ruas", seguindo uma "lógica ditada pelo problema da drenagem de água" (Emery & Beaudouin, 1980).





Figura 24 e 25 Aqueduto do Bairro da Malagueira

A organização do tecido habitacional da Malagueira foi estruturada em torno do "aqueduto" concebido pelo arquiteto, que, na realidade, corresponde a condutas de infraestrutura destinadas à distribuição de água, eletricidade, telefone e televisão. Siza atribuiu a esta "grande estrutura, que [atravessava] todo o terreno, [tinha] a função de definir uma outra escala" (Siza, 2012: 119) e um papel simbólico, procurando unificar o bairro e estabelecer a sua ligação com a cidade de Évora[36].

De ambos os lados das condutas, surgem paredes de suporte que definem uma malha ortogonal de lotes de 8 por 12 metros, formando quarteirões. As ruas, com 6 metros de largura, apresentam comprimentos variados, permitindo que as habitações sejam construídas de forma independente umas das outras e possam evoluir ao longo do tempo, adaptando-se às necessidades dos seus habitantes. Esta flexibilidade possibilita que o tecido habitacional se expanda ou densifique conforme necessário.

No entanto, o "aqueduto" também trouxe desafios. Em termos de manutenção e acesso a certas infraestruturas, como telefone e televisão, surgiram dificuldades. Além disso, algumas partes da estrutura tiveram de ser encerradas devido a usos indevidos, como locais de tráfico de droga e assaltos a habitações. O debate em torno do "aqueduto" vai, assim, além da sua aparência ou dos acabamentos, segundo muitos habitantes, com ar incompleto. A construção foi realizada em blocos de betão, uma vez que o custo elevado dos tijolos pequenos inviabilizava a sua utilização numa estrutura de redes. Para Siza, era crucial priorizar os recursos financeiros na construção das casas, em detrimento das infraestruturas viária e elétrica.

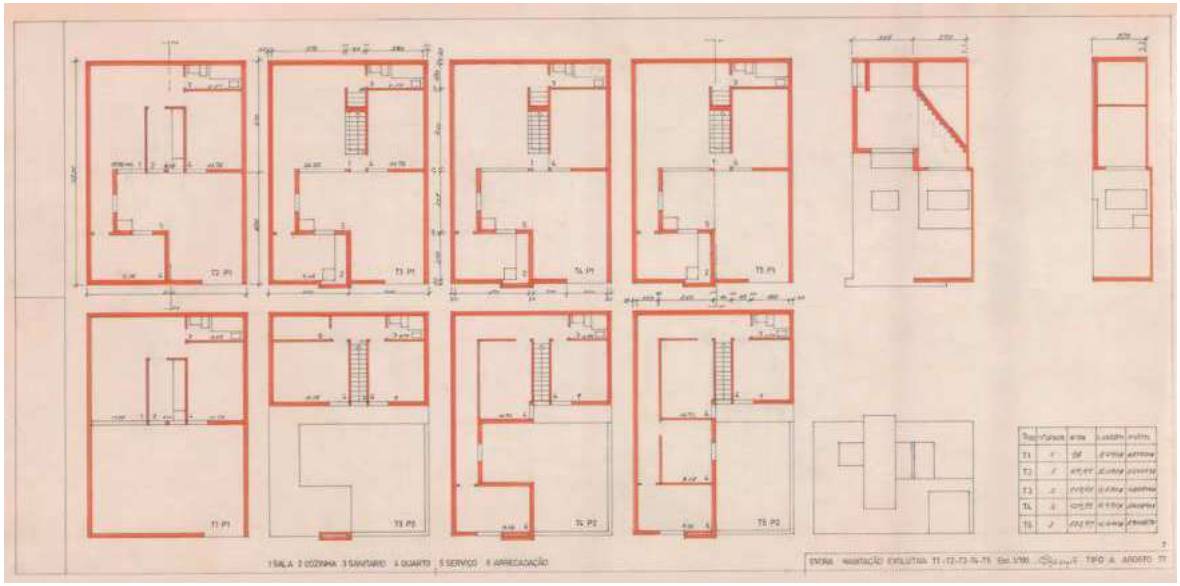
Apesar da uniformidade dos lotes em termos de dimensão, cada parcela é ocupada por habitações distintas. Esta diversidade estabelece uma relação entre a morfologia do bairro e as tipologias habitacionais. Para simplificar a complexidade do plano, face às diversas tipologias evolutivas, entre um e cinco quartos, e aos diferentes quarteirões, foram desenvolvidas soluções específicas para os promotores encarregados da construção de cada quarteirão. Estes promotores consistiam nas cooperativas como a Boa Vontade e a Giraldo, entidades públicas como o FFH/IGAPHE e iniciativas privadas.

Desta forma, por mais que as habitações ocupassem o território "como um lençol branco e pesado" (Siza & Castanheira, 2001), estas possuíam uma diversidade que reflete os diferentes tipos de promoção utilizados. O plano inicial previa a construção de 407 habitações por cooperativas, 300 pelo FFH, 300 por empresas privadas e 93 por contratos de desenvolvimento urbano[37]. No entanto, as cooperativas destacaram-se, representando 60% da promoção total, sendo 33% de natureza pública e 7% privada (Molteni, 1997).

36 O aqueduto, termo utilizado pelo arquiteto, cria ligação ao aqueduto de Évora que data o século XVI.

37 Era um instrumento legal que permitia que as câmaras municipais promovessem a construção de habitação com recurso a fundos do governo.

Ainda na fase de desenho do projeto, os futuros moradores do bairro expressaram a preocupação da imagem do "lençol branco", de que este se tornasse um espaço monótono, uma "cidade desumana pela monotonia". Contudo, Siza Vieira, assegurou que tal cenário não se verificaria, explicou que "nunca pode haver monotonia quando há ondulação do terreno porque a adaptação à topografia confere, confere imediatamente, outra complexidade ao conjunto" (Equipa de Missão Évora 2027, 2022).



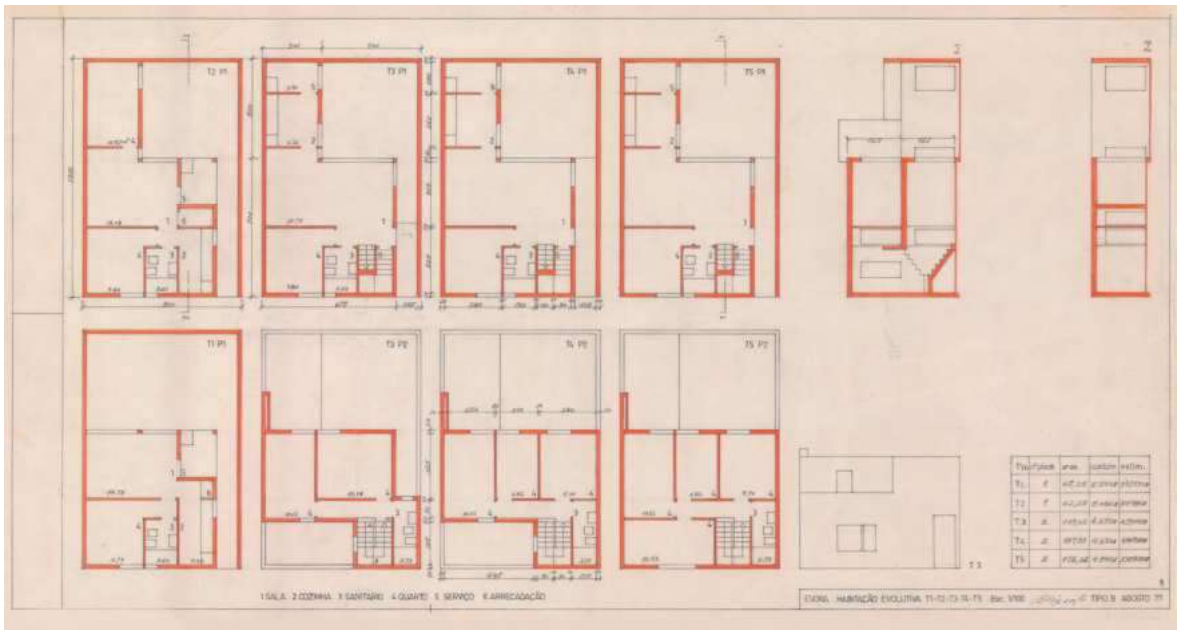


Figura 26 e 27 Tipologias habitacionais A e B do Bairro da Malagueira

As habitações da Malagueira, organizadas em banda, ou geminadas, evidenciam a capacidade de Álvaro Siza em adotar uma abordagem racionalista, conciliando rigor arquitetónico com o respeito pelos modos de vida da população local. Desta forma, foi possível criar um bairro com uma identidade forte e enraizada, que reflete tanto o coletivo como o individual.

As tipologias habitacionais do bairro foram influenciadas pelo estudo das habitações de urbanizações ilegais e da arquitetura tradicional do Alentejo. Siza justificou esta abordagem afirmando que essas habitações são o resultado de longos processos de evolução e adaptação ao meio. Ao interpretar essas tipologias, o arquiteto desenvolveu um conjunto de regras aplicáveis ao bairro, ajustando-se às diversas necessidades e estilos de vida dos habitantes.

O projeto inicial apresenta duas tipologias principais, desenvolvidas em 1977: a Tipologia A, com pátio frontal, e a Tipologia B, com pátio traseiro, variando de T2 a T5. Estas tipologias surgiram para responder às necessidades habitacionais dos moradores locais, organizados em duas cooperativas: a Cooperativa de Habitação Económica da Boa Vontade (CHE Boa Vontade) e Associação de Moradores de São Sebastião[38].

Estas tipologias A e B de habitações evolutivas serviriam como protótipo do plano geral. Contudo, devido a considerações práticas e preferências tanto das cooperativas como do IGHAPE, a tipologia com pátio à frente foi mais amplamente adotada, resultando na construção de apenas nove casas do tipo B. Esta escolha evidenciou uma adaptação às exigências do programa habitacional, refletindo a flexibilidade e evolução das tipologias ao longo do processo.

Posteriormente, foram desenvolvidas outras tipologias, totalizando 33 tipos e subtipos de habitações, sem contar as variações na altura do muro do pátio frontal. Esta diversidade é ainda mais acentuada pelas modificações não autorizadas e personalizações, feitas pelos moradores, conferindo ao bairro uma identidade própria e uma multiplicidade de planos e fachadas, que enriquecem a morfologia do conjunto.

O muro do pátio, elemento essencial no projeto, introduz diferentes alturas que criam dois espaços distintos: um pátio fechado e íntimo voltado para a habitação, e um pátio aberto em relação direta com a rua, conferindo-lhe uma dimensão pública. Originalmente projetado com 3,50 m de altura, foram introduzidas variantes de 2,25 m e 1,50 m, a pedido das cooperativas. No entanto, os moradores que adquiriram habitações construídas pelo IGHAPE não

38 Em 1983, com a extinção do Fundo de Fomento da Habitação (FFH), a Associação de Moradores de São Sebastião passou por uma reestruturação com o objetivo de assegurar a continuidade do financiamento estatal. Para tal, transformou-se numa cooperativa de habitação económica, adotando a designação de Cooperativa de Habitação Económica de Giraldo Sem Pavor, nome sob o qual opera atualmente.

tiveram a possibilidade de escolher, ficando limitados à versão com 3,50 metros. Esta altura foi preferida tanto pelos arquitetos quanto pelos habitantes, pois oferecia maior conforto climático, privacidade e segurança, transformando o pátio num espaço exterior íntimo, quase uma extensão da casa. Por outro lado, os muros mais baixos conferiam um caráter mais aberto ao pátio, integrando-o na rua como um jardim ou espaço cimentado.



Planta das Tpologias Habitacionais do Bairro da Malagueira- CHE Boa Vontade 1979

Escala 1: 2 000

Para compreender as tipologias habitacionais, a evolução e apropriação, foi selecionada uma secção da primeira fase de construção da Cooperativa de Habitação Económica da Boa Vontade. Esta área, localizada no limite leste do Bairro da Malagueira, adjacente ao bairro de Santa Maria, é delimitada pela Avenida da Malagueira, pela Rua Principal de Santa Maria e pela Ribeira da Turgela. A escolha desta secção baseou-se no facto de corresponder ao projeto original desenvolvido pelo arquiteto, que serviu como modelo base para a estruturação do plano geral, sendo, simultaneamente, uma das zonas do bairro com maior quantidade de informação disponível, permitindo uma leitura mais completa do processo de construção e apropriação.

Em 1979, iniciou-se a construção de 100 fogos para a CHE Boa Vontade, num processo que contou com a participação ativa dos moradores. Segundo o arquiteto, "Pelo menos 450 famílias, em inúmeras reuniões, os viram e ouviram explicados, por palavras maquetas, esquissos, desenhos rigorosos e fotomontagens. Criticaram, propuseram alterações, aprovaram" (Siza & Castanheira, 2001). Neste contexto, o bairro foi organizado em quatro bandas habitacionais e uma conduta secundária, que percorre o terreno até se conectar com a conduta principal.

Face à dimensão do plano e à inexistência de uma empresa de construção com recursos financeiros e técnicos necessários, e considerando a importância de gerar emprego local, Siza propôs para a autoconstrução, alinhando-se com a política de autonomia desejada pelo governo central.

O sistema estrutural inicial consistia em paredes de alvenaria de blocos de betão e pavimentos de vigotas pré-esforçadas preenchidas com abobadilhas de betão. Este sistema permitia a evolução das habitações por meio da adição de unidades espaciais. Com a melhoria da situação económica, passou-se a utilizar betão armado moldado em obra, com paredes de enchimento em alvenaria, mantendo, contudo, a possibilidade de evolução das habitações.

Este sistema construtivo apresenta características que podem ser interpretadas como sustentáveis, devido à promoção da autoconstrução e da participação comunitária, dinamizando a economia local e conferindo a capacidade de evolução gradual às habitações. No entanto, a utilização de betão, com elevado impacto ambiental, e a potencial ineficiência térmica das paredes de alvenaria, limitam a sustentabilidade do sistema. Assim, apesar das qualidades inerentes ao processo e à flexibilidade das habitações, a sustentabilidade do sistema encontra-se limitada pelo impacto dos materiais utilizados e pela ineficiência energética de alguns dos elementos construtivos.

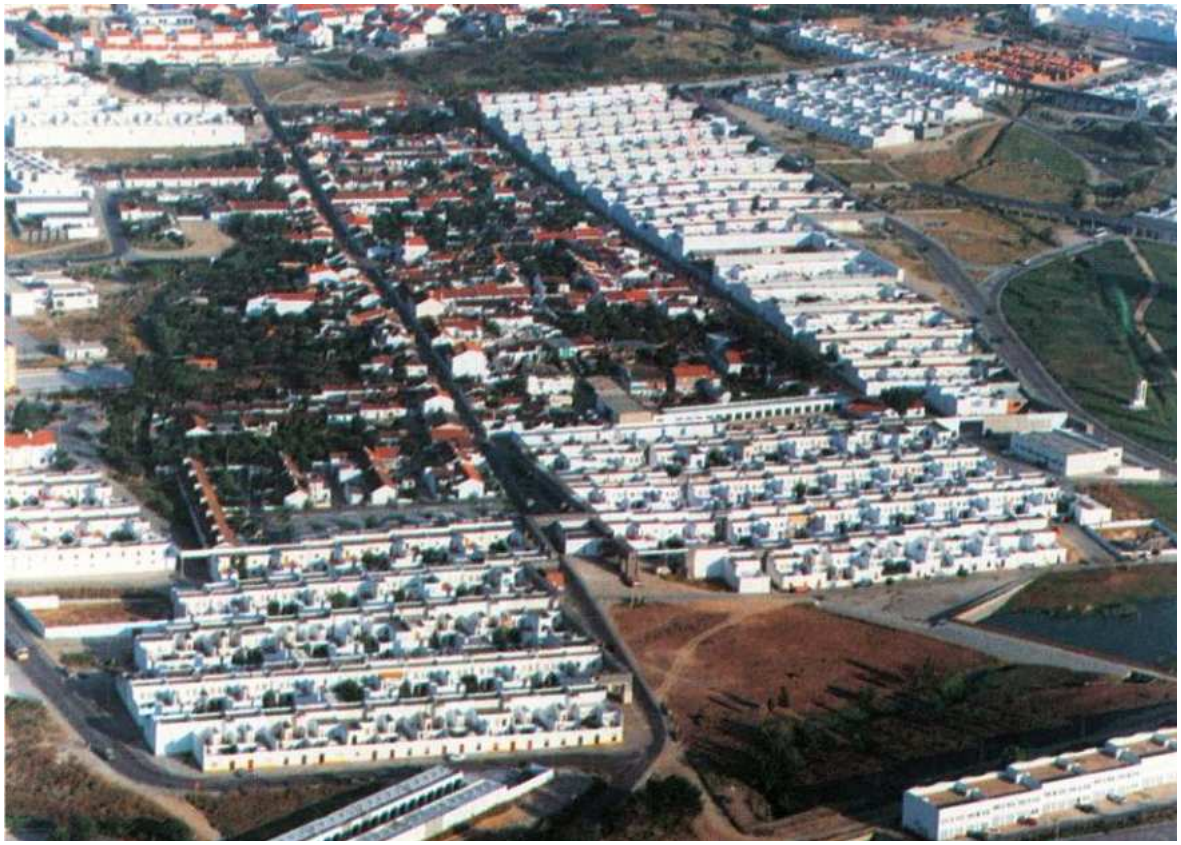


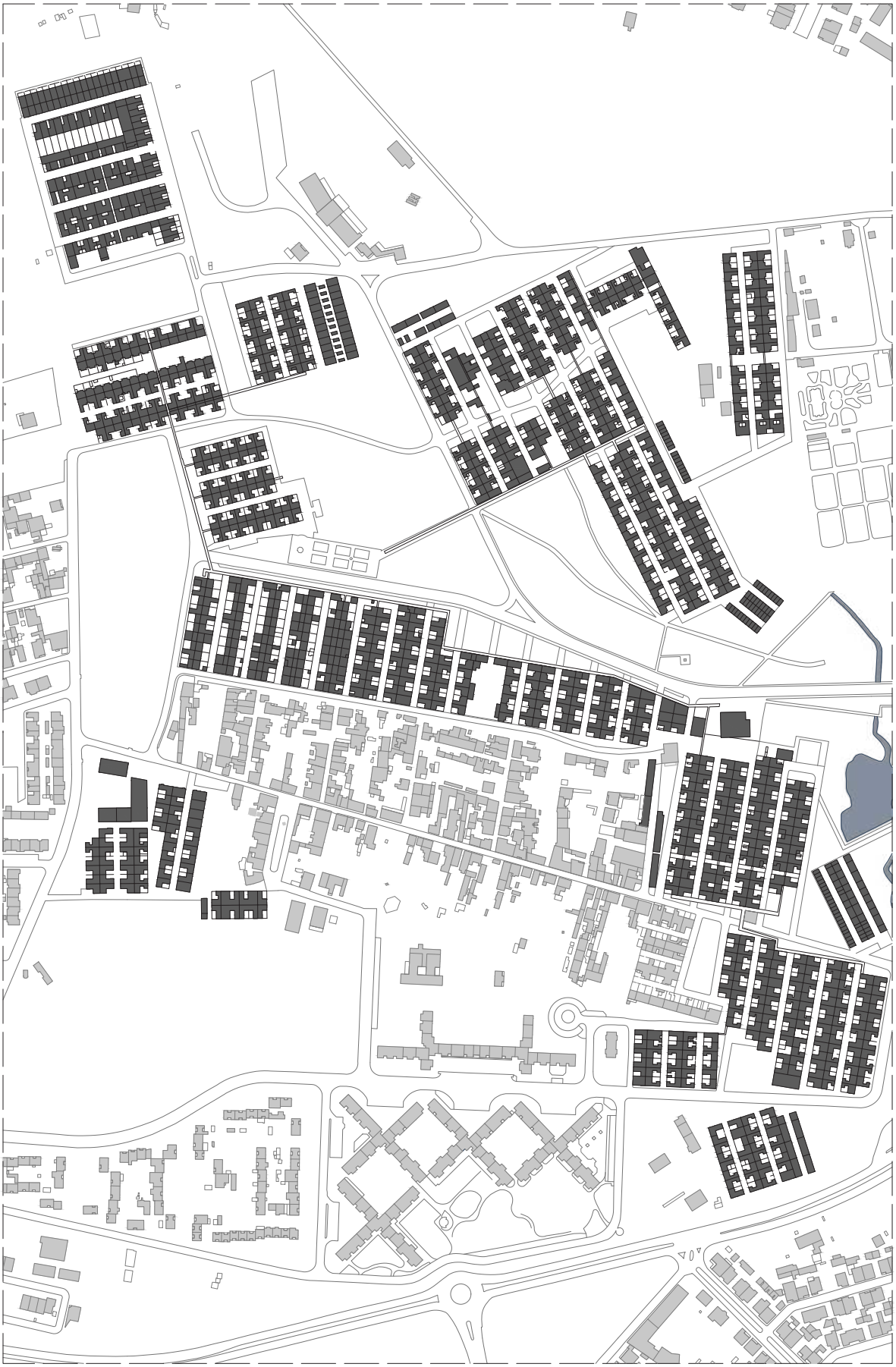


Figura 28 e 29 Vista aérea do Bairro da Malagueira





Figura 30 e 31 Habitações do Bairro da Malagueira



Planta de Localização do Bairro da Malagueira 2016

Escala 1: 5 000

O pulsar do espaço em transformação, 2016

As habitações do bairro da Malagueira foram construídas por intermédio de cooperativas, como com fundos públicos e privados, resultando na edificação de cerca de 1.200 habitações em banda. No entanto, apesar do crescimento habitacional, a construção foi marcada por uma dinâmica lenta. Entre os primeiros e os últimos fogos construídos, verificou-se uma discrepância de 16 anos, evidenciando as dificuldades e os constrangimentos que marcaram a evolução do bairro.

O tecido urbano sofreu inúmeras transformações ao longo do tempo, principalmente devido à construção faseada, que envolveu diversos programas habitacionais, cada um com diferentes etapas. Este faseamento foi ainda influenciado pela falta de financiamento, que afetou a concretização de várias intervenções.

No âmbito público, essa falta de recursos traduziu-se na ausência de pavimentação adequada, resultando em espaços públicos e zonas verdes incompletas. Esta realidade criou espaços com poeira e lama, levando ao abandono dos mesmos.

Para mitigar essa situação, surgiram os primeiros espaços públicos do Plano de Estrutura Verde de João Gomes da Silva, incluindo um anfiteatro que promovia o convívio entre os habitantes do bairro. No entanto, a falta de financiamento também afetou a construção de equipamentos, como o centro de dia para idosos, que sofreu atrasos na sua construção, enquanto outros programas, como a Cúpula, continuam à espera de execução.

À medida que o bairro se transforma, as habitações também evoluíram. Um exemplo significativo é a Cooperativa de Habitação Económica da Boa Vontade, que representa uma generalização das possibilidades evolutivas e de apropriação ao longo do tempo. Após 30 anos da sua construção, as habitações demonstram diferentes vontades individuais, refletindo a capacidade de evolução do espaço.

Das 100 habitações iniciais, 25 cresceram espacialmente. A estrutura habitacional, embora ainda presente, revela diversas evoluções e transformações. Inicialmente, a maioria das habitações era composta por tipologias T2, T3 e T4; atualmente, prevalecem as T3 e T5.

A evolução das habitações não se limitou ao aumento em altura, mas também ao aprimorar do conforto físico, beneficiando do espaço livre existente. Estas transformações feitas pelos habitantes, expressam a apropriação do espaço habitacional e reforçam a ligação entre identidade e habitação. Entre as alterações mais comuns encontram-se:

• A instalação de escadas exteriores para acesso direto ao terraço, a partir da cozinha ou da casa de banho do rés-do-chão, facilitando o percurso entre o terraço e o pátio.

• A supressão do espaço de arrumos na sala de estar, redistribuindo-se as arrumações

pelos corredores e quartos, ou utilizando a garagem.

• O alargamento da sala de jantar nas casas do tipo Ab, as mais numerosas (418), criando uma maior fluidez no espaço interno.

• A expansão das casas através da tipologia evolutiva, antecipada por Siza, com a adição de quartos sobre o terraço.

• Intervenções para corrigir defeitos construtivos associados a inovações técnicas, especialmente nas coberturas dos terraços.

O pátio também sofreu alterações, com a adição de elementos verdes e pequenos telheiros. Essas transformações contribuíram para afastar o receio da monotonia, que muitos tinham devido à repetição quase infinita dos volumes brancos que predominam na paisagem do Bairro da Malagueira.

Estas ampliações e adaptações mostram como os habitantes validaram e desenvolveram as tipologias evolutivas, adaptando-as às suas necessidades e preferências culturais. As habitações com pátio fechado e muro alto assemelham-se às casas urbanas apreciadas por estratos sociais mais elevados, enquanto os habitantes de cultura popular mostram preferência por casas rodeadas de jardim. Assim, a Malagueira é interpretada tanto como uma continuação das tradições habitacionais de Évora quanto como um espaço inovador que respeita e incorpora a diversidade cultural dos seus habitantes.



Planta das Tpologias Habitacionais do Bairro da Malagueira- CHE Boa Vontade 2016 Escala 1: 2 000

3.3. Matriz Comparativa

Participação Comunitária

Inclusão da cultura local



Bairro do Alto do Moinho

Arquiteto: Francisco Silva Dias

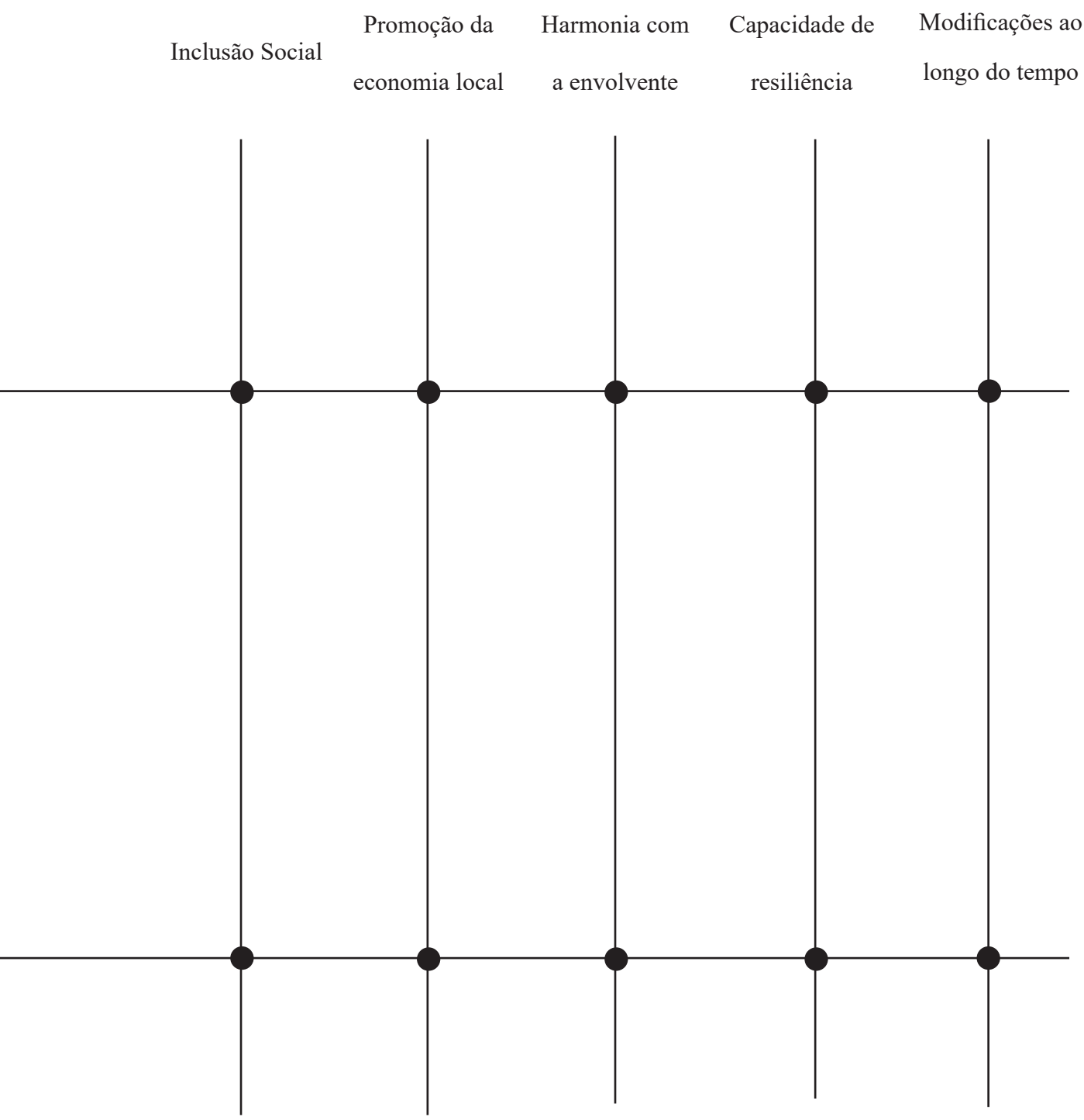
Ano: 1975



Bairro da Malagueira

Arquiteto: Álvaro Siza Vieira

Ano: 1977


Inclusão Social
Promoção da economia local
Harmonia com a envolvente
Capacidade de resiliência
Modificações ao longo do tempo

Momento IV

Das lições tiradas à possibilidade prática

O último momento da dissertação, tem como objetivo a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos ao longo da investigação, integrando-os num ensaio projetual. Desta forma, é possível não só justificar e sintetizar os factos estudados, como demonstrar, de forma concreta, a importância da arquitetura participada e evolutiva no desenho e construção de um bairro.

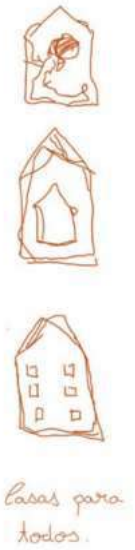


Figura 34 Esquisso das “Casas para todos”

4.1. Contextualização do caso prático SMILE!

O ensaio projetual desenvolve-se a partir do exercício anual da Unidade Curricular de Projeto III, denominado "SMILE! – Visões para o habitar em áreas rurais periurbanas".

Este exercício assenta em cinco vetores fundamentais: Sustentável, Móvel, Inclusivo, Low-Cost e Evolutivo, que refletem as preocupações contemporâneas relacionadas com a sustentabilidade ambiental, a mobilidade de proximidade, diversidade social, e a criação de soluções habitacionais flexíveis e adaptáveis às mudanças e necessidades dos habitantes ao longo do tempo.

O projeto SMILE! tinha como objetivo explorar o potencial habitacional em áreas periurbanas, com foco na criação de um bairro situado no concelho de Barcelos através de uma solução inovadora, que visa enfrentar os problemas habitacionais contemporâneos e antecipar as exigências futuras. Neste contexto, a habitação participada surge como uma abordagem que propõe soluções habitacionais que, no horizonte temporal de 50 anos definido pelo exercício, sejam capazes de responder às questões e necessidades habitacionais do futuro.

Em suma, o projeto evidenciou a capacidade da habitação participada e, por extensão, da habitação evolutiva, ser uma abordagem eficaz no desenho e estruturação de bairro. Esta metodologia constrói um organismo habitacional dinâmico, atento e adaptável às necessidades e especificidades dos seus habitantes, revelando-se um modelo de habitação com potencial de integração e evolução contínua.



Figura 35 Ortofotomapa da zona de intervenção





Figura 36 e 37 Zona de intervenção com vista para a área rural





Figura 38 e 39 Zona de intervenção com vista para a área urbana

4.2. Localização, origem e património edificado

Barcelos é uma cidade situada na região do Minho, no noroeste de Portugal, pertencente ao distrito de Braga. Localizada nas margens do rio Cávado, beneficia de uma posição estratégica que, historicamente, fortaleceu a sua relevância económica e cultural na região. Com origens que remontam à época romana, Barcelos consolidou-se como um centro urbano no Minho, combinando a atividade comercial com uma forte ligação à terra e às tradições artesanais.

A área de intervenção, situada na União de Freguesias de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescaínha (São Martinho e São Pedro) e de Abade de Neiva, insere-se num contexto periurbano, caraterizado pela transição entre o rural e o urbano.

Este terreno, delimitado por um conjunto de infraestruturas viárias, é maioritariamente composto por campos agrícolas que, atualmente, configuram um espaço vazio. A ausência de barreiras físicas, com exceção de uma linha de água que atravessa o terreno, e as restrições impostas pelo Plano Diretor Municipal (PDM), que prevê uma impermeabilização máxima de 40% e limita a altura das edificações a sete pisos, cria uma sensação de "tela em branco" do terreno, onde se vê a oportunidade de um novo tecido urbano e de novas vivências.

As restrições urbanísticas, embora sejam projetadas para garantir uma ocupação controlada do território, convocam uma reflexão crítica, devido ao exercício de projetar para daqui a 50 anos. Assim, num espaço onde rural e urbano se confrontam de forma tão acentuada, torna-se pertinente questionar até que ponto estas normas devem ser aplicadas, ou se será necessário adaptá-las para responder a uma ocupação equilibrada e sustentável no futuro.

4.3. Diagnóstico da área de intervenção

De forma a compreender a área de intervenção, foi realizada uma análise e diagnóstico ao local, orientada para o Sistema Edificado, a Estrutura Ecológica e o Sistema de Mobilidade, componentes que evidenciam o desequilíbrio e fragilidade da área de intervenção.

Neste sentido, foram identificados os principais fatores que contribuem para o desequilíbrio e desconforto na área de intervenção:

• Inexistência de uma malha urbana coerente na área de intervenção. A área de intervenção apresenta-se fragmentada e sem conexão com as áreas envolventes, dificultando a integração no tecido urbano;

• Espaços verdes, desorganizados e negligenciados;

• Poluição sonora, que gera desconforto e sensação de insegurança;

• Sentimento de insegurança, causado tanto pela proximidade de veículos automóveis como pela precariedade dos acessos pedonais;

• Acessibilidade deficiente ao centro da cidade a nível pedonal.

Além destes problemas, surgem algumas questões de uso que, em muitos casos, resultam do acumular dos fatores anteriormente referidos. As mais evidentes incluem o facto de a área de intervenção ser uma zona de passagem, localizada fora do centro de Barcelos, mas próxima o suficiente para que a população que ali se encontra tenha pouca tendência para a permanência. A via automóvel que limita o terreno, com significativa movimentação automóvel, interrompe a continuidade do território com a cidade, intensificando a sensação de insegurança e agravando as dificuldades de mobilidade pedonal.

Contudo, apesar dos desafios, a área de intervenção também apresenta pontos positivos e oportunidades que podem ser aproveitados e valorizados no desenho do bairro:

• Vazios significativos, que se configuram como uma “tela em branco”, permitindo uma nova malha urbana e programas diversificados;

• Barcelos ser uma cidade periférica, que beneficia de bons acessos a cidades como Porto, Braga, Famalicão e Guimarães, e o terreno ter ligação à circular urbana de Barcelos, o que favorece a acessibilidade;

• A previsão de um corredor verde no PDM, que pode enriquecer a paisagem urbana e promover a sustentabilidade ambiental;

• Proximidade pedonal ao centro da cidade, o que facilita a articulação com a centra-

lidade urbana;

• Forte identidade cultural da cidade, a herança cultural e as tradições da cidade constituem um recurso valioso, que pode ser valorizada no desenvolvimento da área.

Este diagnóstico evidencia as potencialidades e desafios da área de intervenção. Desta forma, o desenho do bairro é orientado para promover um desenvolvimento urbano equilibrado e sustentável, capaz de responder às necessidades atuais sem comprometer as características culturais e ambientais que definem a região.

4.4. O Bairro Intercultural

Conceito de Intervenção

O conceito do bairro assenta na interculturalidade[39], caracterizado pelo seu *Modus Vivendi* de riqueza e diversidade de culturas que coexistem harmoniosamente, sustentadas por valores de inclusão, proteção e conforto[40].

Este conceito surge do contexto atual da globalização e do aumento das migrações, que leva às cidades se tornam cada vez mais culturalmente diversas. Tal diversidade acarreta um leque variado de identidades e necessidades, que, infelizmente, nem sempre encontram resposta adequada, contribuindo para o fenómeno da gentrificação.

Assim, o conceito de intervenção prevê a possibilidade de criar um bairro que responde às variadas identidades, culturas e etnias que possam existir, quer a nível de habitação como a nível de bairro. Para tal, o bairro passa de um vazio delimitado a um ecossistema por si só, pensado de forma que o desenho dos espaços, quer públicos (espaços exteriores, de lazer e ecuménicos) como privados (as habitações e possíveis espaços de apropriações) sejam flexíveis de forma a acolherem as várias identidades, sem estas se sentirem desculturadas.

Neste contexto de identidade e comunidade, privilegia-se ainda a criação de uma ligação mais estreita entre os vizinhos, fomentando o convívio e as relações de proximidade, de modo a consolidar uma rede social que valorize a interação e o sentimento de pertença entre os habitantes.

É neste contexto de formalização do conceito de bairro que surge a relevância da habitação participada.

Dada a diversidade de culturas, etnias e estruturas familiares, torna-se impossível definir tipologias e desenhos *standard* para os espaços interiores e exteriores. Assim, através da participação ativa dos futuros moradores, é possível identificar e integrar as suas necessidades e expectativas, de forma a responder às mesmas. Embora haja estudos e dados esta-

---

39 "A interculturalidade tem lugar quando duas ou mais culturas entram em interacção de uma forma horizontal e sinérgica. Para tal, nenhum dos grupos se deve encontrar acima de qualquer outro que seja, favorecendo assim a integração e a convivência das pessoas. (…) A noção distingue-se do multiculturalismo e do pluralismo pela sua intenção directa de fomentar o diálogo e a relação entre culturas. (…) Em outras palavras, o seu objetivo não é somente formar grupos, mas também, diante da globalização e do individualismo, conseguir integrar grupos em uma sociedade." (Equipa editorial de Conceito.de., 2011)

40 Este conceito deriva de um dos macro conceitos estudados em turma, a multiculturalidade, que surgiu como resposta à possibilidade da cidade e dos bairros nos próximos 50 anos.

tísticos que fornecem uma visão geral destas necessidades, cada pessoa tem uma identidade, necessidades e ambições particulares. Neste sentido, a arquitetura, e o arquiteto enquanto agente capaz de materializar esses desejos, deve procurar responder com a melhor solução possível para cada realidade habitacional, promovendo um bairro verdadeiramente inclusivo e respeitoso.

Além disso, é fundamental ter em mente a crescente dificuldade no acesso à posse ou compra da habitação. Não se sabendo ao certo se esta situação irá melhorar, através das lições aprendidas com o SAAL, incorporamos no projeto elementos como a possibilidade de autoconstrução assistida e a evolução por fases. Estes elementos permitem que a habitação se desenvolva progressivamente, acompanhando a evolução das condições financeiras e as necessidades dos moradores ao longo do tempo.

4.5. Proposta de intervenção no território

A proposta de intervenção foca-se na criação de um bairro que se faz intercultural pela partilha do espaço comum, onde as relações de vizinhança são mais próximas, independentemente da diversidade cultural, étnica ou dos diferentes tipos de famílias que nele residem. Assim, o bairro é projetado com um ecossistema autónomo, no qual o desenho dos espaços, tanto públicos (espaços exteriores, de lazer e ecuménicos) como privados (habitações e áreas de apropriação), são flexíveis e capazes de acolher múltiplas identidades, preservando-as na sua singularidade. Com base nesta premissa, o desenvolvimento do bairro evolui de uma escala geral para uma abordagem mais particular.

Proposta geral

O desenho do bairro assenta numa malha urbana orgânica, cuja função é integrar o terreno nas zonas urbana e rural adjacentes. A malha vai criando áreas de diferentes densidades habitacionais, de forma a respeitar as diferentes necessidades de privacidade dos habitantes. Assim, na área oeste e sul há uma maior densidade, promovendo uma continuidade visual com a zona urbana de Barcelos. À medida que o tecido habitacional se expande para norte, a densidade habitacional diminui, privilegiando áreas mais reservadas e criando uma ligação gradual com a zona rural envolvente. Esta transição de densidade permite uma harmonia visual e funcional entre as áreas mais urbanas e as mais rurais.

A partir da definição desta malha urbana e da disposição das unidades de vizinhança na mesma, foi inevitável introduzir elementos que aumentassem a coesão social, como equipamentos de proximidade (cafés, escolas, farmácias, minimercados), espaços culturais, ecuménicos e zonas de lazer[41]. Estes elementos, estrategicamente localizados nas proximidades das habitações, reforçam o sentimento de comunidade e reduzem a necessidade de deslocações para fora do bairro, respondendo às dinâmicas de uma vida coletiva sustentável. É de notar que as zonas verdes mais densas apresentam-se nas extremidades do terreno, de forma a proteger o bairro das vias que o circunscrevem.

Assim, o bairro é delineado como uma estrutura urbana integrada e sustentável enquanto unidade, que articula diferentes unidades habitacionais, zonas verdes, vias automóveis, pedonais e cicláveis, e espaços pensados para fortalecer as relações de vizinhança e promover um quotidiano intercultural.

41 "Segundo a DGOTDU, um dos objectivos do ordenamento do território e do urbanismo é a distribuição equilibrada das funções de habitação, cultura e lazer, incluindo a programação, criação e manutenção de equipamentos colectivos, tendo em conta as necessidades específicas das populações, a acessibilidade e a adequação de utilização. (DGOTDU, 2002: 6)."(Mateus & Serdoura, 2010)

No momento III, foi possível observar a importância dos espaços intersticiais, que promovem o convívio entre os habitantes do bairro, fortalecendo a coesão comunitária. Neste exercício também se procura fomentar esse sentimento de união e coesão da comunidade do bairro, tendo em mente as complexidades do conceito intercultural do bairro, onde diferenças culturais e necessidades distintas podem criar desafios adicionais.

Assim, de forma a simular uma abordagem participada, semelhante à que ocorreria entre o arquiteto e os futuros habitantes (através de diálogos, entrevistas, inqueridos, entre outros) foram realizadas discussões em aula, com docentes e colegas, para identificar e analisar os fatores que afetam a privacidade das habitações e a interação entre elas. Desta forma, com base nos dados estudados, foram ajustadas tanto as posições das unidades habitacionais como os espaços exteriores, de forma a promover a interações entre vizinhos através de espaços de convívio/ coexistência, e espaços caso seja desejado, que o exterior possa ser uma extensão natural do interior da habitação.

Deste modo, foram consideradas as seguintes diretrizes:

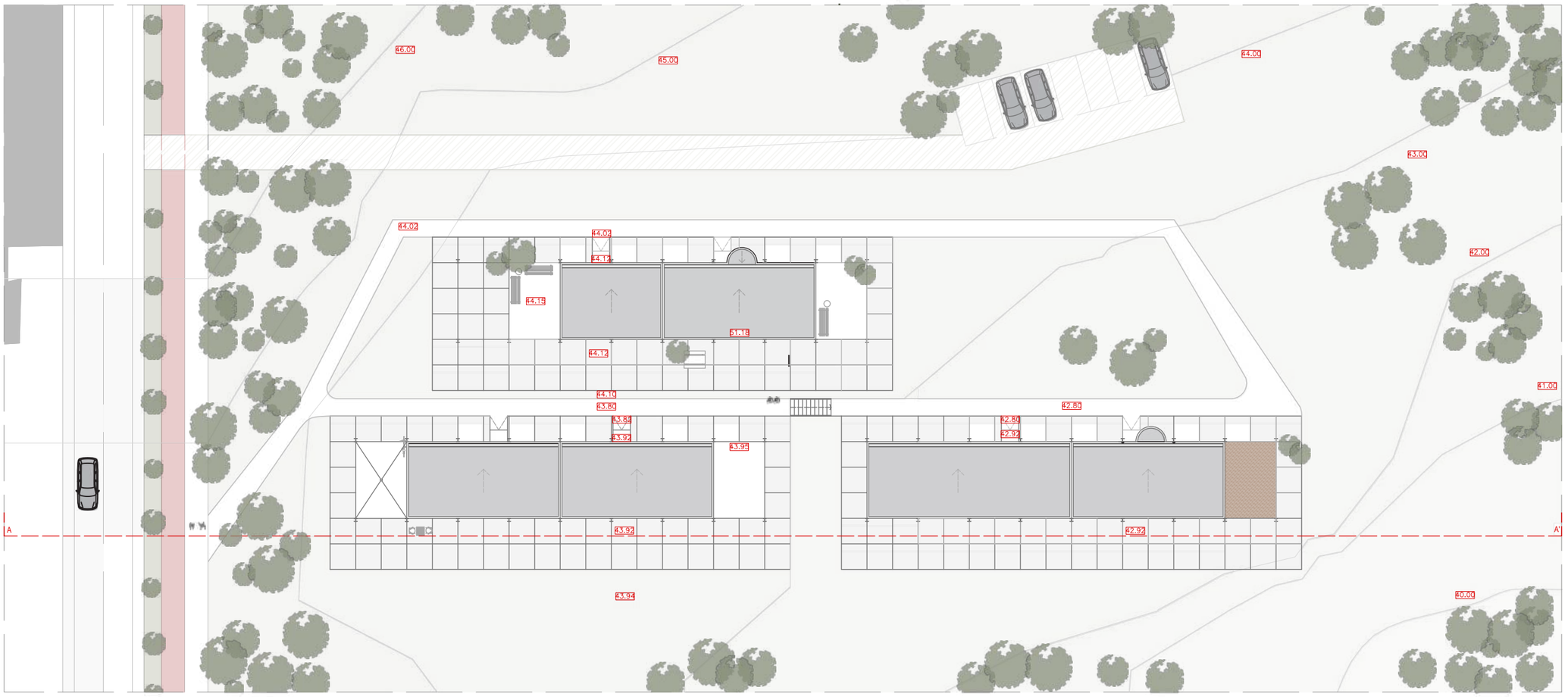
• Métrica de referência: foi utilizada uma métrica de 2,20m e os seus múltiplos, tanto no desenho dos espaços interiores como dos exteriores, para garantir a continuidade visual e estrutural;

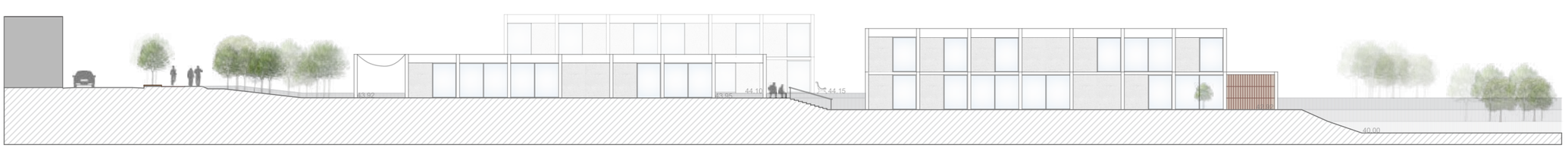
• Estudo das cotas e dos elementos de transição: desde a entrada da habitação, que se dá através de uma rampa de acesso que leva a um patamar, até à escolha da materialidade destes elementos, que criam sensações e noções de privado, semiprivado e público;

• Desnível entre habitações de uma unidade de vizinhança: entre as unidades mais separadas de uma unidade de vizinha, cria-se um muro de 40 cm entre os planos das habitações, que permite o escoamento de águas pluviais, e cria um banco contínuo, incentivando o uso do espaço para sociabilização entre vizinhos;

• Percurso circundante: o percurso pedonal conecta as habitações, e assim, promove a união entre elas. No entanto, o percurso mantém uma distância suficiente para preservar a privacidade de cada unidade habitacional;

• Escada de acesso: as escadas foram desenhadas de forma a serem confortáveis, no qual o cobertor dos degraus é maior e o espelho menor, favorecendo o uso e facilitando a circulação entre diferentes níveis do bairro.


46.00
45.00
44.00
43.00
42.00
41.00
40.00
44.02
44.02
44.12
44.15
51.15
44.12
44.10
43.80
43.88
43.92
43.92
43.95
43.92
43.94
42.80
42.80
42.92
42.92
A
A'


43.92
43.95
44.10
44.15
40.00

0 1 10

4.6. A Casa para Todos

Conceito de Habitar

O conceito de habitar surge do conceito do território, a interculturalidade, que se manifesta na partilha do espaço público e na proteção do espaço privado.

Aplicado à habitação, o princípio da interculturalidade exige que o espaço habitacional seja flexível e inclusivo, capaz de acomodar a diversidade de culturas, etnias e tipos de famílias. Para garantir essa adaptabilidade, num contexto real, proceder-se-ia a momentos de interação com os futuros habitantes, de forma a identificar as suas necessidades e limitações específicas. Devido a tratar-se de um exercício académico, recorreu-se novamente as discussões em aula, com docentes e colegas, e ao estudo de diversas culturas, analisando as formas de ocupação do espaço habitacional, os elementos essenciais para cada cultura e as potenciais problemáticas na relação entre essas culturas e o espaço construído.

Este estudo cultural e espacial fundamentou-se numa seleção abrangente de culturas, países e etnias, orientada por três vertentes principais:

• As principais nacionalidades residentes em Portugal;

• As nacionalidades mais representativas no contexto português;

• Os elementos distintivos de cada cultura, como paletas de cor, estilos arquitetónicos, mobiliário e decoração, organização espacial e o simbolismos culturais.

Das conclusões obtidas, emergiram necessidades específicas para o espaço habitacional intercultural, tais como:

• Pátios interiores que permitem uma vivência direcionada para o interior;

• Flexibilidade espacial adaptável às dinâmicas familiares;

• Espaços exteriores como extensão funcional do interior.

Foram, igualmente, identificadas problemáticas que interferem na adaptação das diferentes culturas às habitações, podendo em alguns casos, levar ao abandono das mesmas:

• A impossibilidade de configurar entradas “porta frente a porta” e “porta frente a

parede";

• A necessidade de expansão gradual da casa, característica de certas culturas e etnias;

• A localização apropriada para a zona de águas, crucial para a flexibilidade e evolução da habitação;

• A consideração do acesso vertical e a sua implementação em etapas;

• A importância de uma orientação solar adequada e da proteção contra correntes de ar;

• A incorporação de momentos de autoconstrução, salvaguardando os princípios e segurança construtivas.

Estas condicionantes levaram à necessidade de investigar a habitação mínima, uma vez que importa compreender de que forma o módulo habitacional mais simples pode atender às diversas culturas e respetivas necessidades e limitações. No entanto, surge a necessidade de esse módulo que, além de proporcionar condições básicas, deve permitir a expansão para responder à evolução e às adaptações culturais dos seus habitantes. Neste sentido, tornou-se essencial identificar as condições mínimas obrigatórias, para depois explorar como e até onde essa habitação pode expandir-se.

A investigação fundamentou-se em modelos de referência, alguns deles já estudados nesta dissertação, como a "célula mínima" de Le Corbusier, o estudo de Nuno Portas sobre "Funções e exigências de áreas da habitação" e as experiências habitacionais evolutivas no Chile, mencionadas no momento II. Assim, a fusão entre o conceito de mínimo intercultural[42] e a flexibilidade habitacional resultou num módulo habitacional capaz de responder a diferentes necessidades e de se expandir conforme as necessidades e possibilidades económicas dos habitantes.

Este conceito culmina na criação de uma habitação participada e evolutiva, onde o desenho inicial permite a expansão progressiva e inclusiva, adaptando-se não apenas às exigências culturais, mas ao desenvolvimento socioeconómico das famílias ao longo do tempo. Assim, proporciona-se um habitat que evolui paralelamente às necessidades e capacidades dos habitantes, mantendo a coesão e a identidade do bairro.

42 O termo mínimo intercultural refere-se ao módulo habitacional mínimo que consegue responder tanto às necessidades habitacionais quanto às problemáticas culturais previamente mencionadas.

4.7. Módulo habitacional

Cada edifício é composto por duas habitações, sendo que cada uma delas resulta da combinação de dois retângulos de 4,4 x 6,6 metros, totalizando uma área de 58,08 m² por habitação.

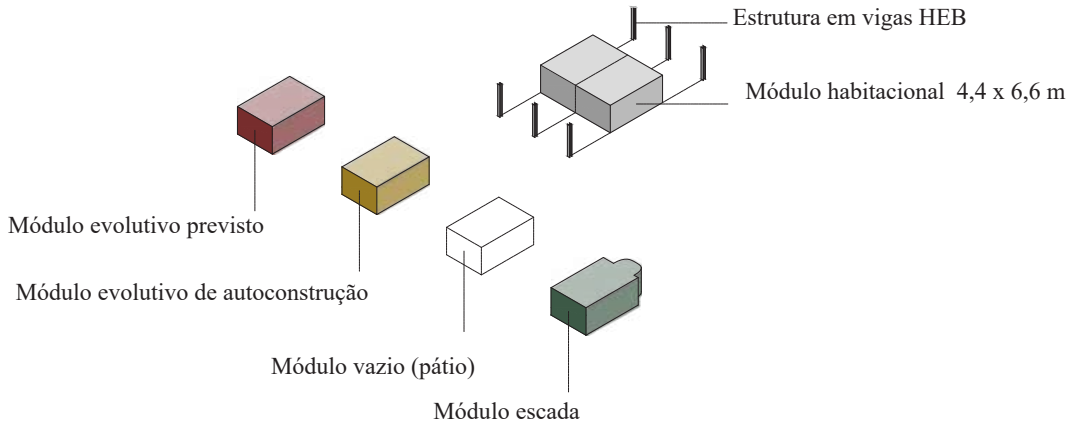
Estes retângulos são formados pela repetição de módulos base de 2,2 x 2,2 metros, cuja métrica permite configurar o espaço de acordo com diversos programas e funções, como quartos, casas de banho, acessos verticais, zonas de águas e pátios.

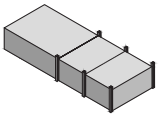
Esta métrica resulta da procura, através de tentativa erro, em desenho, de uma estrutura modular, flexível e adaptável, capaz de acomodar diferentes funções habitacionais, e que se mostre versátil tanto isoladamente como na sua multiplicação. Após testes de repetição e combinação dos módulos, concluiu-se que as dimensões de 4,4 x 6,6 metros são adequados para uma pessoa, independentemente da sua cultura ou etnia, ou para duas pessoas em coabitação.

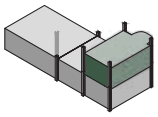
A unidade habitacional base de 4,4 x 6,6 metros, pode ser expandida com a adição de módulos base de 2,2 x 2,2 metros, permitindo que a habitação evolua de forma orgânica, conforme as necessidades e possibilidades dos habitantes, garantindo uma flexibilidade contínua na sua adaptação.

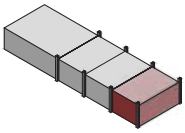


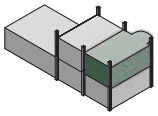
Figura 40 Esquema do módulo 2,2 x 2,2 m

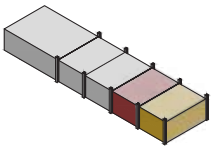


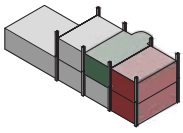

habitção base

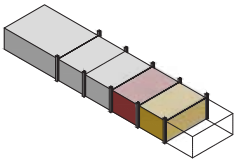

evolução do piso superior

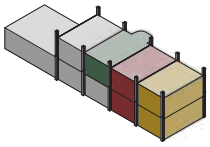

evolução prevista

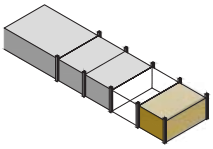

evolução do piso superior


evolução com autoconstrução


evolução do piso superior e
evolução prevista


evolução com autoconstrução
e pátio


evolução do piso superior,
evoluçao prevista e autoconstruçao


evolução com pátio interior
e autoconstrução

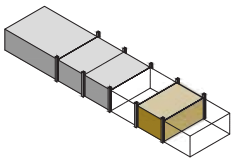

evolução com pátio interior
e exterior e autoconstrução

Figura 41 Esquema da evolução do módulo habitacional por agregação

Evolução e flexibilidade do módulo

Com base a matriz modular da habitação e no princípio de interculturalidade que a orienta, o objetivo é criar uma habitação que possa acolher diferentes tipos de famílias, religiões, etnias e culturas. Este princípio, complementa-se através da premissa de que o desenho habitacional deve resultar de um processo participado, no qual se estabelece uma comunicação contínua entre o arquiteto e os futuros residentes, de forma à configuração da habitação transforma-se e satisfazer as necessidades dos moradores. Neste contexto, a habitação evolui de duas formas principais: através da agregação de módulos e da flexibilidade espacial.

• Evolução por agregação

Apesar da flexibilidade proposta, alguns elementos estruturais permanecem fixos, assegurando a integridade do projeto, ainda que este possa e deva ser alterado ao longo do tempo. Assim, o projeto prevê que a habitação se inicie com dois módulos no piso térreo, localizados próximos da habitação vizinha, e defina tanto a quantidade quanto a orientação das evoluções possíveis, nos planos horizontal como vertical.

Na evolução horizontal, podem ser acrescentados até três módulos de 4,4 x 6,6 metros, utilizando três alternativas construtivas: módulos adicionais com a mesma solução construtiva dos originais, módulos de autoconstrução, ou módulos vazios/pátios. A evolução vertical permite o mesmo conjunto de possibilidades. Essa possibilidade de crescimento lateral e vertical, com ou sem recurso à autoconstrução, proporciona uma adaptação contínua, ajustada às condições e capacidades dos residentes, promovendo uma apropriação contínua do espaço habitacional.

Para a construção de um segundo piso, foi estabelecida uma norma específica para a localização e o desenho da escada. Criou-se, assim, o módulo “entrada da habitação e escada”, composto por uma caixa de escadas e uma porta de entrada, que pode ser posicionada em qualquer ponto da fachada norte. No entanto, a porta e a caixa de escadas devem permanecer unidas dentro do módulo de 4,4 metros. Caso a construção de um segundo piso esteja prevista para uma fase futura, o módulo de entrada com escada pode ser incluído logo no início. Enquanto a escada não for necessária, o espaço reservado pode ser aproveitado como área de arrumos ou pequeno espaço de estar, maximizando a funcionalidade da habitação ao longo das fases de expansão.

Além disso, as redes prediais são organizadas através de uma vala técnica posicionada a norte da habitação, proporcionando flexibilidade aos elementos de águas da habitação.

Este processo evolutivo parte de um módulo compacto que, de acordo com as necessidades dos habitantes, acopla-se e adapta-se, podendo evoluir até uma configuração de casa-pátio. Essa evolução é realizada mediante um diálogo entre o arquiteto e os futuros moradores, para identificar as suas necessidades e capacidades construtivas, seja por meio de mão de obra especializada ou por autoconstrução, em casos de limitações económicas. Nessas situações, o arquiteto deve acompanhar o processo de autoconstrução e, idealmente, oferecer orientação aos moradores através de workshops ou conversas, de forma a fornecer informações sobre técnicas construtivas adequadas para garantir a segurança e qualidade da edificação.

• Evolução por Flexibilidade

A flexibilidade espacial é garantida pela utilização de módulos de 2,20 x 2,20 metros, em conjunto com um sistema construtivo leve no interior da habitação. Este módulo, quer isolado como nos múltiplos, possibilita a criação de diversos compartimentos da casa, permitindo uma configuração fluída dos espaços interiores. Com paredes interiores facilmente removíveis e de baixo custo, os habitantes têm a liberdade de adaptar os espaços conforme as suas necessidades, salvo a localização fixa da porta de entrada e da escada.

Dessa forma, a disposição dos espaços não está sujeita a uma rigidez programática, permitindo que o desenho e a organização dos ambientes internos se ajustem livremente aos desejos e estilos de vida dos habitantes. Esta flexibilidade contínua promove uma habitação centrada no usuário, em que a transformação do espaço é orientada pela vivência e pelas necessidades daqueles que o habitam.

A unidade habitacional

Para exemplificar a capacidade de evolução e flexibilidade da habitação, simulou-se um caso prático com o seguinte enunciado:

"A habitação exige a distinção clara entre os espaços sociais e privados. A estrutura familiar é composta por um casal e dois filhos, sendo que cada filho necessita de um quarto individual e de um espaço de estudo, o qual poderá, no futuro, ser adaptado para outras funções. O casal requer uma casa de banho privativa, e o quarto deverá ser projetado com a possibilidade de expansão, permitindo que, quando houver capacidade financeira, seja acrescentado um terraço para aproveitamento do espaço exterior."

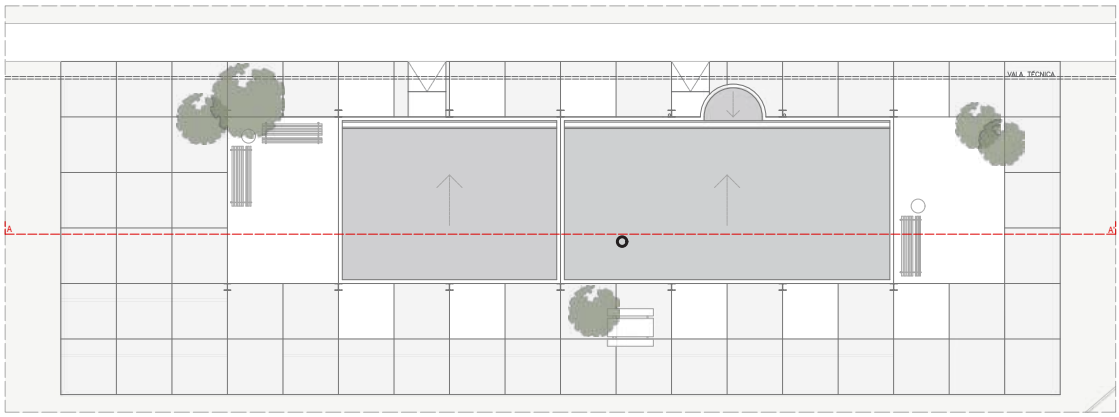
Assim, a unidade habitacional foi projetada de forma a responder às exigências solicitadas, demonstrando a sua capacidade de evoluir conforme as necessidades dos moradores.

Existe ainda a possibilidade de autoconstrução de um módulo adicional, facilitando a personalização da habitação de acordo com as condições e intenções dos habitantes.

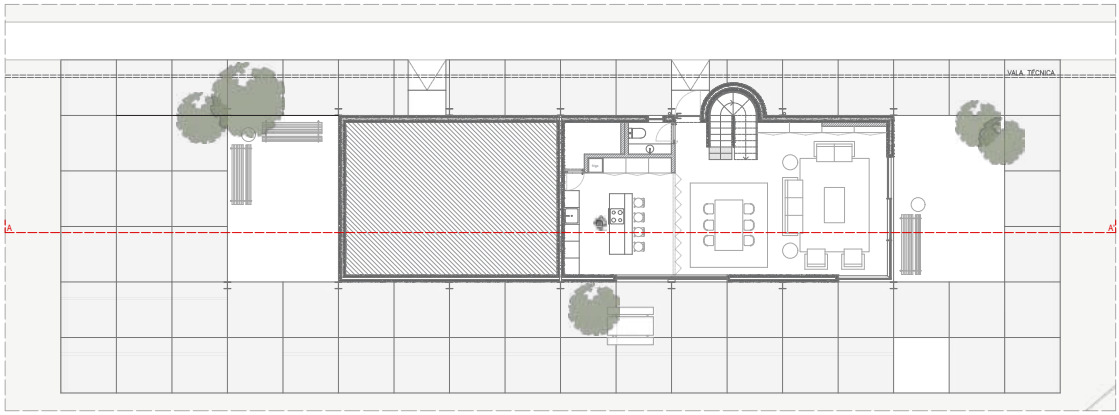
A nível formal, a habitação organiza-se em dois pisos. O piso térreo tem uma função social, abrigando a cozinha, a sala de jantar e a sala de estar, acompanhadas por uma casa de banho e uma área de arrumos/lavandaria. Este piso enfatiza a convivência e a interação familiar, com espaços abertos e conectados, promovendo um ambiente dinâmico e de sociabilidade.

No piso superior, encontra-se a zona privada, composta pelos quartos, incluindo uma suíte com casa de banho privativa, uma casa de banho de apoio aos dois quartos dos filhos e duas áreas de estudo, abertas e flexíveis. Este andar, mais intimista, proporciona o ambiente adequado para repouso e para atividades pessoais, respeitando a privacidade dos moradores.

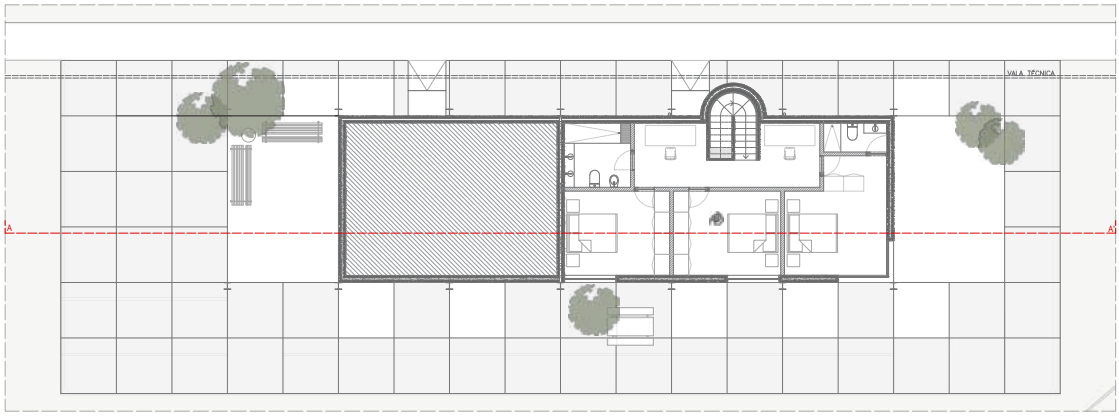
A escada assume um papel de destaque na composição espacial, não apenas como elemento de ligação entre os pisos, mas como um elemento de transição que separa a área social da área privada. Com continuidade de materiais e um design fluido, a escada abraça a habitação desde o exterior, integrando-se com o ambiente e conferindo identidade ao espaço de entrada. Este elemento singular não só marca a circulação vertical, como simboliza a abertura para adaptações futuras, reforçando a versatilidade e o caráter acolhedor da habitação.



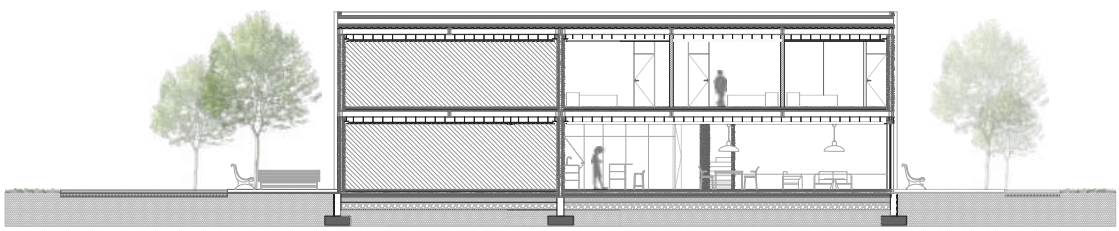
Planta de cobertura da unidade habitacional



Planta do piso 1 da unidade habitacional



Planta do piso 2 da unidade habitacional



Corte AA'

01 5

O projeto organiza a habitação em três zonas distintas – privada, semiprivada e pública – de forma a articular os espaços comuns e promover uma convivência harmoniosa entre os vizinhos.

O primeiro piso organiza os espaços sociais da habitação, integrando a sala de estar, a sala de jantar, a cozinha e uma casa de banho de apoio, que assegura a funcionalidade deste piso sem a necessidade de acesso ao piso superior. A nível de privacidade, existe também uma porta-cortina que permite fechar a cozinha, oferecendo versatilidade aos espaços. A escada, posicionada centralmente, não só facilita a circulação vertical, como também serve de elemento divisório entre diferentes espaços e funções.

No segundo piso, encontram-se os espaços privados: os quartos, casas de banho e áreas de trabalho (dois "soho's" - *small office home office*), que respondem a necessidades mais íntimas da habitação. Uma das casa de banho é partilhada, e apoia dois dos quartos. É de notar que, devido à posição do quarto de casal na extremidade, este pode evoluir, e assim, dar resposta à possibilidade de um terraço no mesmo. A escada, que se apresenta aqui como uma peça única e isolada das outras funções, contribui para a fluidez da circulação, com um corredor central facilitado pela sua posição estratégica.

A partir do corte transversal, evidencia-se a articulação entre os espaços interiores e exteriores, revelando uma continuidade. Estes espaços exteriores próximos facilitam a ligação entre diferentes famílias, reforçando o sentido de comunidade e permitindo que os habitantes partilhem momentos de convívio em áreas comuns cuidadosamente integradas.

4.8. Questões Construtivas

O sistema construtivo utilizado no projeto baseia-se num esqueleto estrutural, separado das paredes, composto por perfis em aço galvanizado HEA 280 e UPA 280, em colaboração com paredes pré-fabricadas em betão, paredes de madeira ou vidro. Este sis

tema foi pensado para que o edifício funcione como uma estrutura modular e flexível, permitindo a evolução e modificação progressiva dos seus elementos.

Este esqueleto estrutural é alterado com a introdução de um segundo piso, e ocorre uma modificação específica: a criação de uma caixa de escadas em betão, betonada *in situ*, que atua como elemento estrutural adicional. Neste caso, uma das vigas UPA 280 é reposicionada para acomodar a nova configuração estrutural junto às escadas.

A escolha dos perfis em aço fundamenta-se em dois motivos: por um lado, o uso de aço combinado com vidro oferece uma continuidade visual entre o interior e o exterior, alinhando-se com o conceito do projeto; por outro lado, confere à estrutura uma perceção de leveza e transparência. Além disso, o uso do aço oferece a vantagem de ser um material reciclável e reutilizável, com uma longa durabilidade, o que contribui para a sustentabilidade e a resistência do edifício ao longo do tempo.

O sistema estrutural e os materiais escolhidos permitem criar uma estrutura flexível, na qual as paredes pré-fabricadas, sejam elas, opacas ou transparentes, podem ser adaptadas para atender às necessidades específicas de diferentes habitantes. Essa versatilidade permite que a habitação seja tanto fechada e privada, como aberta, de acordo com as necessidades culturais dos moradores.

Economicamente, a utilização de materiais pré-fabricados e uma estrutura leve tornam a habitação mais acessível, sem comprometer a qualidade da mesma. No que diz respeito ao desempenho do edifício, o projeto foi concebido para garantir eficiência energética, considerando a transmissividade térmica e minimizando as pontes térmicas, garantindo, assim, um bom isolamento e conforto térmico para os moradores.

Leitura Final

A presente dissertação demonstra o potencial da habitação participada e evolutiva como uma abordagem promissora no desenho de bairros, demonstrando a sua capacidade de promover soluções habitacionais flexíveis e adaptáveis, alinhadas com as necessidades e dinâmicas sociais, culturais e económicas das comunidades. Ao incorporar a participação ativa dos futuros moradores nos processos de conceção e/ou construção, esta metodologia afirma-se como um instrumento eficaz para reforçar a coesão social, conciliando as exigências individuais com a construção de uma identidade coletiva e sustentável do bairro.

A investigação evidencia que a aplicação das metodologias inicialmente desenvolvidas no contexto europeu do pós-guerra e adaptadas ao panorama português após o 25 de Abril, representou uma rutura face aos modelos habitacionais vigentes à época. Estes modelos, limitativos pela sua rigidez, mostraram-se incapazes de acompanhar as transformações urbanas e as novas realidades socioculturais, acentuando a desconexão entre o projeto arquitetónico e as necessidades dos habitantes.

A análise das experiências do Bairro do Alto do Moinho, projetado por Francisco Silva Dias, e do Bairro da Malagueira, de Álvaro Siza, abrange dois momentos distintos: a génese dos bairros e a sua contemporaneidade. Este análise permitiu compreender as transformações sociais e espaciais decorrentes da aplicação das metodologias participadas e evolutivas. A inclusão dos futuros moradores no desenho habitacional, não apenas favoreceu a adaptabilidade das habitações ao longo do tempo, como contribuiu para o fortalecimento de relações sociais e para a criação de um sentido de pertença, consolidando a identidade coletiva do bairro.

A metodologia da habitação participada mostrou-se vantajosa ao minimizar o risco de abandono dos bairros. A identificação dos moradores com as suas habitações e com o conjunto habitacional gerou um cuidado acrescido, assegurando a continuidade do bairro enquanto organismo vivo e dinâmico. Contudo, também foram identificadas limitações no processo, nomeadamente as dificuldades de coordenação entre moradores, técnicos e instituições, assim como os desafios económicos e políticos que frequentemente comprometem a viabilidade e qualidade dos projetos participados. Estes obstáculos evidenciam a necessidade de mecanismos de implementação mais eficazes e de um papel institucional mais ativo na mediação de conflitos e na garantia de soluções habitacionais adequadas.

Em relação à habitação evolutiva, a possibilidade de crescimento e transformação das unidades habitacionais permitiu que estas acompanhassem as mudanças nas dinâmicas familiares e económicas dos moradores, fortalecendo o vínculo ao lugar. Contudo, observou-se que algumas intervenções autónomas, apropriações e evoluções não planeadas, comprometem a coerência estrutural e formal dos bairros, sublinhando a importância de um acompanhamento técnico contínuo que salvaguarde a harmonia do conjunto.

O conhecimento adquirido durante a investigação, culminou num ensaio projetual, com o objetivo de conceber um bairro para daqui a 50 anos, no âmbito do desafio lançado pelo programa *Mais do que Casas: como vamos habitar em abril de 2074?*. O conceito do bairro, caracterizado pela interculturalidade e diversidade, visa responder às diversas identidades, culturas e etnias que poderão coexistir, tanto a nível habitacional quanto comunitário, o que foi possível através da metodologia participada e evolutiva. A participação ativa dos futuros moradores permitiu compreender as suas necessidades, resultando na criação de uma habitação flexível e capaz de evoluir, quer por mão-de-obra especializada, quer por autoconstrução, atendendo às necessidades e possibilidades de todos os habitantes.

Em suma, a investigação reafirma o potencial das metodologias participadas e evolutivas para enfrentar os desafios da habitação contemporânea, promovendo bairros mais inclusivos, resilientes e sustentáveis. No entanto, este processo exige uma reflexão crítica sobre o papel do arquiteto, que deve atuar como mediador entre comunidades, técnicos e instituições. Só assim será possível desenvolver soluções habitacionais que articulem continuidade e transformação, traduzindo uma visão mais inclusiva, humanizada e sustentável do território. Ao equilibrar rutura e continuidade, estas metodologias emergem como uma alternativa viável para responder às exigências habitacionais do futuro.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA GERAL

Afonso, J. (2010). O Encontro Nacional de Arquitectos: Tomar consciência da sociedade. Revista Crítica de Ciências Sociais, 91, 27–39. https://doi.org/10.4000/rccs.3729

Agarez, R. C. (2018). Habitação : Cem anos de políticas públicas em Portugal, 1918-2018 (1st ed.). Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.

Agarez, R. C. (2019d). A Habitação Apoiada em Portugal. Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Análise Jurídica - Decreto-Lei 23052, Pub. L. No. Série I, Diário do Governo n.o 217 1664 (1933).

Aravena, A., & Iacobelli, A. (2012). Elementary- Manual of incremental housing and participatory design. Hatje Cantz.

Argan, G. C. (2008). Sobre a tipologia em arquitetu ra. In Uma Nova Agenda Para a Arquitetura. Cosac & Naify.

Bandeirinha, J. A. (2007). O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974 (1st ed.). Imprensa da Universidade de Coimbra. https://doi.org/10.14195/978-989-26-1265-2

Bandeirinha, J. A. (2010). O Encontro Nacional de Arquitectos em 1969. A reprodução das tensões sociais, culturais e políticas no âmbito profissional da arquitectura. Revista Crítica de Ciências Sociais, 91, 11–26. https://doi.org/10.4000/rccs.1816

Baptista, L. V. (1999). Cidade e a Habitação Social: o Estado Novo e o Programa das Casas Económicas em Lisboa. Celta Editora.

Bordalo, A. (2007, February). Projecto Bairro do Alto do Moinho, Zambujal. Arquitectura e Vida, 22–31.

Branco de Brito, F., & Guilherme, P. (2024, March). As Premissas Do espaço Público No Bairro Da Malagueira. O contributo de Álvaro Siza para o desenho da cidade. Seminario Internacional de Investigación En Urbanismo. https://doi.org/10.5821/siiu.12740

Cabral, M. V. (2008, April). Maio de 1968, uma revolução cultural. Visão História No1, 98.

Cardoso, V. (2009). Bairros de casas económicas e grupos de moradias populares: o encontro de duas morfologias de padrão geométrico. In Cadernos: Curso de Doutoramento em Geografia no1 (pp. 33–65). FLUP.

Coelho, A. B., & Cabrita, A. R. (2009). Habitação evolutiva e adaptável. LNEC.

Costa, A. A., Costa, A. C., & Fernandez, S. (2019). Cidade Participada: Arquitectura e democracia. Operações SAAL- S. Victor. (1st ed., Vol. 2). Tinta da China.

Costa, A. A., & Fernandez, S. (2020). Cidade Participada: Arquitectura e democracia. Operações SAAL- Antas (Vol. 3). Tinta da China.

Decreto-Lei 35611, Pub. L. No. Série I, Diário do Governo n.o 89 (1946).

Decreto-Lei 36212, Pub. L. No. Série I, Diário do Governo no78 (1947).

Decreto-Lei n.o 28912, de 12 de Agosto, Diário do Governo n.o 186/1938, Série I 1197 (1938).

Despacho DD4630, 1.a Serie No 182 Diário Do Governo no 182 (1974).

Dias, F. da S., & Portas, N. (1972). Habitação Evolutiva. Revista Arquitectura, 126.

Dias, F. S. (1987). Breve relato de uma experiência vivida de Habitação evolutiva. Jornal Arquitectos, 60, 8–9.

Duarte, J. P. (2007). Personalizar a habitação em série : Uma gramática discursiva para as casas da Malagueira do Siza (M. da C. A. de Castro, Trans.; 1st ed.). Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Eco, U. (1962). Obra aberta (8th ed.). Editora Perspectica.

Emery, M., & Beaudouin, L. (1980). L' Architecture d' Aujourd' Hui, no 211: Álvaro Siza, projets et réalisations 1970-1980 . Groupe Expansion, 211.

Fernandes, I. P., Costa, A. C. da, Cunha, J. M. F. da, Gomes, R. J., Portas, N., & Sousa, J. M. A. de. (1969). Colóquio sobre Política da Habitação. Relato Final. Ministério das Obras Públicas.

Fernandez, S., & Costa, A. A. (1988). Percurso : arquitectura portuguesa : 1930-1974 (2nd ed.). FAUP.

Ferreira, A. F. (1987). Por uma Nova Política de Habitação. Edições Afrontamento.

Glass, M. R. (2017). People and Planning: Report of the Committee on Public Participation in Planning (The Skeffington Committee Report). The AAG Review of Books, 5(1), 26–27. https://doi.org/10.1080/2325548X.2017.1257279

Guerra, I., Costa Pinto, T., & Moura, D. (2001). Políticas de Habitação À Procura de Novas Problemáticas . Cidades- Comunidades e Territórios, 3, 53–69.

Habraken, N. J. (1979). El Disenô de Soportes. Gustavo Gili.

Harrison, C., & Wood, P. (2003). Art in Theory, 1900–2000: An Anthology of Changing Ideas (2nd ed.). Blackwell Publishing.

Jones, P. B., Petrescu, D., & Till, J. (2005). Architecture and Participation. Routledge.

Lameira, G., Rocha, L., & Eleb, M. (2019). Mapa da Habitação: Guia para uma terminologia específica em Arquitectura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal [1910-1974] (G. Lameira & L. Rocha, Eds.). Faculdade de Arquitetura (FAUP).

Lautenschlaeger, E. S. A., & Perrone, R. A. C. (2022). Arquitetura participativa do Saal e a Escola do Porto. Revista Cadernos de Pós-Graduação Em Arquitetura, 22(2). https://doi.org/10.5935/cadernospos.v22n2p54-70

Lefebvre, H. (1968). O Direito à Cidade. Centauro Editora.

Léger, J.-M., & Matos, G. (2004). Siza Vieira em Évora Revisitar umas Experimentação. Cidades- Comunidades e Territórios, 9, 39–53.

Lullo, R. di. (1981). Habitação colectiva urbana: proposta de suporte evolutivo baseada no modelo do “conventillo.” ESBAP.

Mateus, O., & Serdoura, F. (2010, October). A acessibilidade local como factor de localização de equipamentos colectivos de proximidade. The Challenges of Planning in a Web Wide World. 4o Congresso Luso Brasileiro Para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável - PLURIS 2010.

Molteni, E. (1997). Álvaro Siza : Barrio de la Malagueira, Évora. Universitat Politècnica de Catalunya.

Pereira, N. T. (1969). Carta circular da Comissão Preparatória do Encontro. In Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra. Pasta Nuno Teotónio Pereira, 1954-1969.

Pereira, N. T. (1996). Escritos (1947-1996, selecção) (7th ed.). Faup publicações.

Portas, N. (1969). Funções e exigências de áreas da habitação. Laboratório Engenharia Civil.

Portas, N. (2004). A Habitação Social - Proposta Para a Metodologia da Sua Arquitectura. FAUP - Faculdade de Arquitectura da Universidade Porto.

Portas, N., & Dias, F. da S. (1980). Habitação evolutiva.

Ramos, R. J. G. (2013). Casa Portuguesa. In Dicionário de História da I República e do Republicanismo. Assembleia da República.

Risselada, M., & Heuvel, D. van den. (2005). Team 10 : 1953-81 : in search of a utopia of the present . NAI Publishers.

SAAL Conselho Nacional. (1976). Livro branco do SAAL 1974-1976. S.l: Conselho Nacional do SAAL.

Santos, R. F. dos. (2016). Cidade Participada : Arquitectura e Democracia. Operações SAAL - Oeiras (1st ed.). Tinta da China.

Santos, R. (2016). Cidade Participada: Arquitectura e democracia. Operações SAAL- Oeiras (1st ed., Vol. 1). Tinta da China.

Schneider, T., & Till, J. (2005). Flexible housing: opportunities and limits. Architectural Research Quarterly, 9(2), 157–166. https://doi.org/10.1017/S1359135505000199

Seabra, N. M. P. C. da S. (2011). Construir, habitar, pensar: o bairro da Malagueira de Álvaro Siza. In A cidade (pp. 107–116).

Siza, Á. (2012). Imaginar a Evidência. Edições 70.

Siza, Á., & Castanheira, C. (2001). As cidades de Álvaro Siza. figueirinhas.

Távora, F. (1962). Da Organização do Espaço. FAUP - Faculdade de Arquitectura da Universidade Porto.

Till, J., & Schneider, T. (2005). Flexible housing: the means to the end. Architectural Research Quarterly, 9(3–4), 287. https://doi.org/10.1017/S1359135505000345

Till, J., & Schneider, T. (2016). Flexible Housing. Routledge. https://doi.org/10.4324/9781315393582

Turner, J. F. C. (1976). Housing By the people: towards autonomy a building environments. Pantheon Books.

Turner, J. F. C., & Fichter, R. (1972). Housing as a Verb. In Freedom to Build: Dweller Control of the Housing Process (pp. 148–175). Macmillan.

DISSERTAÇÕES

Carvalho, B. R. (2013). *Proposta metodológica para o desenvolvimento do projeto integrado de habitação evolutiva em Portugal*. Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

Coelho, P. S. (2016). O tempo de habitar. Três experiências evolutivas.

Leite, V. R. T. de V. (2010). *Arquitectura da Participação. O Debate sobre o habitat participado entre o Primeiro e o Terceiros Mundo, 1960-2010* [FAUP - Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto]. https://hdl.handle.net/10216/149387

Santos, J. A. G. dos, & Carneiro, M. S. (2017). *A Malagueira como nunca o foi*. Universidade de Évora- Escola de Artes.

ENDEREÇOS ELETRÓNICOS

Cavaleiro Rodrigues, J. (2001, June 21). Luís V. Baptista (1999), Cidade e Habitação Social: o Estado Novo e o Programa de Casas Económicas em Lisboa. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 138–140. https://revistas.rcaap.pt/cct/issue/view/581

Dias, M. G., & Feldman, E. (1996, February 22). *Quinta da Malagueira* [Broadcast]. RTP ARQUIVOS. https://arquivos.rtp.pt/conteudos/quinta-da-malagueira/

Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. (n.d.). *organismo in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*. Retrieved October 1, 2024, from https://dicionario.priberam.org/organismo.

Equipa de Missão Évora 2027. (2022, June). *#SENDO Bairro da Malagueira* [Video recording]. https://www.youtube.com/watch?v=ZROmOg1BtmY

Equipa editorial de Conceito.de. (2011, June 29). *Interculturalidade - O que é, conceito e definição.* . https://conceito.de/interculturalidade

Ferreira, T. (2009). *Área do Plano Integrado do Zambujal*. SIPA- Sistema de Informação Para o Património Arquitectónico. http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=28222

Ferreira, T. (2010). *Bairro do Alto do Moinho / Bairro SAAL do Alto do Moinho*. SIPA – Sistema de Informação Para o Património Arquitetónico. http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=28225

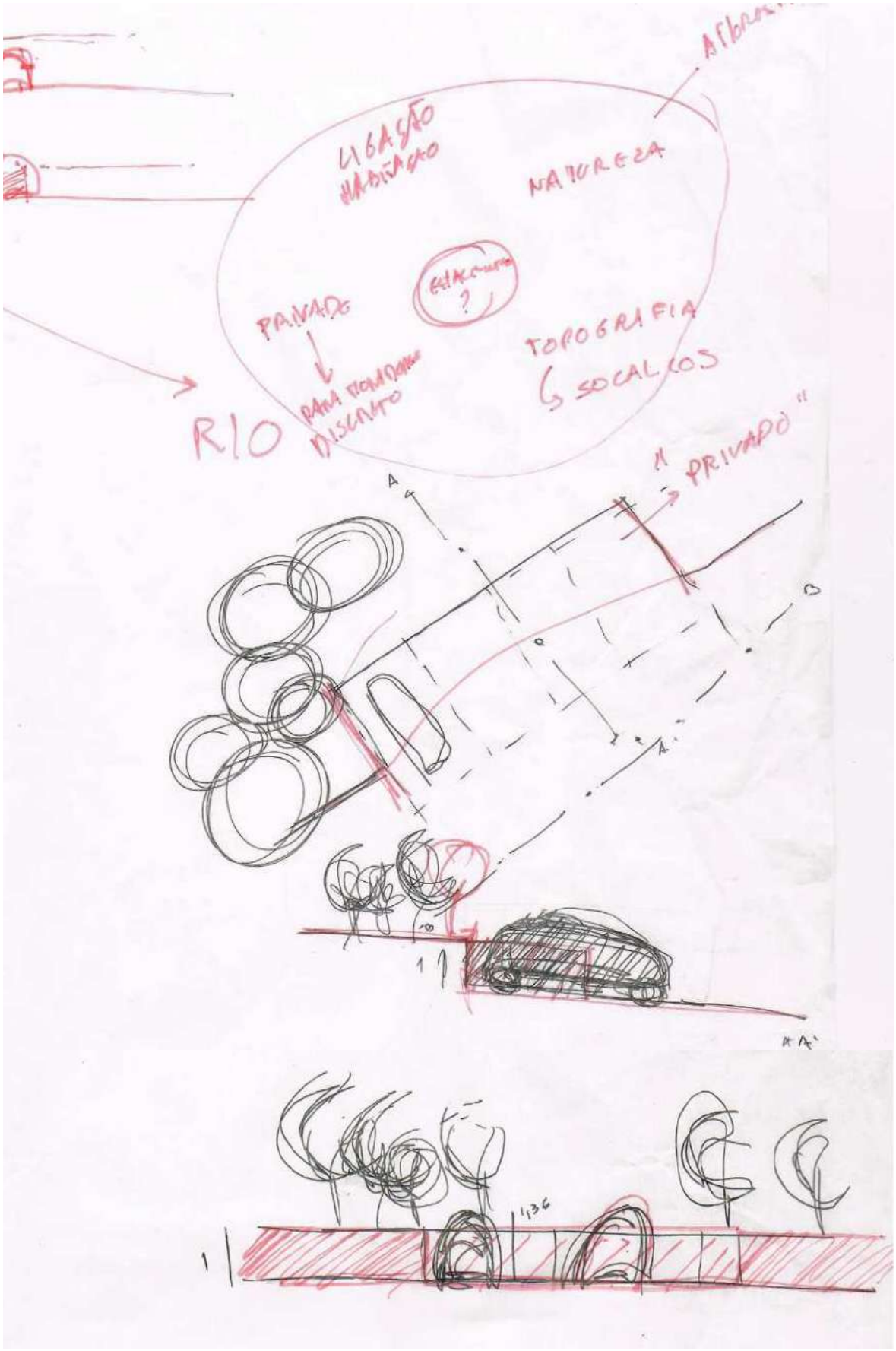
Porto Editora. (n.d.-a). *bairro no Dicionário infopédia da Língua Portuguesa*. Porto Editora. Retrieved November 1, 2024, from https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/bairro

Porto Editora. (n.d.-b). *evolução no Dicionário infopédia da Língua Portuguesa*. Porto Ed-

itora. Retrieved November 1, 2024, from https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/evoluçao

Porto Editora. (n.d.-c). *participação no Dicionário infopédia da Língua Portuguesa*. Porto Editora. Retrieved November 1, 2024, from https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/participação

ANEXOS



Estudo do espaço exterior e das cotas

26.02.24

- VER COMO AS ~~+~~ CULTURAS VIVEM, OS ELEMENTOS
  + ~~IMPORTANTES~~
  ↳ ELEMENTOS PARA OS MODULOS INDIVIDUAIS
- CRIAR MODULOS → C/ OS ELEMENTOS CULTURAIS
  → AGUAS
  → ORIENTAÇÃO SOLAR
  → VENTOS
  ↳ VER COMO SE RELACIONAM EM MAQUETE

QUE CULTURAS?

- PRINCIPAIS NACIONALIDADES RESIDENTES EM PORTUGAL:
  ANGOLA, UCRANIA, BRASIL, CABO VERDE, FRANÇA, REINO UNIDO, GUINÉ BISSAU, ITALIA, NEPAL, INDIA
  - AS COM + MIGRAÇÃO PARA A EUROPA E PORTUGAL
  - AS C/ + LIMITAÇÕES?
- PRINCIPAIS NACIONALIDADES + REPRESENTADAS EM PORTUGAL:
  ROMENIA, CHINA

VER - PADROES
ELEMENTARES
BANGLADESH
C

O QUE IMPACTA?
- MOLETES DE COR
- ESTILOS ARQUITETONICOS
- MOBILIARIO E DECORAÇÃO
- LAYOUT ESPACIAL
- SIMBOLISMO E SIGNIFICADO

A ARQUITETURA É A MANIFESTAÇÃO E EXPRESSÃO DA CULTURA. DEVE ENTENDER E RESPONDER AS NECESSIDADES E VALORES CULTURAIS C/ QUE SE CONFRONTA E INTERAGE NA SOCIEDADE.

→ DEFINIÇÃO DE CULTURA

By studying how people live, cook, eat, speak, play, socialise, dress, sing, etc., one can learn about diverse cultures, the unthing uniqueness. The built environment, from built form to spacial layouts and decorative patterns, was another ~~medium~~ way how to categorize culture

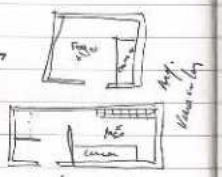
- Skibniewski, Davidsons, 2018

ANGOLA BRASIL FRANÇA NEPAL
UCRANIA CABO VERDE ITALIA INDIA
REINO UNIDO GUINÉ BISSAU ROMENIA CHINA
ESPANHA VENEZUELA BANGLADESH

islamismo
hinduismo
budismo

ANGOLA → casas em colmo
- dimensões reduzidas
- logradouro à volta
  atividades ao ar livre

! → patio ao centro ou nas traseiras da habitação - espaço privado



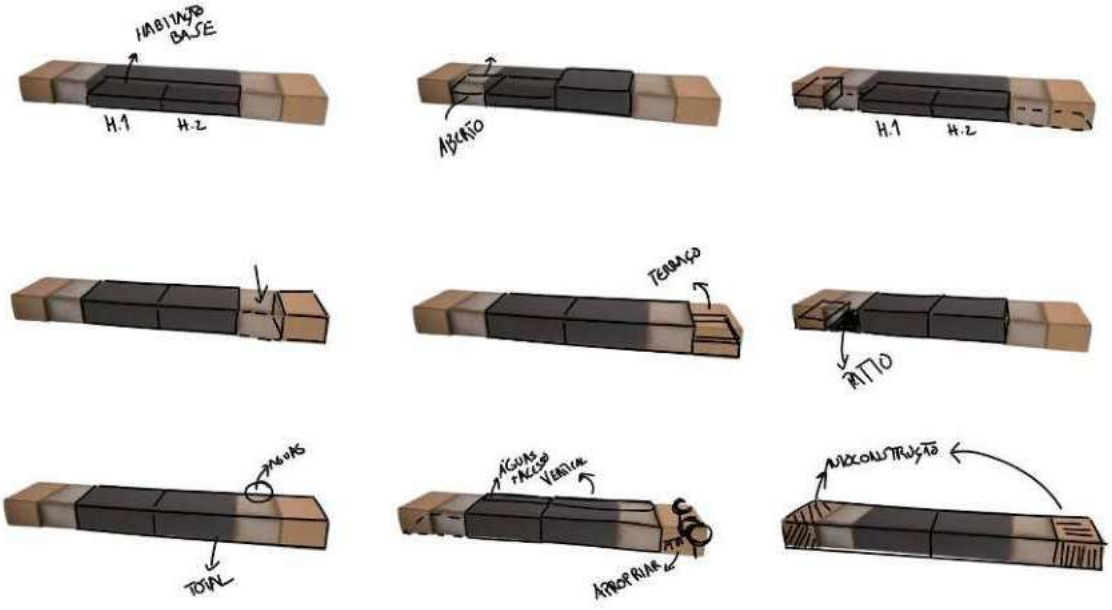
BRASIL → CORES VIBRANTES - AMARELO VERMELHO LARANJA NOS INTERIORES - PARCOES, MOBILIARIO E DECORAÇÃO
- AREAS SOCIAIS - SALA COMO CORAÇÃO DA CASA
- DIVISÃO DO PRIVADO, SOCIAL E ZONAS SERVIÇAIS

FRANÇA
- simetria
- pata central
- maximizar espaços comuns ex: cozinha - sala deixa quartos privados
- patios centrais como extensão da casa e transição para jardim
- cores neutras
- janelas grandes
- elementos alqueados

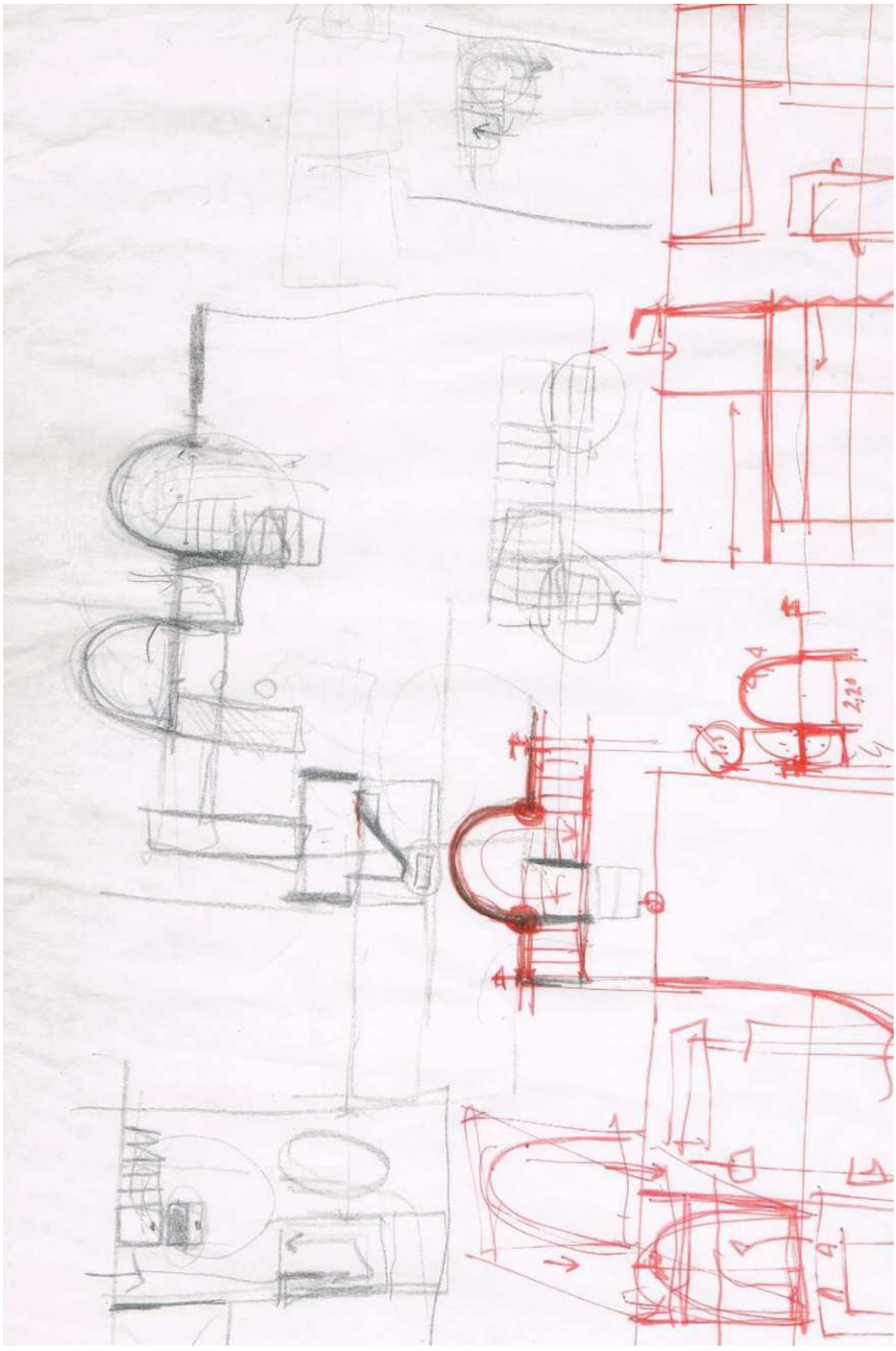
NEPAL →
- janelas e portas grandes
- 2 pisos muito comum
- cozinha, sala, sala jantar tudo aberto e ligado
- elementos de madeira no interior
- varandas e patios
- luz e ventilação abundante
! - Courtyard - espaços centrais para a comunidade - para familia, cerimonias
  ↳ comunidade e privados

UCRANIA

Estudo das nacionalidades e culturas a ter em conta do exercício SMILE!



Estudo da evolução por agregação do módulo



Estudo da escada